

A nova (e a antiga) realidade do mais-valor:

diálogos sobre trabalho e
capitalismo no século XXI

Organizador: Vinícius Oliveira Santos



Organizador

Vinícius Oliveira Santos

A nova (e a antiga) realidade do mais-valor:

diálogos sobre trabalho e capitalismo
no século XXI



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2022

© 2022, CLAEAC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Alpízar

Revisão: Laura Valerio Sena

ISBN 978-65-89284-27-7

Disponível em: <https://doi.org/10.23899/9786589284277>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237	Santos, Vinícius Oliveira A nova (e a antiga) realidade do mais-valor: diálogos sobre trabalho e capitalismo no século XXI / Vinícius Oliveira Santos (Organizador). 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEAC e-Books, 2022. 110 p. PDF – EBOOK Inclui Bibliografia. ISBN 978-65-89284-27-7 DOI: 10.23899/9786589284277 1. Teoria do trabalho como base do valor. 2. Capitalismo (Economia). 3. Materialismo Histórico-Dialético. I. Título. CDU: 3 CDD: 30
------	---

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Weldy Saint-Fleur Castillo
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Me. Fernando Vieira Cruz
Editor-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editor-Assistente

Bela. Laura Valerio Sena
Editora-Assistente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Me. Ronaldo Silva
Editor-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
<i>Vinícius Oliveira Santos</i>	
Polêmicas sobre a abrangência do mais-valor na esfera da produção imaterial	9
<i>Vinícius Oliveira Santos</i>	
O conceito de trabalho imaterial em Sean Sayers e a economia da informação	22
<i>Kaan Kangal</i>	
Trabalho imaterial e a economia da informação: resposta a Kaan Kangal	32
<i>Sean Sayers</i>	
Para uma teoria marxiana da comunicação	36
<i>Christian Fuchs</i>	
Um juízo sobre a crítica da teoria crítica: a impertinência do mais-valor	59
<i>Angélica Soares Gusmão</i>	
O cinema de Ken Loach e dos Irmãos Dardenne e o mundo do trabalho no contexto do capitalismo de plataforma no século XXI	74
<i>José de Lima Soares</i>	
Parceiros, mas não muito! Uberização do trabalho e exploração dos motoristas por aplicativo	88
<i>Martín Andrés Moreira Zamora, Fabio Bittencourt Meira</i>	
O novo caráter do mais valor: cárcere-fábrica e a superexploração do trabalhador encarcerado	99
<i>Sara de Araújo Pessoa, Felipe de Araújo Chersoni</i>	

Apresentação

Apresento ao público o primeiro volume da coletânea de artigos intitulada *A nova (e a antiga) realidade do mais-valor*. Ele compõe o ponto de partida dos lançamentos que pretendo organizar anualmente sobre questões teóricas, empíricas e metodológicas que orbitam ao redor de uma das principais categorias da sociedade capitalista. À luz do mais-valor, o mote desta primeira edição enfoca os desafios de compreensão das múltiplas tendências dimensionais do trabalho no primeiro quarto do século XXI, do qual somos tragicamente contemporâneos.

A realidade demonstra que - ao contrário das muitas teses que previam a fragilização da exploração do *tempo de trabalho socialmente necessário* no contexto do capitalismo marcado pelos chamados trabalho informacional, digital, imaterial, comunicativo, cognitivo etc. - as sociabilidades contemporâneas têm intensificado e diversificado os mecanismos de produção, circulação e distribuição do mais-valor, sofisticando a rudeza das relações sociais capitalistas.

Ao mesmo tempo, evidencia-se a dificuldade latente posta na tão antiga e duradoura falta de consenso sobre no que consistiria, de fato, o mais-valor. Como definir, ou melhor, como apreender suas determinações mediante o movimento real da sociedade capitalista? Por quais meios específicos o capitalismo contemporâneo produz e reproduz suas leis? Ou ainda, como querem alguns teóricos distópicos, se o mais-valor deixa de ser uma categoria relevante, como explicar a brutal exploração do trabalho de plataforma, do trabalho digital, do trabalho imaterial e da continuidade da precarização do trabalho manual e fabril?

Nas delimitações deste amplo e complexo assunto, o livro em tela pretende contribuir à pluralidade científica do debate, o que justifica a inserção de visões diferentes, e às vezes complementares sobre *mais-valor, trabalho e capitalismo contemporâneo*. Do leitor que porventura se interessar na leitura deste livro, suponho um mínimo de capacidade crítica e abertura à diversidade para se aproximar ou afastar das interpretações que julgar conveniente. O livro apresenta oito capítulos dispostos de acordo com possíveis continuidades temáticas, que não necessariamente se traduzem em confluência teórica.

No primeiro capítulo, nomeado *Polêmicas sobre a abrangência do mais-valor na esfera da produção imaterial*, de minha autoria, demonstro que a principal marca dos debates sobre o mais-valor gira ao redor das relações que a materialidade do

resultado do trabalho teria com a efetivação do excedente econômico. A maior parte dos autores clássicos confunde o caráter útil do trabalho (se ele é material ou imaterial, por exemplo) com sua capacidade de produzir ou não produzir valor. Marx foi o primeiro pensador a considerar a produção imaterial como uma esfera produtora de mais-valor, um feito cuja relevância é praticamente desconsiderada ou mal interpretada por grande parte da teoria social contemporânea, inclusive marxista. Este texto representa um ponto de partida necessário para os debates realizados nos capítulos seguintes.

O segundo texto, de autoria de Kaan Kangal, aborda o interessante debate sobre o trabalho imaterial na economia da informação. Embasado nas menções que Marx realiza sobre o trabalho imaterial, o autor mantém um diálogo crítico com Sean Sayers a respeito da recepção deste conceito no âmbito da compreensão do modo de produção capitalista. Trata-se do texto *O conceito de trabalho imaterial em Sean Sayers e a economia da informação*. É importante salientar que Kangal é um dos mais destacados e qualificado jovens marxistas do cenário mundial.

Sean Sayers - professor emérito na Universidade de Kent cuja grandeza não cabe nas poucas linhas desta apresentação - publicou o terceiro texto, aqui traduzido sob o título *Trabalho imaterial e a economia da informação: resposta a Kaan Kangal*, no qual apresenta uma réplica às críticas e elogios que Kangal o direcionou. Neste rico debate, Sayers elucida sua visão sobre o lugar do trabalho imaterial no contexto de recusa da teoria marxiana como explicação eficaz dos processos capitalistas contemporâneos nos termos de Negri, Lazzarato, Hardt e outros; promovendo uma sofisticada defesa da atualidade de Marx.

Como continuidade, no artigo *Para uma teoria marxiana da comunicação*, Christian Fuchs elabora uma interpretação vigorosamente materialista e dialética do fenômeno comunicacional, do trabalho comunicativo no capitalismo, das relações entre ideologia, fetichismo e comunicação. Seu texto apresenta profundidade e consistência investigativa tanto nas categorias marxianas quanto na boa tradição marxista, o que condiz com sua crítica à comunicação fetichizada e no apontamento da necessidade de uma comunicação coletivizada em uma sociedade emancipada. Trata-se de uma grande contribuição do mais relevante estudioso marxista contemporâneo na temática do *trabalho digital*.

No quinto capítulo, Angélica Soares Gusmão realiza um fecundo exame crítico da Teoria Crítica (Adorno, Horkheimer, Habermas) concernente à suposta invalidade do mais-valor no âmbito da diminuição da produção fabril no capitalismo recente, assim como a respeito da pretensa limitação dos sentidos da emancipação em Marx. Com

uma brilhante capacidade crítico-expositiva, o texto *Um juízo sobre a crítica da teoria crítica: a impertinência do mais-valor* está à altura da autora que recentemente defendeu sua tese de doutoramento na Universidade de Coimbra abordando a questão da transição para a História, largamente embasada na teoria de Marx e Engels.

José de Lima Soares – professor, militante e intelectual que ocupa o seletor grupo de autores clássicos da sociologia do trabalho brasileira – nos brinda com um elegante capítulo sobre a capacidade de o cinema apreender e apresentar, esteticamente, determinações importantes do modo de produção capitalistas no âmbito da exploração do trabalho por plataformas. É neste sentido que o *O cinema de Ken Loach e dos Irmãos Dardenne e o mundo do trabalho no contexto do capitalismo de plataforma no século XXI* apresenta a produção cinematográfica articulada com uma profunda compreensão das categorias sociais marxistas, ressaltando a necessidade de incorporação da crítica ao modo de produção capitalista em diversas frentes.

A temática sobre o trabalho em plataformas digitais também é abordada no capítulo *Parceiros, mas não muito! Uberização do trabalho e exploração dos motoristas por aplicativo* escrito em coautoria entre Martín Andrés Moreira Zamora e Fabio Bittencourt Meira, ambos pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com experiência teórica no assunto. O texto flui por diversos aspectos relevantes para a compreensão do capitalismo contemporâneo sob a égide da indústria 4.0 e da produção de valor através de aplicativos, tomando a plataforma Uber como objeto de investigação.

Para fechar a obra em altíssimo nível, o texto *O novo caráter do mais valor: cárcere-fábrica e a superexploração do trabalhador encarcerado* examina questões obscuras do trabalho em uma das parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora. O trabalho prisional possui contornos específicos, e seu uso para fomento do modo de produção capitalista através da criação direta de mais-valor tem se intensificado contemporaneamente. Este é o fulcro da discussão promovida por Sara de Araújo Pessoa e Felipe de Araújo Chersoni, ambos pesquisadores na área do direito, que se valem de uma sólida envergadura teórico-metodológica com referências marxistas dentro da rica teoria da dependência.

Antes de concluir, devo agradecimentos especiais a David Laibman, editor da revista *Science & Society*, e a Christian Fuchs, coeditor da revista *TripleC*; pela imensa colaboração na autorização dos artigos internacionais publicados. Igualmente, agradeço a Editora Claec e o esforço das autoras e autores que, ao participarem deste

livro, atuaram na abertura de mais uma trincheira científica na crítica às sociedades baseadas no mais-valor.

Boa leitura!

Prof. Dr. Vinícius Oliveira Santos

Polêmicas sobre a abrangência do mais-valor na esfera da produção imaterial

Vinícius Oliveira Santos*

Introdução

A tipificação do *excedente econômico* como o principal fundamento da riqueza capitalista foi teoricamente construída a partir de uma notável pluralidade de perspectivas. Partindo das formulações mais rudimentares, nas quais o excedente é percebido como um resíduo físico, e culminando em teorizações cientificamente consistentes que articulam esta noção a uma *forma específica de sociabilidade produtiva*, a Economia Política foi o laboratório no qual tal debate foi suscitado. Posteriormente, o assunto rompeu os limites das ciências econômicas, pavimentando diversas áreas da teoria social.

Em meio à diversidade do debate, grande parte da teoria social do século XX incorre em múltiplos equívocos relacionados à compreensão da potência concreta do mais-valor na sociabilidade capitalista avançada. Determinado grupo de autores considera que o conceito de mais-valor não possui atualidade investigativa no capitalismo marcado pela preponderância dos serviços, devido à suposta necessidade do mais-valor se atrelar a um conteúdo material.

Esta leitura do mais-valor condiz com os desenvolvimentos clássicos do conceito (Quenay, Smith, Say, Storch), cuja composição conceitual traça uma linha demarcatória entre atividades produtivas e improdutivas de acordo com o conteúdo material das mercadorias. Só produziria mais-valor aquelas atividades que resultassem em uma mercadoria material que pudesse ser vendida em mercados longínquos. A produção imaterial, como não produz um bem físico-material, é considerada improdutiva, isto é, não geraria excedente econômico. Nomeio esta explanação de *parcialização teórica do mais-valor*, pelo fato de considerar produtiva apenas uma *parcela pré-determinada* da produção social, sempre relacionada à produção material.

* Professor universitário, doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, autor do livro *Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx* (2013).
E-mail: vinicius.oliv.san@gmail.com

Certos representantes da teoria social contemporânea tendem a se aproximar, muitas vezes inconscientemente, da conceituação clássica e, como consequência inevitável, reproduzem parcialização teórica do mais-valor. Neste processo, abdicam dos avanços promovidos pela teoria social do valor marxiana. Além disso, cometem a injustiça histórica e o equívoco científico – para não dizer desonestidade intelectual – de atribuir a parcialização teórica do mais-valor à Marx.

Há anos defendo a hipótese segundo a qual a teoria marxiana do valor supera toda a economia política predecessora ao incluir a produção imaterial na apreensão da categoria mais-valor (SANTOS, 2013). Neste sentido, em contraposição à noção parcializada do mais-valor, Marx edifica sua teoria do valor a partir de outras mediações teórico-metodológicas, cuja principal contribuição orbita ao redor de uma *conceituação abrangente de mais-valor*. Conforme analisaremos, a teoria do valor marxiana, de forma inovadora, lança bases a esta perspectiva.

O objetivo central deste texto reside em apresentar uma referência teórica que considere o mais-valor de forma alargada e crítica. Para tanto, apresentarei a conceituação clássica de mais-valor latente na sua *parcialização teórica*. Posteriormente, exponho um item dedicado às problemáticas ressonâncias desta parcialização teórica na teoria contemporânea. Por fim, demonstro as mediações teórico-metodológicas da *conceituação abrangente do mais-valor* em Marx.

A parcialização teórica do mais-valor no âmbito da Economia Clássica

Embora seja evidentemente marcada por matrizes teóricas diversas e dissonantes, a teoria econômica anterior à Marx converge em pelo menos duas pressuposições fundamentais: a primeira delas diz respeito à circunscrição do excedente econômico como peça central para a compreensão da produção capitalista; e a segunda, de cunho teórico-metodológico, associa a produção de excedente às *características materiais dos resultados* das atividades executadas em determinados setores da produção social.

A consequência imediata da junção entre as duas hipóteses expõe uma tendência interpretativa cuja essência configura um vício analítico que, apesar de originar-se nos debates econômicos clássicos, marca profundamente o debate social contemporâneo: a prerrogativa de considerar produtor de mais-valor apenas os ramos da produção material. Em outros termos, a produção de valor só seria possível se resultasse em um resultado físico-material. Chamo esta tendência de *parcialização teórica do mais-valor*, uma vez que a categoria *excedente econômico* emanaria apenas de uma *parcela* pré-determinada da produção social.

A Fisiocracia francesa descobriu a *esfera da produção* como a origem real e insuperável formação de riqueza. No Livro Terceiro de *O Capital*, Marx reconhece explicitamente este mérito dos fisiocratas ao mesmo tempo em que adverte sobre a sintomática limitação sobre qual tipo de produção era vista como produtora valor. Condicionados pelo contexto francês marcadamente rural, a escola fisiocrata desenvolveu a hipótese segundo a qual *apenas a produção agrícola seria produtora de riqueza* (QUESNAY, 1986). O excedente era visto como um *quantum material de produto* visivelmente superior aos elementos iniciais da produção (NAPOLEONI, 1978): apenas o trabalho agrícola faria aumentar materialmente os produtos do trabalho (uma só semente gera muitos frutos ao germinar e se desenvolver na forma de árvore). Em contrapartida, a produção manufatureira apenas proveria a transformação dos excedentes agrícolas.

A teoria econômica fisiocrata reproduz a *parcialização teórica do mais-valor* mediante dois equívocos: 1. Ao relacionar a produção de mais-valor à necessidade de acréscimo material de produto em relação à produção; 2. Por considerar apenas uma parte da produção social como legítima produtora de excedente (trabalho agrícola).

Tal limitação foi parcialmente superada por Adam Smith, exímio representante dos interesses da burguesia industrial, ao qualificar o *trabalho produtivo* como a atividade geradora de valor no capitalismo. Com Smith, ao lado do trabalho agrícola, as atividades fabris e manufatureiras passam a ser consideradas produtoras de valor. O principal marco delimitador do trabalho produtivo, ou seja, do trabalho que origina mais-valor, se expressaria na necessidade que o *valor fosse incorporado a mercadorias materiais*, excluindo os serviços, as artes, e outros trabalhos não-materializáveis da possibilidade de gerar riqueza de capital (SMITH, 1996).

Apesar da incontestável contribuição smithiana à análise do mais-valor na sociedade capitalista, seu legado promove uma ampliação apenas parcial na abrangência do mais-valor. Há um enorme interesse pelo aspecto material das mercadorias, bem como a ausência de uma orientação teórica que apreenda as relações sociais essenciais da produção de valor. Apesar dos avanços, a *parcialização teórica do mais-valor* não é superada por Smith.

A vertente utilitarista promoveu uma revisão da abrangência do chamado *trabalho produtivo*. Say (1986) dedicou consideráveis páginas de seu *Tratado de Economia Política* para fundamentar a hipótese segundo a qual os *produtos imateriais* são produtivos por apresentarem um resultado socialmente útil. No entanto, os mesmos serviços não consistiriam em produção de excedente, e assim Say relega os serviços a uma posição economicamente secundária nos processos capitalistas.

Consequentemente, em comparação com Smith, o teórico francês promove uma ampliação apenas formal na abrangência do mais-valor: inclui os serviços na conceituação do trabalho produtivo, mas os exclui da possibilidade de produção de riqueza capitalista.

Posteriormente, John Stuart Mill apreendeu que se o trabalho comporta características manuais e intelectuais, seria necessário incluir no conceito de trabalho não somente a atividade em si, mas também todas as características sentimentais, todo incômodo corporal ou mental, todo desagrado gerado no processo, e qualquer emprego do pensamento necessário à determinada ocupação. O autor enfatiza a questão do trabalho intelectual que é absorvido pela produção de mercadorias materiais, como é o exemplo do *trabalho inventivo*, que seria tão importante para a produção quanto o trabalho de execução. No entanto, Mill denomina riqueza material apenas aqueles tipos de atividades que produzem utilidades incorporadas em objetos materiais.

O economista letão Heinrich Storch mobiliza o debate sobre o mais-valor sob outro arcabouço conceitual. O autor distingue dois tipos de trabalho: indústria, que se aplica para produzir riqueza, e o trabalho imaterial¹, que trata da produção de bens de civilização. É notável a originalidade de Storch ao criar o termo “trabalho imaterial” para se referir às atividades que não se materializam, antecipando mais de um século o debate cuja fundação foi erroneamente atribuída a Negri. Os avanços conceituais de Storch não foram suficientes na superação da *parcialização teórica do mais-valor*, uma vez que o mesmo considera apenas a indústria como produtiva de bens de riqueza, e o trabalho imaterial como produtivo para os “bens de civilização” (STORCH, 1823).

A Economia Política promoveu constantes desdobramentos à noção de excedente. As diferenças teóricas entre os Fisiocratas, Smith, Say, Mill e Storch camuflam um posicionamento metodológico comum: o *mais-valor é apresentado mediante um viés apriorístico*. É possível deduzir uma predeterminação epistemológica que seleciona quais atividades geram valor, e a consequente taxação das demais atividades como improdutivas, não considerando as constantes

¹ Storch apresenta quais tipos de trabalho são considerados imateriais: todos os trabalhos que envolvem o cuidado tais como os das babás, empregadas domésticas, enfermeiras; o trabalho que se expressa em arte corporal ou física como dançarinas, treinadores, esportistas; os trabalhos intelectuais como os de professores, autores de livros; os trabalhos relacionados à sensibilidade artística, como a música, escultura, arquitetura, pintura etc.; os trabalhos formadores de conduta social, tal como juristas e militares; as atividades referentes aos cultos religiosos que tem a função de preservar a superstição dando-lhe um sentido útil à humanidade; e mais uma grande lista de trabalhos que são consumidos no ato de sua produção.

mutabilidades da produção capitalista latente na expansão das células produtivas de valor nos ramos da produção imaterial.

A *parcialização teórica do mais-valor* assume, portanto, contornos teóricos condicionados pela falta de uma orientação metodológica que promova a distinção real e ao mesmo tempo relacional da produção de valor. Se a abstração – em seu mais eminente sentido científico de “separação” – se torna o fator de verificação se uma atividade produz ou não valor, perde-se o movimento inerente à realidade concreta.

A hipótese de que a produção do mais-valor estaria associada a produtos materiais configura a base teórica de toda a Economia Política anterior a Marx. Antes de apresentar os marcos inovadores da noção ampliada de mais-valor em Marx, é necessário apresentar as consequências da *parcialização teórica do mais-valor* no debate contemporâneo.

Ressonâncias da *parcialização teórica do mais-valor* na teoria social do século XX

Hannah Arendt, uma das mais influentes filósofas do século XX, em seu clássico *A Condição Humana*, aborda uma releitura das implicações categoriais do mais-valor e suas aplicabilidades no contexto teórico e social demarcado pelas transformações do capitalismo. Sua perspectiva, no entanto, incorre em algumas imprecisões que devemos abordar aqui.

Primeiramente, Arendt confere certa simplificação à economia política clássica e à teoria marxiana, afirmando que estes espectros teóricos não consideraram significativas as distinções entre trabalho manual x trabalho intelectual. Nas palavras da autora: “[...] é interessante notar que as distinções entre obra qualificada e não qualificada e entre obra manual e intelectual não desempenham papel algum na economia política clássica nem na obra de Marx” (ARENDT, 2014, p. 140). Por não considerar a existência desta importante separação teórica nos debates da Economia Política, a autora enviesa algumas de suas conclusões sobre Marx a caminhos questionáveis. Um exemplo seria a sua constatação segundo a qual “todo trabalho é produtivo”, como também “[...] o pensamento, que se presume ser a atividade da cabeça, é ainda menos produtivo que o trabalho” (Ibidem).

A hipótese de uma menor produtividade da atividade intelectual em comparação ao trabalho manual ressalta uma pré-estabelecida *hierarquização da produção de mais-valor* que, como vimos, é comum a toda economia política anterior a Marx. Além disso, Arendt atribui equivocadamente esta hipótese a Marx. Porém, a classificação

entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo sempre foi muito bem delimitada nos debates do século XIX, sendo que o principal traço de distinção residia em aspectos concernentes à materialização do resultado do trabalho.

A referida autora não é a única a tratar a categoria de mais-valor em uma perspectiva unívoca. Antes dela, um notável grupo de economistas - que posteriormente iria influenciar a forma da ciência classificar a produção socioeconômica -, atribuiu ao marxismo a heresia de considerar os serviços como improdutivos, isto é, não produtores de excedente. Colin Clark, um dos criadores da noção de *setor de serviços*, afirmou explicitamente que o marxismo nega os serviços como uma forma de produção, a não serem aqueles "incorporados" em bens materiais (CLARK, 1984, p. 69).

Em diversos estudos demonstrei como as teorias do trabalho imaterial do século XX (Gorz, Negri, Lazzarato etc.) são influenciadas pela tipologia dos três setores econômicos de Fisher (1939) e Clark (1984); absorvendo, na mesma proporção, seus avanços, suas limitações e suas imprecisões teórico-metodológicas (SANTOS, 2021). Uma das heranças resgatadas pelas teorias sociais sobre do trabalho imaterial é a *noção parcializada do mais-valor*. O defasado argumento segundo o qual o mais-valor só pode se efetivar em mercadorias materiais é reiterado sob novas roupagens conceituais, resumidas nos pontos abaixo:

1) A teoria marxista do mais-valor é forçosamente encaixada na perspectiva segundo a qual a existência do valor só poderia ser constatada mediante a mensuração do tempo de trabalho necessário, em mercadorias materiais. Segundo Gorz (2005), os padrões clássicos de medida do valor não conseguem mensurar os trabalhos imateriais por conta de suas características cognitivas e cooperativas. Antonela Corsani afirma que “[...] desincorporados de qualquer suporte material, os conhecimentos desequilibram as teorias do valor, tanto a marxista quanto a neoclássica” (CORSANI, 2003, p. 28). Trata-se do que Henrique Amorim (2009) nomeia de *eco aritmético sobre o valor do trabalho*, na qual certas leituras equivocadas de Marx defendem a necessidade do cálculo contabilístico para a constatação científica do mais-valor.

2) Como o mais-valor necessitaria de uma mercadoria material para ser veiculado, as formas contemporâneas do trabalho imaterial são explanadas como *não-reprodutoras da relação social de exploração capitalista*, isto é, como externas à relação de mais-valor. Com a finalidade de ilustrar brevemente o quadro dessa hipótese, podemos citar diversos textos. Lazzarato e Negri, em um importante artigo que lança algumas bases do conceito de trabalho imaterial, dizem que “[...] esta relação não é

mais uma relação de simples subordinação ao capital”, e apontam uma “[...] independência progressiva da força de trabalho, enquanto força de trabalho intelectual em face do domínio capitalista” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 31). Para Lazzarato, “[...] o caráter social do trabalho não mais aparece como capitalista, mas como resultado e pressuposto do próprio trabalho” (LAZZARATO, 1992, s/p, tradução nossa). Cocco e Vilarim (2009, p. 175) afirmam que o trabalho imaterial corresponderia a “[...] formas de cooperação social produtiva que independem do comando capitalista”.

O caminho lógico-histórico que culmina nas polêmicas hipóteses elencadas acima tem origem nas limitações explicativas da economia política clássica que erroneamente atribui a produção de valor às mercadorias materiais. A *parcialização teórica do mais-valor* se amplifica na teoria social do século XX a partir da seguinte perspectiva: projeta-se em Marx a responsabilidade pela incongruência explicativa entre mais-valor e os resultados do trabalho imaterial, ou seja, Marx seria criador ou, na melhor das hipóteses, reprodutor do argumento que fundamenta a improdutividade dos serviços e do trabalho imaterial.

A reiterada ausência de uma análise adequada, justa e honesta sobre a obra teórica de Marx impediu o desvendamento de um dos seus maiores legados científicos: *conceituação abrangente de mais-valor*. Tenho defendido que Marx, de forma absolutamente precursora, promoveu a criação e a demarcação teórico-metodológica na qual o valor não é uma característica das coisas – sejam elas mercadorias, dinheiro ou meios de produção – sendo um atributo das *relações sociais estabelecidas nas sociedades capitalistas*. A teoria marxiana representa, assim, uma supressão da tendência teórica da economia política clássica, sendo a primeira formulação científica que considera a possibilidade do trabalho imaterial e dos serviços produzirem riqueza capitalista. Este será o tema do próximo item.

Karl Marx e conceituação abrangente de mais-valor

Em Marx, o minucioso sistema de mediações dialéticas ao redor da categoria mais-valor viabilizou a ampliação e a superação de toda a teoria do excedente predecessora. A produção do mais-valor passa a englobar a totalidade das relações sociais de produção capitalistas, determinadas pela forma-valor. A inovadora noção marxiana qualifica o conteúdo das relações sociais que torna possível bens e serviços serem veículo de valor. Isto equivale a afirmar que não é o tipo da atividade (agrícola, fabril ou serviços) que determina a possibilidade de produção de valor, mas sim a inserção das atividades de trabalho em relações específicas de produção.

Como exercício de justiça histórica e honestidade intelectual, é mister explicitar que a abrangência da categoria de mais-valor na teoria de Marx não é espontânea nem ocasional. O rigor metodológico e científico empreendido pelo autor indica uma demarcação conceitual a partir da perspectiva relacional, isto é, os conceitos e categorias dependem da relação em que estão inseridos na realidade concreta. A *definição apriorística do mais-valor* presente na economia política clássica – e seu atributo de definir como produtivos os ramos relacionados à produção de mercadorias materiais – é contestada e superada conscientemente por Marx.

Na tradição dialética, a singularidade é definida a partir da relação estabelecida com a universalidade (HEGEL, 1995). Esta minúcia metodológica apreendida e executada por Marx resulta no delineamento do conceito de mais-valor em uma perspectiva social, e não individual. O *trabalhador individualmente considerado não aparece como o motor produtor de mais-valor*. Antes de avançar em tais características sociais e universais é necessário demonstrar as camadas teóricas que compõem este argumento.

A determinação mais simples da categoria mais-valor está relacionada à ideia de *tempo de trabalho excedente*. Marx apresenta a jornada de trabalho de um trabalhador assalariado a partir da divisão entre o tempo de trabalho em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho (sob a forma de salário), e o tempo em que gera um excedente, o mais-valor que é apropriado pelo capital. Neste momento da exposição marxiana, a produção do mais-valor aparece de forma individualizada, produto direto dos trabalhadores individuais, como efeito da produção imediata. Os exemplos iniciais fornecidos por Marx do na Seção III de O Capital remetem à produção de mais-valor sob a ótica do trabalhador individual, ou do múltiplo simples dos trabalhadores produtivos. A massa de mais-valor produzida seria, portanto, igual ao mais-valor fornecido pelo dia de trabalho do trabalhador individual multiplicada pelo número dos trabalhadores empregados (MARX, 2013).

A maior parte das leituras de Marx se contenta com uma interpretação parcial e ossificada deste momento expositivo, limitando a teoria do mais-valor a uma *equivocada compreensão da produção de excedente pelo trabalhador individual*. Caso a análise se estacione nesta facticidade singularizada suscita-se a ideia segundo a qual o capitalismo extrairia o mais-valor apenas do trabalhador individual que transforma a matéria. Ao mesmo tempo, a contribuição mais relevante e original da teoria do mais-valor de Marx seria desprezada. Na minha leitura, um dos objetivos centrais da investigação marxiana é a *análise da produção capitalista na perspectiva exploração do trabalhador coletivo socialmente articulado*.

O caráter sociológico da teoria de Marx tem seu sentido mais pleno na verificação de que o modo de produção capitalista não se resume à mera produção de excedente. A partir da Seção IV de *O Capital*, Marx demonstra que o capitalismo com suas leis específicas de sociabilidade emerge com seu sentido mais pleno ao constituir-se a *forma social total e dominante da produção*. Marx é enfático ao afirmar que o modo de produção capitalista “deixa de ser um simples meio para a produção do mais-valor” tão logo se apodera dos ramos decisivos de produção “[...] tornando-se agora a forma socialmente dominante da produção” (MARX, 2013).

A verdadeira guinada do modo de produção capitalista é a sua autotransformação em uma forma social produtora de *relações sociais de trabalho totalizadoras*². Mediante tal perspectiva, a individualização e a parcialização da produção de mais-valor não faz nenhum sentido histórico-social. É importante lembrar, que a despeito dos exemplos de produção individual do mais-valor elencados por Marx, desde o primeiro capítulo de *O Capital*, valor diz respeito a *tempo de trabalho socialmente determinado, e não individualmente*. Reunir, a nível social, grandes massas de força de trabalho para extração do mais-valor é condição, e não consequência do funcionamento do modo de produção especificamente capitalista.

Nestes termos, “[...] não é o operário individual que se converte no agente [*Funktionar*] real do processo de trabalho no seu conjunto, mas sim uma capacidade de trabalho socialmente combinada” (MARX, 2004, p. 110). O trabalho que se objetiva em valor, é, portanto, trabalho de qualidade e combinação social. A questão que se coloca agora, não é a ampliação da produção por parte de um trabalhador individual, mas a exploração de uma *força coletiva socialmente combinada*.

Uma vez estabelecido o modo de produção capitalista, o capital explora os trabalhadores individuais a partir da exploração do trabalhador coletivo, e não o contrário. O valor só pode ser definido a partir do tempo de trabalho socialmente necessário porque o trabalho que cria o valor é *trabalho social*. O trabalho só pode ser socialmente combinado, pois as condições de trabalho são sociais, isto é, o capital intensifica esta forma de socialização. Marx (2013, p. 580) propõe uma noção ampliada de produção, produtividade, e consequentemente, de excedente:

O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é,

² Totalizador, aqui, no sentido dialético relacionado à categoria universalidade. Esta noção tem um caráter absolutamente diferente da totalidade funcionalista, na qual não há espaço para as particularidades e singularidades.

de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. Desse modo, a ampliação do caráter cooperativo do próprio processo de trabalho é necessariamente acompanhada da ampliação do conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções.

A inovadora concepção marxiana de mais-valor veicula uma inovação teórica em pelo menos três dimensões: 1. A superação da *noção individualizada de trabalho produtivo*. Para Marx qualquer membro do trabalhador coletivo inserido em uma célula produtiva de valor é partícipe da produção de mais-valor, não importando se ele trabalha mais com a cabeça ou com as mãos. 2. A superação *parcialização teórica do mais-valor* na qual a produção imaterial era excluída da produção de excedente. Para Marx, a produção do mais-valor não está relacionada às características materiais do produto, mas sim com as *relações sociais que determinam sua produção*. As atividades envolvidas na produção imaterial também podem gerar valor:

Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação (MARX, 2013, p. 581).

3. A abrangência do mais-valor se amplia, mas também se restringe. Ao contrário que afirma Arendt (2014), para Marx nem todo trabalho é produtivo. Há a necessidade de a atividade produtiva estar inserida nas *relações sociais de produção capitalistas*. O mesmo tipo de trabalho pode ser produtivo ou não. Neste aspecto, Marx menciona vários exemplos que ilustram a *restrição do trabalho produtivo*. Nas *Teorias da mais-valia*, o autor afirma que uma cantora que canta para si mesma é uma trabalhadora improdutiva; no entanto, quando a mesma trabalhadora canta para enriquecer o dono de um estabelecimento, se torna uma trabalhadora produtiva, produtora de mais-valor (MARX, 1980). A *noção relacional de trabalho produtivo* prevê que não é o tipo de atividade que o torna produtor de mais-valor, mas sim as relações sociais que embasam a execução daquela atividade (ver SANTOS, 2013).

A conceituação abrangente – porém definida – de mais-valor deveria constituir a fundamentação teórica através da qual os novos estudos sobre o modo de produção capitalista poderiam extrair significativas conclusões. Nele, a distinção entre o trabalho que gera mais-valor (trabalho produtivo) e o trabalho que não gera mais-valor (trabalho improdutivo) é considerada a partir de um critério social. Marx supera toda a teoria econômica anterior ao demonstrar que esta distinção não diz respeito à materialização do produto, ou seja, as atividades da produção imaterial também podem constituir parte da produção global de valor.

(Para uma noção mais aprofundada das leis específicas da geração de mais-valor na produção imaterial segundo Marx, ver SANTOS, 2013).

Considerações finais

A teoria econômica clássica se movimentou nos limites de uma noção parcial sobre o excedente econômico que restringiu a amplitude do mais-valor para a compreensão da sociabilidade capitalista. Atribuía-se a produção de mais-valor à necessidade do valor estar veiculado sob um produto material. Nomeei esta tendência interpretativa de *parcialização teórica do mais-valor*, uma vez que apenas uma parcela da produção social – a produção material – seria considerada motor da criação de excedente. Além disso, demonstrei que este postulado se fundamenta em fragilidades metodológicas relacionadas à definição apriorística das atividades que seriam produtoras de mais-valor. A parcialização do mais-valor, para além dos economistas clássicos, abrange uma parcela considerável da teoria social do século XX, com a inovação de atribuir, equivocadamente, esta visão parcial do mais-valor a Marx.

Como forma de posicionar o debate nos limites da honestidade intelectual e da lealdade científica, apresentei alguns resultados extremamente resumidos de minhas pesquisas que indicam a incompatibilidade da teoria de Marx com a noção parcializada ou hierarquizada do mais-valor. Nas formulações amadurecidas de Marx há uma equiparação de possibilidade produtiva entre produção material, produção imaterial, produção manual ou produção intelectual. Em outros termos, Marx promove o que chamo de *conceituação abrangente de mais-valor*.

Este princípio teórico-metodológico marxiano diverge radicalmente de toda a economia política predecessora, e expressa equívocos interpretativos da teoria social do século XX em relação à teoria de Marx. A *conceituação abrangente de mais-valor* indica que as atividades são consideradas produtivas de acordo com as relações sociais reais que as condicionam. Produz mais-valor todo e qualquer corpo coletivo de trabalho inserido nas leis de produção capitalistas ditadas pelo regime de trabalho

assalariado, pela propriedade privada dos meios de produção, cujo mister seja a exploração social, articulada e combinada dos produtores diretos e indiretos. Para gerar valor, basta que o trabalhador seja parte do trabalhador coletivo de alguma célula produtora de capital, sendo irrelevante sua relação com a manipulação material do objeto.

Tendo em vista o capitalismo contemporâneo, e sua crescente abrangência nos ramos financeiros, digitais, interativos, afetivos etc., a conceituação ampliada do mais-valor – por ser constituída de elementos insuperavelmente sociais – apresenta um embasamento teórico que goza de intensa atualidade. Cabe às pesquisas atuais realizar as devidas mediações.

Referências

- AMORIM, H. **Trabalho imaterial**: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2009.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- CLARK, C. Development economics: the early years. In: MEIER, Gerald; SEERS, Dudley (Ed.). **Pioneers in Development**. New York: Oxford University Press, 1984.
- COCCO, G.; VILARIM, G. Trabalho imaterial e produção de software no capitalismo cognitivo. **Liinc em Revista**, v. 5, n. 2, set. 2009. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 2022.
- CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, G. (Org.). **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FISHER, A. **Production, primary, secondary and tertiary**. Economic Record. 1939.
- GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEGEL, G. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. São Paulo: Loyola, 1995.
- LAZZARATO, M. **Le concept de travail immatériel**: la grande entreprise. Paris: Future Antérieur, 1992.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A.; Trabalho imaterial e subjetividade. In: **Trabalho imaterial: formas e vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MILL, J. S. **Princípios de Economia Política**: com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

QUESNAY, F. “Análise do quadro econômico”. **Quadro econômico dos fisiocratas**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

SANTOS, V. O. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx**: semelhanças ocultas e nexos necessários. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, V. O. Crítica à teoria do trabalho imaterial a partir da crítica à divisão dos três paradigmas produtivos. **Latin American Journal of Development**, v. 3, p. 1102-1120, 2021.

SAY, J.-B. **Tratado de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STORCH, H. **Cours d'économie politique**: ou exposition des principes qui déterminent la prospérité des nations. 6 v. Paris: 1823.

O conceito de trabalho imaterial em Sean Sayers e a economia da informação¹

Kaan Kangal*

Introdução

O conceito “trabalho imaterial” é um dos temas mais debatidos na teoria social contemporânea. Em sua obra de 2007, *The Concept of Labor: Marx and His Critics*, Sean Sayers oferece uma extensa resposta às várias redefinições de trabalho (Habermas, Benton, Arendt), e de trabalho imaterial (Lazzarato, Hardt e Negri). Sayers voltou ao assunto em seu livro recente, *Marx and Alienation: Essays on Hegelian Themes*. Como um dos poucos relatos que contesta os críticos contemporâneos de Marx em relação a conceitos fundamentais como trabalho e trabalho imaterial, sua contribuição deve ser levada a sério.

Neste texto, resumirei as definições críticas de trabalho e trabalho imaterial de Sayers em resposta às críticas e, em seguida, concentrarei a discussão em três problemas em suas hipóteses: 1) Sayers não esclarece a relação entre trabalho material e imaterial; 2) há passagens nas obras econômicas de Marx que são completamente ignoradas por Sayers, e são decisivas contra a visão deste sobre o trabalho imaterial; e 3) As opiniões de Sayers sobre trabalho imaterial não se aplicam totalmente aos debates recentes sobre trabalho imaterial na economia da informação.

A crítica de Marx à economia política foi desafiada por muitos teóricos do “capitalismo cognitivo” e da “economia da informação”. O conceito de trabalho é uma das categorias consideradas ultrapassadas nesse sentido. A contribuição de Sayers oferece uma resposta bem fundamentada a isso, mas também sofre de algumas inconsistências. Ignora, por exemplo, o fato de que o próprio Marx adotou o termo “imaterial”. Apresentarei o argumento de que este não é um termo infundado ou enganoso, caso seja compreendido no contexto correto. Com a má interpretação

¹ Texto publicado originalmente em inglês no periódico *Science & Society*, v. 81, n. 1, p. 124-132, jan. 2017. Traduzido para o português do Brasil por Vinícius Oliveira Santos.

* Professor de Filosofia da Universidade de Nanquim (Nanjing University - China), autor de diversos artigos sobre a teoria de Marx & Engels. Publicou recentemente o livro *Friedrich Engels and the Dialectics of Nature* (Palgrave Macmillan).

removida, a crítica de Sayers às deficiências das teorias sociais dominantes e da tradição pós-trabalhista é reforçada.

Os conceitos de trabalho e trabalho imaterial

Existem dois grupos distintos que propõem redefinições de trabalho e trabalho imaterial. A primeira consiste nas reformulações gerais do conceito de trabalho propostas por Jürgen Habermas, Ted Benton e Hannah Arendt; o segundo se agrupa ao redor da vertente autonomista italiana de trabalho imaterial, representada por Maurizio Lazzarato, Michael Hardt e Antonio Negri. Um terceiro grupo, bastante heterogêneo, deve ser mencionado aqui também: aqueles que adotam as críticas anteriores à teoria marxista (Tiziana Terranova, Christian Fuchs). Eles se concentram em novas formas de trabalho na economia da informação. Embora a contribuição de Sayers não tenha abordado tais vertentes, esses estudiosos fornecem certo material para examinar se a contribuição de Sayers tem algum impacto crucial na reformulação do conceito de “trabalho imaterial”.

Habermas (1988, p. 82) argumenta que o conceito de trabalho em Marx deriva basicamente do protótipo da atividade artesanal produtora de bens materiais. Para Habermas, Marx não consegue discernir os aspectos instrumentais e comunicativos do trabalho. O primeiro aspecto refere-se ao domínio técnico sobre as forças naturais, a segunda à supressão da própria natureza do homem (HABERMAS, 1973, p. 71). Benton (1989, p. 66) enfatiza que o trabalho é, para Marx, uma atividade transformadora; no entanto, esse entendimento ainda se baseia em algum tipo de produção artesanal. A definição de trabalho como atividade transformadora não seria estendida a algumas das formas primárias de trabalho, como caça, coleta ou mineração, uma vez que esses “processos de trabalho primários... apropriado, mas não transforma” o material de trabalho (1989, p. 69); (ver também BENTON, 1992, p. 59; SAYERS, 2007, p. 432-433). Arendt afirma que Marx não consegue distinguir *labour* de *work*. *Labour* seria uma atividade improdutiva, porque “não deixa nada para trás”. É imediatamente consumido à medida que o esforço é gasto. *Work*, ao contrário, é atividade produtiva, pois “acrescenta novos objetos ao artifício humano”. *Labor* se preocupa com os meios de sua própria reprodução; *work*, no entanto, produz “tudo menos vida” (ARENDT, 1998, p. 87-88; ver SAYERS, 2007, p. 447).

A tradição autonomista italiana chama a atenção para um tipo particular de trabalho (trabalho imaterial) e critica Marx a esse respeito. A origem dessa tradição remonta a Lazzarato (1996, p. 133), que define o trabalho imaterial como uma atividade que produz “o conteúdo informacional e cultural da mercadoria”. O conteúdo

informacional envolve “cibernética e controle computacional”, e o trabalho cultural refere-se a “atividades envolvidas na definição de e fixar padrões culturais e artísticos, modas, gostos, normas de consumo e opinião pública” (1996, 143-4; ver SAYERS, 2007, 443-444).

A definição de trabalho imaterial de Lazzarato foi retomada por Hardt e Negri, e redefinida como a criação de “produtos imateriais, como conhecimento, informação, comunicação, um relacionamento ou uma resposta emocional” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 108). Na obra *Império* os autores dividem o trabalho imaterial em três tipos diferentes: O primeiro está envolvido na: produção industrial que foi informacionalizada e incorporou tecnologias de comunicação. [...] O segundo está relacionado a tarefas analíticas e simbólicas. [...] Um terceiro tipo envolve a produção e manipulação de efeito (HARDT; NEGRI, 2001, p. 293.)

Em outra obra, *Multidão*, os autores abandonaram o primeiro tipo de trabalho imaterial (HARDT; NEGRI, 2005, p. 108; SAYERS, 2007, p. 444).

O terceiro campo trata do “trabalho digital” na economia da informação. Terranova (2000) aponta que as “atividades informacional-comunicativas dos usuários da Web 2.0” exemplificam uma nova forma de trabalho imaterial. Enquanto os usuários da Internet aproveitam seu tempo navegando na Internet, eles indiretamente trabalham de graça “construindo sites, modificando pacotes de software, lendo e participando de listas de discussão e construindo espaços virtuais”. Fuchs (2014) desconsidera a noção de trabalho imaterial, mas se apropria da tese sobre a exploração de NetSlaves digitais.

Trabalho e trabalho imaterial em Sayers

Sayers considera as leituras de Habermas e Benton como “superficiais e insatisfatórias”, porque a teoria do trabalho de Marx vê o trabalho como uma atividade material transformadora. O trabalho não pode ser isolado do aspecto linguístico, ou restrito a uma forma particular de trabalho (SAYERS, 2007, p. 433). “A apropriação é uma espécie de transformação”; todo trabalho “separa o objeto da natureza” mudando e tornando-o utilizável: “é capturado e morto, arrancado, extraído, movido, etc. O trabalho é assim incorporado e objetivado nele através de uma mudança de forma” (SAYERS, 2007, p. 437). Arendt está, para Sayers, errada em acreditar que o trabalho de serviço não tem produto. Todo trabalho efetuará uma transformação da matéria; ele objetiva e muda o ambiente material de alguma forma. Isso significa que todo tipo de trabalho cria um produto (SAYERS, 2007, p. 447).

Em relação à perspectiva autonomista italiana, Sayers inicialmente afirma que todo trabalho seria material em suas “raízes” e “efeitos”. Os novos tipos de trabalho não são exceção a esse respeito (SAYERS, 2007, p. 444-446). Ele enfatiza que o conceito de trabalho imaterial é “falso” e “é muito errado pensar que uma nova categoria de trabalho ‘imaterial’ é necessária” (SAYERS, 2007, p. 445). Embora a indústria moderna envolva tecnologia da informação, controle de computador, serviços setor e produção cultural, seria “enganoso descrever” essas formas produtivas como “trabalho imaterial” (SAYERS, 2007, p. 444).

Mais tarde, ele afirma que gerentes, contadores, programadores de computador, designers, etc., não visam criar um produto material, mas seu trabalho tem “efeitos materiais que produzem e reproduzem relações sociais e econômicas” (SAYERS, 2007, p. 445-446). Ao final, portanto, Sayers retoma a noção de trabalho imaterial, e conclui que “todo trabalho material é ‘imaterial’ no sentido de que altera não apenas o material trabalhado, mas também a subjetividade e as relações sociais” (SAYERS, 2007, p. 448). Sayers parece ter em mente o aspecto mental do trabalho quando fala do envolvimento da imaterialidade no processo de produção material. A analogia de Marx sobre a abelha e o arquiteto apoia essa concepção: “O que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto eleva sua estrutura na imaginação antes de construí-la na realidade” (MARX, 1996, p. 188).

Para transformar a matéria-prima em produto final, o arquiteto precisa projetar, planejar e organizar os componentes da construção em sua imaginação. Seu trabalho mental corresponde ao que Sayers considera ser o aspecto imaterial da produção material. Com base no que Sayers afirmou em diferentes passagens, podemos reforçar seu argumento de que a produção social é material em suas raízes e efeitos, mas (parcialmente) imaterial como processo de trabalho. Essa indicação, no entanto, contradiz sua definição do trabalho como uma atividade material transformadora. Por outro lado, o relato autonomista italiano não nega que o processo de trabalho seja material. Afirma apenas que o produto do trabalho é imaterial. Sayers não nega que todo desempenho laboral é um “gasto material de uma certa quantidade de músculos humanos, nervos, cérebro” (Marx, 1987, p. 272), mas isso não esclarece se a imaterialidade é realmente um “aspecto” do processo de produção material ou um termo infundado (SAYERS, 2011, p. 45).

Trabalho imaterial em Marx

Algumas passagens das Teorias da Mais-Valia de Marx, completamente ignoradas por Sayers, ajudam a entender o que compõe o trabalho imaterial. Sayers (2007)

afirma que a noção de trabalho imaterial foi introduzida pela primeira vez por Lazzarato. As *Teorias da Mais-Valia* de Marx, ao contrário, documentam em detalhes que a noção de trabalho imaterial remonta aos economistas políticos do século XIX (Blanqui, Destutt de Tracy, Ganilh, Garnier, Mill, Petty, Say, Senior, Smith, Storch) (ver, em particular: MARX, 1965, p. 144-146, p. 152-153, p. 180-184, p. 238-240, p. 252-260).

Aqui Marx adota a expressão “produção não-material” (*nichtmatrielle Produktion*), e fala de “trabalho espiritual” (*geistige Arbeit*), “trabalhador espiritual” (*geistiger Arbeiter*) e “produção espiritual” (*geistige Produktion*) como sinônimos de trabalho imaterial, trabalhador e produção (MARX, 1965, p. 146, p. 152, p. 181-182, p. 240, p. 256-258, p. 329, p. 385-386; ver também MARX, 1962, p. 382, p. 674; HAUG, 2009). Para Marx, o trabalho imaterial é o trabalho de atores, artistas, clérigos, médicos, economistas, juizes, advogados, amantes, oradores, policiais, padres, professores, servos, cientistas, soldados, funcionários do Estado, professores, escritores etc. Marx atribui esses tipos de trabalho intelectual ou mental à produção imaterial. Ele exemplifica o trabalho imaterial em termos de sua origem, processo e produto/efeito. A visão autonomista desafia o caráter material/imaterial do último componente. Sayers rejeita essa visão em um lugar, mas a aprova em outro.

Colocado grosseiramente, o termo material significa físico (*stofflich*), corpóreo (*körperlich*), objetivo (*sachlich*), econômico (*ökonomisch*), social (*gesellschaftlich*), o real (*wirklich*) (MARX, 1962, p. 50-52, p. 98). A materialidade é a “forma fundamental” da produção social, “da qual dependem todas as outras formas [de atividade] – mental, política, religiosa etc” (MARX; ENGELS, 1975, p. 82). Um produto imaterial, ao contrário de um material, é algo que não é apreensível no sentido comum. Por exemplo, o valor é “algo imaterial, algo independente de sua consistência material” (MARX, 1973, p. 309; MARX, 1983, p. 230; tradução modificada). A abstração do valor nas relações de produção é aqui descrita como imaterial, por um lado; enquanto, como parte da produção social, é algo material, por outro.

O valor é fisicamente invisível e, no entanto, existe materialmente. Da mesma forma, a força da gravitação é fisicamente invisível e, no entanto, impacta o mundo material. Assim, a característica significativa para o imaterial é que ele expressa uma forma aparente da realidade material, de diferentes maneiras. O imaterial como tal surge como o oposto dialético dos objetos, relações e processos materiais, físicos ou visíveis.

Os produtos do trabalho cultural ou de serviço são materiais por seu caráter transformador nas relações sociais de produção, mas não aparecem como uma cadeira ou mesa. O processo de trabalho mental, intelectual ou imaterial parece, no

entanto, ser algo imaterial, pois consiste em modelos, planos ou reconstruções na imaginação, mas são produtos de atividades biológicas, neurológicas, físicas e sociais.

O trabalho intelectual de, digamos, um arquiteto é um produto de suas atividades mentais, que parecem ser algo imaterial porque não são apreensíveis ou visíveis como os objetos físicos. No entanto, o trabalho intelectual é uma atividade material, por duas razões: 1) desempenha um papel social dentro de todo o processo produtivo e faz parte da realidade material; 2) toda atividade mental é produto de processos biológicos, neurológicos ou físicos do corpo humano.

Isso significa que a mesma forma de aparência (imaterialidade) corresponde à realidade material em diferentes níveis (social ou neurobiológico). Em suma, o produto do trabalho como objeto fisicamente visível ou invisível, e o processo de trabalho como totalidade social, referem-se a diferentes níveis de materialidade. Nesse sentido, eu argumentaria que o imaterial é um aspecto ou momento dialético dentro do material. No entanto, não está evidente se Sayers compartilharia desta hipótese.

Trabalho imaterial na economia da informação

Em relação ao termo imaterial, há duas grandes tendências nos debates recentes sobre a chamada economia da informação. A primeira (Terranova, et al.) herda o termo diretamente do campo autonomista italiano e o estende à economia da informação digital. A outra (Fuchs, et al.) desconsidera o termo, mas amalgama Marx com a abordagem pós-trabalhista. Ambos os relatos derivam do caráter socio-ontológico (imaterial ou material) do processo de trabalho (imaterial ou material) de características objetivas do produto do trabalho; embora a primeira conta identifique o produto e o processo como imateriais, enquanto a segunda os chama de materiais. Esta redução do produto (imaterial/material) ao processo de produção baseia-se numa fórmula simples que equipara a produção como criação de produtos (imateriais/materiais) com a produção como produção de valor e ampliação do capital.

No entendimento de Terranova e Fuchs, os usuários da web contribuem para a criação de dados de usuários que são processados e vendidos para empresas de publicidade. Com base na suposição de que qualquer dado é produto de determinada atividade online, chame-a de material ou imaterial, e que essa atividade cria algo economicamente valioso, ambos os teóricos concluem que a geração de dados digitais é algum tipo de trabalho não remunerado e infinitamente explorado. Em suma, a soma de criação e preço de um produto do trabalho seria igual à produtividade do trabalho.

Marx, por outro lado, via o processo de trabalho como produtivo baseado principalmente nas relações de produção, e não se um produto é criado ou não. O processo de produção já tem como premissa que um produto seja criado. Mas a criação de um produto por si só não é suficiente para caracterizar o processo de trabalho como atividade produtiva. O trabalho é produtivo se é contratado diretamente pelo capital para produzir mais-valia para o capitalista ou contribuir para a autovalorização do capital (MARX, 1962, p. 532).

A posição de Sayers

Neste ponto, deve-se perguntar até que ponto a conceituação do trabalho de Sayers abrange as abordagens atuais sobre o trabalho digital. Sua discussão sobre o trabalho imaterial provavelmente não se restringe a uma mera disputa com os dois primeiros campos (Habermas, Benton, Arendt; Lazzarato, Hardt e Negri), mas promete, ao menos, algum potencial crítico para o terceiro grupo (Terranova, Fuchs). Como sua teoria teria sido valiosa ou útil para os debates atuais sobre o capitalismo? Assim, pode-se questionar não apenas o que Sayers apontou sobre os debates anteriores, como também o que seu relato implicaria para as discussões mais recentes.

O modelo produtivista do primeiro grupo (que considera o trabalho como a atividade que cria um produto material) e a abordagem imaterialista do segundo grupo (que se concentra em outra coisa que não a produção material), ressurge um terceiro argumento.

A crítica de Sayers aos dois primeiros grupos procura mostrar que todo trabalho é material em fonte e efeito, implicando na preposição segundo a qual o trabalho seria uma atividade material. No entanto, ele não reconhece a distinção entre *produção* como criação de um produto e *produção* como produção de valor, e não esclarece a relação entre *material* como característica objetiva de produtos, e *material* como modo social de produção em geral. Além disso, suas opiniões sobre o termo “imaterial”, como mostrei anteriormente, são altamente ambíguas. Ele oscila entre refutar e apropriar-se do termo. Esses limites tornam suas conclusões duvidosas. Então, qual seria a sua contribuição para esses debates?

A tese de Sayers sobre trabalho material/imaterial vai além de descrições superficiais e conceituações fetichistas de novas formas de trabalho, e ele se esforça para se distanciar das abordagens unilaterais e das explicações produtivistas e autonomistas. O conceito de trabalho imaterial é usado por teóricos sociais pós-trabalhistas para sustentar sua afirmação de que a terminologia marxista é incapaz de

lançar luz sobre os aspectos informacionais ou cognitivos do capitalismo. A crítica de Sayers tem como alvo alguns desses teóricos que declaram apressadamente a desatualização do legado de Marx. Em outras palavras, suas hipóteses contribuem para o repúdio às atuais tentativas de minimizar a profundidade do conceito de trabalho de Marx.

Contra Sayers, a imaterialidade é uma forma de apresentação do mundo material; o trabalho imaterial é, portanto, uma categoria social que Marx adotou. O termo “imaterial” não é infundado, a menos que seja apreendido fora de seu contexto. Corresponde a uma forma particular de apresentação de entidades ou relações objetivamente dadas na produção social. Retirado esse problema, a abordagem de Sayers é capaz de evitar uma defesa apologética ou mesmo dogmática de Marx, e ganha terreno sólido para responder aos teóricos do trabalho digital. Nisso reside o mérito que merece atenção crítica.

Quanto a Terranova e Fuchs, apesar de suas retóricas sociocríticas, eles exageram o potencial emancipatório do chamado trabalho digital e permanecem firmemente presos à abordagem produtivista do primeiro campo (Habermas, et al.) (Hardt, et al.). Terranova toma emprestada a noção, enquanto Fuchs apenas critica o argumento sobre o trabalho imaterial no âmbito de seus precursores. Agora a questão é se devemos adotar o termo, como faz Terranova, simplesmente porque ele representa um novo estágio do capitalismo e rejeita as categorias do passado, ou abandoná-lo inteiramente porque leva a implicações falhas, como afirma Fuchs. Com algumas mudanças substanciais, acredito que o relato de Sayers pode oferecer uma terceira via, uma que não caia no ecletismo ou na novidade fetichista, mas apreende o trabalho imaterial em sua base material.

Considerações finais

No entendimento de Marx, a produtividade do trabalho imaterial repousa sobre as relações concretas de trabalho e capital. Aqui o termo imaterialidade refere-se a algumas características objetivas e formas de apresentação do produto do trabalho, como invisibilidade ou não-corporeidade. Por outro lado, a materialidade tem dois significados em Marx. Em primeiro lugar, expressa uma característica objetiva e uma forma de aparência física do produto do trabalho, em oposição à imaterialidade; e segundo, refere-se ao processo de produção social como um todo.

O campo autonomista e seus seguidores acreditam ter encontrado um novo oposto complementar à materialidade como realidade social (uma esfera imaterial dentro da realidade social), formulando uma crítica a Marx. Essa abordagem, no

entanto, não tem sucesso, porque reduz a produtividade do trabalho à criação de produtos de trabalho (imateriais/materiais).

Uma resposta consistente ao campo autonomista e a outros grupos exigiria esclarecimento da diferença entre material e imaterial em diferentes níveis, assim como a compreensão da relação entre criação de produto e produtividade do trabalho imaterial nos estudos econômicos de Marx. Sayers não consegue isso, e isso mina sua resposta, em parte, se não inteiramente, às interpretações atuais do conceito de trabalho de Marx nos debates da economia da informação. Sugiro completar sua crítica adotando o termo “imaterial”.

Referências

ARENDT, H. **The Human Condition**. Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1998.

BENTON, T. “Marxism and Natural Limits: An Ecological Critique and Reconstruction.” In.: **New Left Review**, 178, p. 51–86, 1989.

BENTON, T. “Ecology, Socialism and the Mastery of Nature.” In: **New Left Review**, 194, p. 55–74, 1992.

FUCHS, C. **Digital Labour and Karl Marx**. New York: Routledge, 2014.

HABERMAS, J. **Erkenntnis und Interesse. Mit einem neuen Nachwort**. Frankfurt am Main, Germany: Suhrkamp, 1973.

HABERMAS, J. **Der philosophische Diskurs der Moderne**. Frankfurt am Main, Germany: Suhrkamp, 1988.

HARDT, M.; NEGRI A. **Empire**. Cambridge, Massachussets/London: Harvard University Press, 2001.

HARDT, M.; NEGRI A. **Multitude: War and Democracy in the Age of Empire**. London: Hamish Hamilton, 2005.

HAUG, W. “Historical–Critical Dictionary of Marxism: Immaterial Labour.” **Historical Materialism**, 17, p. 177–185, 2009.

LAZZARATO, M. “Immaterial Labor”. In: VIRNO, P.; HARDT, M. (Ed.). **Radical Thought in Italy: A Potential Politics**. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1996. p. 133–147.

MARX, K. Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Buch I: Der Produktionsprozeß des Kapitals. In: **Karl Marx and Friedrich Engels, Werke**, Berlin, v. 23, 1962.

MARX, K. Theorien über den Mehrwert. In: **Karl Marx and Friedrich Engels, Werke**, Berlin, v. 26.1, 1965.

MARX, K. **Grundrisse: Introduction to the Critique of Political Economy**. New York: Random House., 1973.

MARX, K. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. In: **Karl Marx and Friedrich Engels, *Werke***, Berlin, v. 42, 1983.

MARX, K. **Economic Works 1857–1861**. In: **Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works***, Moscow, v. 29, 1987.

MARX, K. **Capital: A Critique of Political Economy**. In: **Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works***, Moscow, v. 1, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **The German Ideology** In: **Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works***, Moscow, v. 5, 1975.

SAYERS, S. “The Concept of Labor: Marx and His Critics.” **Science & Society**, v. 71, n. 4, p. 431–454, out. 2007.

SAYERS, S. “Labour in Modern Industrial Society.” In: CHITTY, Andrew; MCIVOR, Martin (Ed.). **Karl Marx and Contemporary Philosophy**. New York: Palgrave Macmillan, 2011a.

SAYERS, S. **Marx and Alienation: Essays on Hegelian Themes**. New York: Palgrave Macmillan, 2011b.

TERRANOVA, Tiziana. “Free Labor: Producing Culture for the Digital Economy.” **Social Text**, v. 63. n. 18.2, p. 33–58, 2000.

Trabalho imaterial e a economia da informação: resposta a Kaan Kangal¹

Sean Sayers*

Não tenho certeza se o texto de Kaan Kangal (2016) tem o objetivo de me elogiar ou criticar. Ele vê, corretamente, que minha crítica é direcionada a escritores recentes que estão tentando descartar o conceito de trabalho de Marx, julgando-o ultrapassado. O autor me elogia por isso, e sustenta que meus argumentos podem ser aplicados a trabalhos mais recentes nessa área (130). No entanto, ele argumenta que há três problemas com meus argumentos (124).

Primeiro, ele diz que minha posição sobre o trabalho imaterial é “ambígua” e que “oscilo entre refutar e apropriar o termo” (130). Eu não acho que isso seja verdade. Critico Hardt e Negri e outros escritores recentes que argumentaram que o trabalho na sociedade “pós-industrial” tem um caráter “imaterial” e que o conceito de trabalho de Marx não se aplica a ele. É um erro pensar que a ideia de trabalho de Marx se aplica apenas ao trabalho industrial ou artesanal. Como mostro, aplica-se também ao que Hardt e Negri chamam de trabalho “afetivo” (serviço, cuidado) e “simbólico” (produção informacional, cultural etc.). Embora essas formas de trabalho envolvam um aspecto imaterial, tanto em seus processos quanto em seus resultados, isso não justifica a crítica de Kangal de que eu “readoto a noção de trabalho imaterial” (127), pelo menos não no sentido em que escritores como Hardt e Negri adotam para criticar e rejeitar o conceito de trabalho de Marx.

A segunda crítica de Kangal é que eu “ignoro passagens nas obras econômicas de Marx” que são “decisivas” contra minhas opiniões sobre trabalho imaterial (ibid.). A primeira parte desta crítica está correta: eu ignorei passagens importantes onde Marx discute o trabalho imaterial. No entanto, eles estão no contexto da discussão de Marx sobre o conceito de trabalho produtivo na economia clássica e não são relevantes para minhas críticas aos usos contemporâneos da noção de trabalho imaterial.

¹ Texto publicado originalmente em inglês no periódico *Science & Society*, v. 81, n. 1, p. 133-136 jan. 2017. Traduzido para o português do Brasil por Vinícius Oliveira Santos.

* Professor Emérito de Filosofia na Universidade de Kent. Autor de diversos livros no campo do marxismo, entre os quais destacamos: *Marx and Alienation: Essays on Hegelian Themes* (2011); *Marxism and Human Nature* (Routledge, 1998); *Hegel, Marx and Dialectic: A Debate* (coautoria de Richard Norman 1980).

Kangal utilmente chama a atenção para o fato de que Marx estava perfeitamente ciente das muitas formas do que Hardt e Negri chamam de “trabalho imaterial” que existia em seu tempo. Ele os discute sob os títulos de “trabalho não material” ou “espiritual” (MARX, 1963, 410-411). Nas *Teorias da mais-valia* há ampla discussão sobre os dois principais tipos de trabalho imaterial distinguidos por Hardt e Negri: trabalho afetivo, como o de professores, médicos, padres; e o trabalho simbólico, como o de escritores, artistas, oradores e atores (ibid., 399-411).

O contexto da discussão de Marx é a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo no sentido específico e peculiar dado a esses termos na economia política clássica. Isso se refere apenas ao caráter econômico do produto e às relações econômicas nas quais o trabalho ocorre. Não tem relação com o produto real — material ou imaterial — criado.

Segundo Marx, a produtividade do trabalho é concebida na economia clássica “do ponto de vista do capitalista, não do ponto de vista do trabalhador” (MARX, 1963, 158). Assim, como diz Kangal, o trabalho é descrito como “produtivo” apenas quando “é contratado diretamente pelo capital para produzir mais-valia” (129); é “improdutivo” quando é trocado “diretamente por renda” (MARX, 1963, 157). Isso significa que as preocupações de Marx não têm nada a ver com o fato do processo ou o produto do trabalho ser material ou imaterial: exatamente a mesma atividade física pode ser produtiva em uma situação e não em outra:

A designação do trabalho como trabalho produtivo nada tem a ver com o conteúdo determinado do trabalho. [...] O mesmo tipo de trabalho pode ser produtivo ou improdutivo [...] Milton produziu *Paradise Lost* pela mesma razão que um bicho-da-seda produz seda. Era uma atividade de sua natureza. Mais tarde, ele vendeu o produto por £ 5. Mas o proletário literário de Leipzig, que fabrica livros [...] sob a direção de seu editor, é um trabalhador produtivo; pois seu produto é desde o início subsumido ao capital, e surge apenas com o propósito de aumentar esse capital (MARX, 1963, 401).

Marx também distingue o trabalho imaterial que resulta em um produto material, como um livro ou uma pintura, de formas que não o fazem, como o trabalho de cantores, médicos, advogados, professores etc. (MARX, 1963, 410-411, 405). Mais uma vez, o contexto é uma discussão dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo na economia clássica².

² Como Kangal continua a dizer, o valor é outro produto “imaterial” do trabalho. Ele me critica por não “reconhecer a distinção entre produção como criação de um produto e produção como produção de

O que isso mostra claramente é que Marx estava bem ciente dessas formas “imateriais” de trabalho; que ele não os considera como um problema para seu conceito de trabalho; e que sua discussão sobre eles em *Teorias da mais-valia* não é relevante para meus argumentos com escritores como Hardt e Negri.

O terceiro ponto de Kangal é que meu relato do trabalho imaterial “não se aplica totalmente aos debates recentes sobre trabalho imaterial na economia da informação” (124). Aqui ele não está tanto criticando minha posição quanto argumentando que ela pode ser estendida para abranger novas formas de trabalho pós-industrial e os recentes trabalhos sobre tais conceitos como os dos escritores Terranova e Fuchs (130). Este é um acréscimo útil ao meu argumento e eu o congratulo.

O objetivo principal do meu artigo foi explicar o conceito de trabalho de Marx e mostrar que ele não é refutado pelo advento das formas pós-industriais de trabalho. No entanto, não desejo descartar as questões levantadas pela discussão contemporânea sobre eles. Lazzarato, Hardt e Negri, e os escritores mais recentes que Kangal cita (Terranova, Fuchs), estão todos respondendo a mudanças sociais e econômicas reais no caráter do trabalho. Embora algumas formas particulares sejam claramente novas (trabalho envolvendo computadores, por exemplo), o trabalho imaterial não é um fenômeno novo. Como mostram as passagens mencionadas por Kangal, ela existia no tempo de Marx e muito antes. O que é novo é a extensão tal trabalho no mundo moderno. O trabalho de serviço, o trabalho de escritório e o trabalho no setor de informação têm aumentado rapidamente, enquanto o trabalho na manufatura e na agricultura se encontra em declínio constante. São mudanças reais, ainda que não justifiquem o rótulo “pós-industrial”.

Além disso, muito do trabalho que era feito no passado de forma informal agora está sendo feito cada vez mais por “profissionais” pagos: serviços, cuidados, limpeza doméstica, cozinhar refeições, etc. Desenvolvimentos semelhantes estão ocorrendo no âmbito do que Kangal, seguindo Terranova, chama “trabalho digital” na economia informacional. “Enquanto os usuários da internet navegam na internet, eles indiretamente trabalham de graça” para empresas de internet. “Os usuários da internet contribuem para a criação de dados de usuários que são processados e vendidos para empresas de publicidade [...] essa geração de dados digitais é algum tipo de trabalho não remunerado e infinitamente explorado” (129).

Desta forma, os usuários da web estão criando valor. Em termos econômicos, seu trabalho é “improdutivo”, embora seja usado e explorado com fins lucrativos. Se eles

valor” (130). Novamente, isso é irrelevante para o conceito de trabalho imaterial como Hardt e Negri o estão usando, então não vou discuti-lo aqui.

estivessem fazendo esse trabalho para uma empresa como trabalho assalariado, esse trabalho seria “produtivo”. No entanto, esta atividade está cada vez mais sendo trazida para a rede do trabalho assalariado e submetido ao que Gorz (1989) chama de “racionalidade econômica”.

Estas são algumas das mudanças reais que esses escritores estão descrevendo. Eles respondem a tais transformações de maneiras diferentes. Muitos, como Gorz, as rejeitam e querem preservar uma esfera de trabalho não assalariado (SAYERS, 1998). No entanto, os conceitos de trabalho “material” e “imaterial” não são satisfatórios, nem para compreender esses desenvolvimentos, nem para pensar como responder a eles. As teorias de Marx ainda são válidas e mais úteis para esses propósitos.

Para uma teoria marxiana da comunicação¹

Christian Fuchs*

Introdução

O dia 5 de maio de 2018 marcou o bicentenário de Karl Marx. Cem anos após seu nascimento, o socialista e historiador alemão Franz Mehring, autor de uma das primeiras biografias de Karl Marx, escreveu na ocasião:

O centenário de Karl Marx direciona nossa visão de uma presença horrível para um futuro mais brilhante como um raio de sol que rompe uma nuvem escura e aparentemente impenetrável camadas [...] A crítica inquieta e incansável [...] era sua verdadeira arma. [...] Continuar a trabalhar com base nos alicerces indestrutíveis que ele lançou é a homenagem mais digna podemos oferecer a ele em seu centésimo aniversário (MEHRING, 1918, p. 11-15).

Dado o contexto horrendo em que vivemos hoje, que caracteriza a expansão e intensificação dos nacionalismos e neofascismos, a ameaça de uma nova guerra mundial, crises ambientais, econômicas e políticas; as palavras de Mehring são tão verdadeiras na ocasião do bicentenário de Marx como eram há 100 anos. Marx era, antes de tudo, um teórico crítico; o que implicava que ele era economista crítico, filósofo crítico, cientista político crítico, sociólogo crítico, jornalista crítico e ativista revolucionário. A tarefa desta contribuição, por ocasião do bicentenário de Marx, é mostrar que ele também foi *um estudioso da comunicação crítica*. Esta circunstância foi muitas vezes esquecida na teoria radical porque a comunicação é frequentemente ignorada ou descartada como sendo parte de uma *superestrutura de menor importância*.

O artigo mostra, em três etapas, como as obras de Marx podem fundamentar uma teoria crítica da comunicação: o primeiro item apresenta aspectos do

¹ Artigo traduzido para o português do Brasil por Vinícius Oliveira Santos.

* Professor de Mídia, Comunicação e Sociedade na Universidade de Westminster (Londres). Coeditor da Revista *TripleC: Communication, Capitalism & Critique*, periódico que publicou originalmente o presente texto em homenagem ao bicentenário de nascimento de Karl Marx, em 2018.

materialismo comunicativo, o segundo discute os meios de comunicação e o trabalho comunicativo, a terceira seção tem como foco os fundamentos da crítica ideológica.

Materialidade da comunicação: dialética, crítica, e materialismo comunicativo

Nas *Teorias da mais-valia*, Marx menciona a existência de uma “produção não material” (MARX, 1863, p. 143) que envolve a produção de livros e pinturas, criação, escritores, engenheiros, o trabalho de “artistas executores, oradores, atores, professores, médicos, clérigos, etc.” (Ibid., p. 144). Em um artigo de jornal, ele fala de privilégios como “bens imateriais” (MARX, 1848, p. 477). Nos *Grundrisse*, Marx argumenta que o valor é “algo imaterial, algo indiferente à sua consistência material” (MARX, 1857/58, p. 309).

De acordo com essas premissas, a informação e sua produção não fazem parte da “base material”, mas da “superestrutura”. Essa dicotomia entre materialidade e a imaterialidade pode de fato ser encontrada em versões particulares do pensamento marxista. Assim, por exemplo, o *Pequeno Dicionário do Marxismo-Leninismo* define a superestrutura como “ideias (políticas, legais, culturais, científicas, ideológicas, morais, artísticas)” (BUHR; KOSING, 1979, p. 46). Ele entende a superestrutura como as “relações sociais ideológicas de uma dada sociedade” (Ibid.) e fala consistentemente de “conteúdos institucionais e ideais” (Ibid., p. 47). O problema é que a questão a matéria pode ser entendida como a substância e o fundamento do mundo. Se alguém assume que a possibilidade de existência de algo imaterial, pressupõe-se duas substâncias – matéria e espírito. A implicação, então, não seria apenas religiosa e esotérica, na qual o espírito existiria como substância no universo, como também a ideia de que a mente humana seria independente da matéria.

Marx, no entanto, não usa frequentemente o conceito de imaterialidade. Ele emprega-o, principalmente, em rascunhos. Em *O Capital*, o autor, ao contrário, diz que “o ideal nada mais é do que o mundo material” traduzido em “mente do homem” e em “formas de pensamento” (MARX, 1867, p. 102). Ele também escreve sobre “as potencialidades intelectuais [*geistige Potenzen*] do processo material de produção” (Ibid., p. 482). Na *Ideologia Alemã*, Marx diz que “a produção de ideias, de concepções, de consciência, está inicialmente diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens – a linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 1845/46, p. 36). A mente “está desde o início aflita com a maldição de ser ‘sobrecarregada’ de matéria” (Ibid., p. 43-44).

Tomadas em conjunto, essas formulações demonstram que informação e comunicação são formas da matéria, e que a produção de informação faz parte da produção da produção material. Quando Marx fala do “intercâmbio material dos homens”, o que está em evidência não é apenas o processo de pensamento humano, mas como os humanos, no processo de comunicação, correlacionam seus pensamentos e, assim, produzem uma nova totalidade. Ao enfatizar que a comunicação é “a linguagem da vida real”, Marx destaca que a informação e a comunicação não são irreais ou imateriais, mas fazem parte da produção e reprodução humana, processos da vida cotidiana.

Mas assim como o idealismo comunicativo, e sua equivocada noção de comunicação como superestrutura, o materialismo comunicativo vulgar também deve ser evitado. Os escritos de Stalin sobre linguística são um tipo ideal de materialismo comunicativo vulgar:

[...] a linguagem radicalmente difere da superestrutura. A linguagem não é produto de uma ou outra base, velha ou nova, dentro de uma dada sociedade, mas de todo o curso da história da sociedade por muitos séculos. [...] É comum a todos os membros dessa sociedade, isto é, a linguagem é comum a todo o povo. O papel funcional da linguagem, como meio de comunicação entre as pessoas, consiste não em servir uma classe em detrimento de outras, mas em servir igualmente toda a sociedade, incluindo as diferentes classes. [...] A linguagem, ao contrário, está diretamente ligada à atividade produtiva do homem, como às outras atividades em todas as suas esferas de trabalho, desde a produção da infraestrutura até a superestrutura. [...] Por isso a esfera de ação da linguagem, que abrange todos os campos da atividade do homem, é muito mais ampla e mais abrangente do que a esfera de ação da superestrutura. A linguagem, como meio de comunicação, sempre foi e continua sendo a única linguagem de uma sociedade, isto é, comum a todos os seus membros (STALIN, 1972, p. 5-20).

Os escritos de Stalin sobre a linguagem cumpriam um propósito ideológico: ele queria enfatizar que a língua seria a característica constitutiva da nação. Na obra *O Marxismo e a Questão Nacional*, Stalin (1913, p. 306) enfatiza, por exemplo, que “[...] uma linguagem comum é uma das características de uma nação”. Em vez de apresentar seu caráter ideológico e dominador, Stalin reificou a nação.

O marxista humanista Leo Kofler (1970, p. 135-136) criticou a abordagem stalinista de linguagem como reducionista e mecanicista:

Stalin percebe principalmente o lado técnico, fonético-morfológico e emblemático da linguagem, ou seja, seu lado relativamente fixo. No entanto, seu olho dialeticamente destreinado não é capaz de ver o que tem sido inadequadamente chamada de “estilística”, mas que pode ser melhor denominada como a verdadeira “vida” da linguagem, isto é, a essência plenamente válida e verdadeira da linguagem. Os escritos de Stalin negligencia completamente esse lado da linguagem. Mas esta “vida” constitui precisamente o momento ideológico e, portanto, mutável da linguagem, ou, melhor expresso, o momento ideológico e, portanto, necessariamente mutável, da linguagem. A tecnologia e a vida da linguagem estão relacionadas entre si como forma e conteúdo.

O ponto de Kofler é que Stalin se concentra apenas na sintaxe e na tecnologia da linguagem e deixa de fora seu uso, conteúdo, semântica e pragmática. Uma abordagem dialética da linguagem precisa levar em conta seu lado formal e semântico, aspectos tecnológicos e culturais, o econômico e não econômico etc.

Um pequeno número de abordagens que hoje são amplamente ignoradas, esquecidas ou ainda não descobertas dentro da teoria marxista enfatizaram o caráter material da comunicação. Raymond Williams aponta que muitas abordagens marxistas separam a economia e cultura não são “materialistas o suficiente” (WILLIAMS, 1977, p. 97). Separar “‘cultura’ da vida social material” é uma forma de idealismo (Ibid., p. 19). Em tais abordagens idealistas, “a produção intelectual e cultural [...] parecem ser ‘imateriais’” (WILLIAMS, 1989, p. 205). Williams critica abordagens que separam matéria e ideias, seja temporalmente, argumentando que primeiro vem “produção material, depois consciência, depois política e cultura” ou espacialmente, assumindo que existem níveis e camadas construídos a partir da base econômica (WILLIAMS, 1977, p. 78). A linguagem e a comunicação são práticas materiais de produção (Ibid., p. 165). Williams fala do “caráter material da produção de uma ordem cultural” (Ibid., p. 93)².

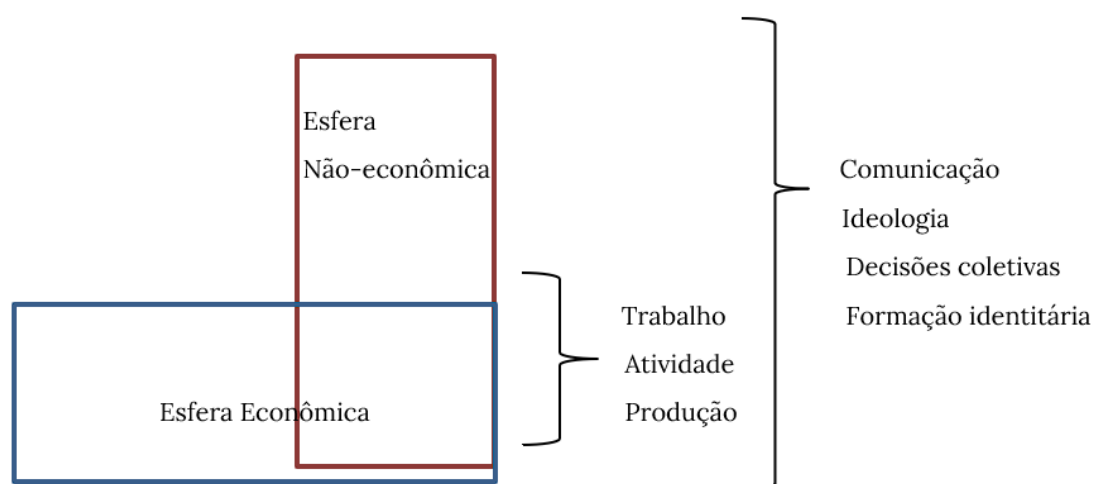
Georg Lukács (1986a; 1986b) argumenta com seu conceito de pôr teleológico que a produção orientada para alcançar objetivos é a característica chave dos seres sociais. A linguagem e a comunicação são para Lukács características fundamentais da sociedade, um complexo que possibilita a reprodução da sociedade (FUCHS, 2016a). Ferruccio Rossi-Land (1983) destacou o caráter do trabalho comunicativo (ver FUCHS 2016a). Horst Holzer (1975, p. 30) enfatiza que “[...] os humanos produzem comunicativamente e se comunicam produtivamente” (ver FUCHS, 2017a).

² Para uma discussão detalhada de como o conceito de comunicação está relacionado ao materialismo cultural de Williams, ver Fuchs (2017b).

Tais abordagens colocam em primeiro plano o caráter material da comunicação, que significa que a comunicação é o processo material de produção e reprodução das relações sociais, sistemas sociais, organizações, grupos, instituições, subsistemas, sociedade, e sociabilidade. A comunicação é, ao mesmo tempo, idêntica e não idêntica à economia e ao processo de trabalho. Assim como toda produção, a comunicação é proposital: tem como objetivo criar relações sociais. Mas a comunicação também tem um diferencial específico que o diferencia de outros processos de trabalho: cria e difunde significados e, portanto, é um processo de criação de sentido no âmbito da produção e do trabalho.

A Figura 1 mostra a relação entre as esferas econômica e o não econômica. A comunicação é um processo que se estende por ambas as esferas:

Figura 1 – Relação entre a esfera econômica e não-econômica da sociedade



A comunicação constitui um tipo particular de produção, e nisto reside uma de suas características importantes. Não é apenas produção, mas produção social. Não produzimos e comunicamos sozinhos e isolados, como a metáfora de Robinson Crusoe em sua ilha, mas em companhia, em comum, e em processos de cooperação. Sobre o assunto, Marx enfatiza o caráter social da comunicação:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência, e a linguagem é a consciência prática, real que existe também para os outros homens, e só por isso existe também para mim. A linguagem, como a consciência, só surge da necessidade de intercâmbio com outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para

mim; o animal não se “relaciona” com nada, e não se relaciona absolutamente. Para o animal, sua relação com outros não existe como relação. A consciência é, portanto, desde o início um produto social, e assim permanece enquanto os homens existem (MARX; ENGELS, 1845, p. 44).

Que a comunicação e a linguagem sejam sociais também significa que os humanos se desenvolvem, criam e comunicam nomes para instâncias, pois eles

[...] usam essas coisas em prática, [...] essas coisas são úteis para eles. [...] Em certo estágio de evolução, as necessidades assim como os meios de satisfazê-las devem crescer e se desenvolver. Neste momento, a humanidade classificará linguisticamente as coisas que a experiência distinguiu do restante do mundo exterior [...] Assim, os seres humanos realmente começaram apropriando-se de certas coisas do mundo exterior como meio de satisfazer suas próprias necessidades, etc. etc.; mais tarde, chegaram a um ponto em que também nomeam linguisticamente as coisas de acordo com o a sua experiência prática, ou seja, como meio de satisfazer suas necessidades, como coisas que os “satisfazem” (MARX, 1881, p. 539).

Um dos principais insights sociológicos críticos de Marx é que no capitalismo, bem como na sociedade em geral, tudo o que existe é constituído por relações sociais: mercadoria, capital, capitalismo, trabalho, dinheiro, valor, as classes, a exploração, a dominação, as lutas sociais, o comunismo etc. são relações sociais. Marx neste contexto compara a humanidade com a mercadoria:

Em certo sentido, um homem está na mesma situação que uma mercadoria. Como ele não entra no mundo na posse de um espelho, nem como um filósofo fichtiano que pode dizer 'eu sou eu'; um homem primeiro se vê e se reconhece em outro homem. Pedro só se relaciona consigo mesmo como homem por meio de sua relação com outro homem, Paulo, a quem ele reconhece sua semelhança. Com isso, porém, Paulo também se torna, da cabeça aos pés, em sua forma física como Paulo, a forma de aparência da espécie humana de Pedro (MARX, 1867, p. 144).

Marx aqui enfatiza que a humanidade é constituída através das relações sociais. Ao fazer uma comparação metafórica com a mercadoria, ele não pretende afirmar que todas as relações sociais sejam instrumentais e voltadas para o lucro, nem que as relações sociais são uma forma de troca. O autor pretende salientar que a mercadoria tomada na perspectiva das relações sociais revela algo sobre o capitalismo e a sociedade em geral. Na troca de mercadorias, comprador e vendedor se relacionam e trocam produtos como iguais, no sentido de estarem inseridos em condições sociais

específicas. Ao mesmo tempo, qualquer troca de mercadorias, assim como qualquer outra relação social, tem características gerais da sociabilidade humana, como o uso de mediações, conteúdo, significados, contexto e impactos da comunicação.

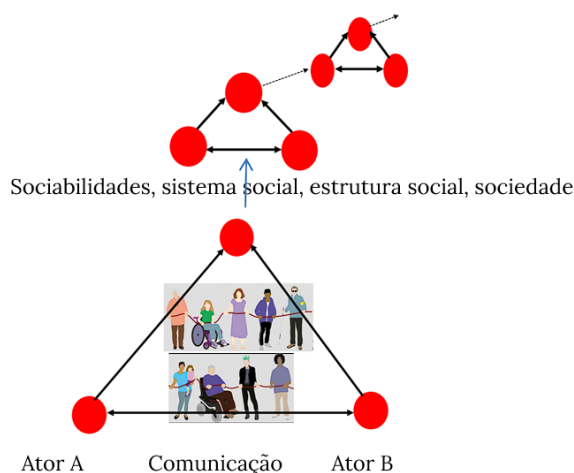
As relações sociais precisam ser produzidas e reproduzidas. A comunicação é o processo de produção e reprodução das relações sociais e, portanto, da sociedade. Marx salienta que a linguagem e a comunicação são relações sociais ao mesmo tempo em que elas produzem as relações sociais. A sociedade é possível porque se baseia no caráter social da linguagem e da comunicação, bem como no caráter comunicativo das relações sociais.

Não só o material de minha atividade me é dado como um produto social (como até mesmo a linguagem em que o pensador está ativo): minha própria existência social é atividade e, portanto, o que faço de mim, faço de mim para a sociedade e com a consciência de mim mesmo como ser social (MARX, 1844c, p. 298).

E ainda:

No que diz respeito ao indivíduo, é claro, por exemplo, que ele se relacione com a própria linguagem como membro natural de uma comunidade humana. A linguagem, como o produto de um indivíduo, é uma impossibilidade. Mas o mesmo vale para a propriedade. A própria linguagem é o produto de uma comunidade, assim como é, em outro aspecto, em si a presença [*Dasein*] da comunidade, presença essa que se desenvolve sem, necessariamente, falar (MARX, 1857/58, p. 490).

Figura 2: Modelo de comunicação como um processo social de produção



A Figura 2 mostra um modelo de comunicação na perspectiva de seu processo de produção social: seres humanos, através da comunicação, produzem as relações sociais que entram em novos processos de comunicação de modo que a sociabilidade seja uma totalidade aberta. Os seres humanos produzem e reproduzem o mundo social (incluindo relações sociais, estruturas sociais, sistemas sociais, grupos, organizações, instituições, subsistemas, sociedade). As estruturas sociais (re)produzidas repetidamente entram em novos processos de comunicação que, de maneira auto-reflexiva, criam e recriam estruturas sociais. Em outras palavras, pode-se dizer que a sociedade emerge constantemente da dialética entre as estruturas e a agência humana, dentro da qual a comunicação é o processo que produz a mediação entre tais instâncias. Nessa mediação, os seres humanos coproduzem estruturas sociais cujo conteúdo liberta ou restringe a ação humana, de modo que a dialética se reproduz constantemente e dinamicamente na sociabilidade humana, as estruturas sociais e a sociedade, isto é, comunicação é o processo produtivo mediador que organiza a dialética entre a estrutura e agência como totalidade aberta.

Marx analisou não apenas o processo de comunicação, como também o papel dos meios da comunicação e do trabalho cultural/comunicativo no capitalismo, conforme será apresentado a seguir.

Os meios de comunicação e o trabalho comunicativo no capitalismo

No volume primeiro de *O Capital*, mais especificamente no capítulo *Maquinaria e Grande Indústria*, Marx desenvolve o conceito dialético de tecnologia. Ele enfatiza que

a tecnologia capitalista tem um caráter contraditório: ela promove novos potenciais de cooperação e bem-estar, porém, nas condições capitalistas, também se torna um meio de exploração e dominação. A tecnologia capitalista é ambivalente, ambígua e contraditória (para uma discussão detalhada, ver FUCHS, 2016b, Capítulo 15). A abordagem dialética de Marx para a tecnologia e a sociedade nos permite hoje - na era das mídias sociais, big data, computação em nuvem, comunicação móvel, indústria 4.0, inteligência artificial etc. - evitar o tecno-otimismo que celebra cada inovação sem criticar os impactos negativos; bem como o tecno-pessimismo que combate invariavelmente a tecnologia, e prega o retorno a uma sociedade sem a tecnologia moderna moldada pelo trabalho. O ponto de vista eminentemente adequado da tecnologia política e da comunicação consiste em apropriar, transformar, redesenhar, remodelar os meios de produção e os meios de comunicação, como meios particulares de produção em uma direção progressista, o que requer mudança social junto com a transformação tecnológica.

Assim, Marx, por um lado, enfatiza o papel dominante da tecnologia capitalista:

Todo desenvolvimento de novas forças produtivas é ao mesmo tempo uma arma contra os trabalhadores. Todas as melhorias nos meios de comunicação, por exemplo, facilitam a competição de trabalhadores em diferentes localidades e transformar a competição local em nacional, etc. (MARX, 1847, p. 423).

No aperfeiçoamento de maquinaria, nenhuma aplicação da ciência para produção, sem artifícios de comunicação, sem novas colônias, sem emigração, sem abertura de mercados, nenhum comércio livre, nem todas essas coisas juntas, acabarão com as misérias das massas trabalhadoras; mas que, na atual base falsa, cada novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho deve tender a aprofundar os contrastes sociais e apontar antagonismos sociais (MARX, 1864, p. 9).

Por outro lado, Marx argumenta que as tecnologias modernas podem ser apropriadas e transformadas. Assim, por exemplo, ele escreve que a “apropriação do próprio poder produtivo geral pelo trabalhador” (MARX, 1857/58, p. 705) tem o potencial de promover “a redução do trabalho necessário da sociedade ao mínimo, o que então corresponde a o desenvolvimento artístico, científico etc. dos indivíduos no tempo liberado, e com os meios criados, para todos eles.” (Ibid., 706).

Marx destaca que há uma dialética dos aspectos temporais e espaciais da sociedade e o desenvolvimento da tecnologia e das comunicações (os meios de comunicação). As tecnologias não se desenvolvem arbitrariamente. Nas sociedades de

classes, seu surgimento é moldado por interesses particulares e estruturas de poder. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento e o uso da tecnologia não são determinados, mas também possuem um grau de imprevisibilidade.

O capitalismo possui limites espaciais e temporais, e assim tenta superá-los para evitar a crise e prosseguir com os processos de acumulação. “O capital é o impulso sem fim e sem limites para ir além de seus limites” (MARX, 1857/58, p. 334). A acumulação de capital requer: 1) força de trabalho; 2) meios de produção (matérias-primas, tecnologias, infraestrutura); 3) mercados; 4) capital e investimento de capital. Globalização e Imperialismo são estratégias para baratear o acesso à força de trabalho e aos meios de produção, bem como obter acesso a novos mercados de commodities e oportunidades de exportação de capital e investimento de capital. As novas tecnologias de transporte e comunicação produto e produtoras da globalização do capitalismo:

A revolução nos modos de produção da indústria e da agricultura tornou necessária uma revolução nas condições gerais de processo social de produção, ou seja, nos meios de comunicação e transporte. [...] os meios de comunicação e transporte gradualmente se adaptaram ao modo de produção da grande indústria por meio de um sistema de vapores fluviais, ferrovias, navios a vapor oceânicos e telégrafos (MARX, 1867, p. 505-506).

Não é por acaso que a Internet se tornou tão importante em uma nova fase da globalização do capitalismo. A globalização da produção aumenta o tempo de rotação do capital, o tempo total é necessário para produzir e vender mercadorias, porque as mercadorias precisam ser transportadas de um lugar para outro. Como consequência, o capitalismo se esforça para desenvolver inovações tecnológicas em transportes e comunicações, a fim de acelerar a produção, a distribuição de mercadorias e a circulação de capital. “Economia de tempo, a isso toda economia acaba se reduzindo” (Marx 1857/58, p. 173).

O capitalismo é moldado pelo impulso de expandir e acumular capital e poder. O caráter imperialista inerente ao capitalismo exige que a exploração do trabalho, as vendas de mercadorias e as formas de governo sejam organizadas através de distâncias espaço-temporais. O capitalismo, portanto, avança no desenvolvimento de tecnologias que permitem a organização do capitalismo percorrendo longas distâncias espaciais em pouco tempo. Além disso, há uma tendência capitalista de aceleração. A aceleração é baseada no princípio de acumular mais poder econômico, político e cultural em menos tempo. A aceleração implica que mais mercadorias são

produzidas e consumidas, mais decisões são tomadas e mais experiências organizadas em cada vez menos tempo.

Como tendência, a lógica capitalista da acumulação convoca processos de aceleração, globalização e financeirização como estratégias capitalistas e o que David Harvey (2003) denomina correções temporais, espaciais e espaço-temporais que visam superar temporariamente as tendências de crise inerentes ao capitalismo. “O ‘fixo’ espaço-temporal [...] é uma metáfora para um tipo particular de solução para crises capitalistas por meio de adiamento temporal e expansão geográfica” (HARVEY, 2003, p. 115). O capitalismo tende a adiar as crises geograficamente e temporalmente (para o futuro), mas repetidamente atinge seus limites, apresentando suas crises. O desenvolvimento de novas tecnologias está inserido na busca de correções espaço-temporais para as tendências de crise imanentes do capitalismo.

O transporte pessoas, informações e mercadorias é uma característica fundamental do capitalismo. Os meios de transporte e os meios de comunicação desempenham, portanto, um papel significativo na organização da acumulação. As citações a seguir mostram a importância que Marx dá ao fenômeno do “encurtamento do tempo e do espaço por meios de comunicação e transporte” (MARX, 1865, p. 125):

Se o progresso da produção capitalista e o conseqüente desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação encurtam o tempo de circulação de uma dada quantidade de mercadorias, o mesmo progresso e a oportunidade proporcionados pelo o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação introduz, inversamente, a necessidade de trabalhar para mercados cada vez mais distantes, em uma palavra, para o mercado mundial. A massa de mercadorias em trânsito cresce enormemente e, portanto, o mesmo acontece com a parte do capital social que permanece por longos períodos no estágio do capital-mercadoria, no tempo de circulação – tanto absoluta quanto relativamente. Um crescimento simultâneo e associado ocorre na parcela da riqueza social que, em vez de servir como meio direto de produção, é alocada em meios de transporte e comunicação, e sobre o capital fixo e circulante necessário para manter estes em operação (MARX, 1885, p. 329).

O principal meio de reduzir o tempo de circulação tem sido a melhoria das comunicações (MARX, 1894, 164).

Quanto mais a produção se baseia no valor de troca, tanto mais importantes se tornam as condições físicas de troca – os meios de comunicação e transporte – para os custos de circulação. O capital, por sua natureza, vai além de todas as barreiras espaciais. Assim, a criação das condições físicas de troca – dos meios de comunicação e transporte – o aniquilação do espaço pelo tempo – torna-se uma necessidade extraordinária. Apenas na medida em que o produto direto possa ser realizado em mercados distantes em grandes quantidades, em proporção à redução dos custos de transporte, e somente na medida em que,

ao mesmo tempo, os próprios meios de comunicação e transporte podem render esferas de realização do trabalho, impulsionados pelo capital; apenas na medida em que é comercial o tráfego ocorre em volume massivo – em que mais do que a mão de obra necessária é substituído – só nessa medida o barateamento da produção de meios de comunicação e transporte é uma condição para a produção baseada no capital (MARX, 1857/58, p. 524-525).

Marx descreve não apenas a importância dos meios de comunicação no capitalismo, também como se desenvolve a produção do conhecimento e da comunicação em face da necessidade do capitalismo de aumentar a produtividade. Aumentar a produtividade requer progresso científico e conhecimento especializado na produção. A crescente importância do conhecimento e do trabalho comunicativo é consequência do desenvolvimento capitalista das forças produtivas. Marx, nos *Grundrisse*, antecipou o surgimento do que alguns hoje chamam de capitalismo informacional, capitalismo digital, ou capitalismo cognitivo. Ele fala neste contexto do intelecto geral:

O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto conhecimento tornou-se uma força direta de produção, e até que ponto, então, as condições do próprio processo da vida social ficaram sob o controle de o intelecto geral e foi transformado de acordo com ele (Ibid., 706).

Também em *O capital*, Marx destaca a importância da indústria da comunicação para o capitalismo. Ele argumenta que a “indústria da comunicação” que se concentra no “movimento de mercadorias e pessoas e na transmissão de mera informação – cartas, telegramas etc.” é “economicamente importante” (MARX, 1885, p. 134). Ele escreve que há capitalistas que “tiram o maior lucro de todo novo desenvolvimento do trabalho universal do homem” (MARX, 1894, p. 199). Hoje, esses capitalistas são CEOs, gerentes e acionistas de corporações transnacionais de comunicação como Apple, AT&T, Verizon, Microsoft, China Mobile, Alphabet/Google, Comcast, Nippon, Softbank, IBM, Oracle, Deutsche Telekom, Amazon, Telefónica, etc.

As teorias da sociedade da informação, cujo tipo ideal é a abordagem de Daniel Bell (1976), afirmam que a produção da informação se tornou dominante na economia e transformou radicalmente a sociedade em uma nova formação. Os marxistas costumam criticar tais alegações que acarretam o perigo de negligenciar e minimizar as continuidades de capitalismo. Consequentemente, os ideólogos neoliberais frequentemente celebram as novas tecnologias como transformações radicalmente positivas. Mas ao querer evitar o determinismo tecnológico e o idealismo, os

marxistas muitas vezes ignoram o papel das tecnologias de comunicação e produção de informação na economia e na sociedade. O ponto é que hoje vivenciamos a interação de muitos capitalismos, incluindo o capitalismo digital, o capitalismo comunicativo, o capitalismo financeiro, o capitalismo da mobilidade, o capitalismo hiperindustrial etc. (FUCHS, 2014, Capítulo 5).

O marxismo autonomista, especialmente a versão avançada por Michael Hardt e Antonio Negri, baseou-se na noção de intelecto geral de Marx enfatizou a ascensão do conhecimento no capitalismo:

O intelecto geral é uma inteligência coletiva e social criada por conhecimentos acumulados, técnicas e know-how. O valor do trabalho é assim realizado por uma nova força de trabalho universal e concreta através da apropriação e livre uso das novas forças produtivas. O que Marx viu como o futuro é a nossa era. [...] Assim como em uma era anterior, Lenin e outros críticos do imperialismo reconheceu uma consolidação de corporações internacionais em quase monopólios (mais de ferrovias, bancos, energia elétrica, e afins), hoje assistimos a uma competição entre corporações transnacionais para estabelecer e consolidar quase-monopólios sobre a nova infraestrutura de informação (HARDT; NEGRI, 2000, p. 300, p. 364).

Hardt e Negri estão entre o limitado número de teóricos radicais que assumiu o papel da comunicação no capitalismo com seriedade.

Marx também foi visionário em relação ao surgimento da Internet. Ele imaginou um sistema que permite estabelecer “interconexões”, onde “cada indivíduo pode adquirir informações sobre a atividade de todos os outros e tentar ajustar a sua em conformidade”, e “[...] são introduzidas conexões que incluem a possibilidade de suspender o antigo ponto de vista” (MARX, 1857/58, p. 161). Marx não dá aqui uma perfeita descrição da Internet?

Outra importante contribuição realizada por Marx que podem ser concebidas como fundamentos de uma teoria da comunicação é sua crítica da ideologia, tema abordado no próximo item.

Ideologia como comunicação fetichizada, e o fetichismo como comunicação ideológica

Marx teorizou criticamente a ideologia e praticou a crítica da ideologia da religião, do pensamento burguês e do capitalismo. Em seus primeiros trabalhos, o

autor enfatizou que as ideologias criam ilusões, promovendo uma crítica avassaladora às manifestações ideológicas da religião:

A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma realidade sem espírito. É o ópio do povo. Para abolir a religião como uma a felicidade ilusória do povo é necessário constuir sua real felicidade. A exigência de abandonar as ilusões sobre a sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões (MARX, 1844b, p. 175-176).

Para Marx, a crença na religião é uma expressão ideológica de uma sociedade dominadora. O autor elaborou uma objeção aos pensadores de esquerda como Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach pois suas críticas da religião não abrangem a crítica ao capitalismo. Para Marx, “a crítica do céu” deveria se transformar na “[...] crítica da terra, a crítica da religião a partir da crítica do direito, a crítica da teologia a partir da crítica da política” (Ibid., 176).

A *Ideologia Alemã* é um rascunho de livro que Marx e Engels escreveram para obter autocompreensão da filosofia alemã contemporânea, e elaborar uma da filosofia em suas épocas. Na *Ideologia Alemã*, Marx argumenta que em “toda ideologia os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura” e que “esse fenômeno surge justamente no seu processo de vida histórico assim como a inversão de objetos na retina de seu processo de vida físico” (MARX; ENGELS, 1845/46, p. 36). Aqui fica evidente que Marx concebe a ideologia com base na dialética da essência e da aparência de Hegel: as ideologias escamoteiam a realidade da existência.

Os processos ideológicos escondem a verdadeira essência da realidade por trás de falsas aparências, apresentando essas falsas aparências como verdades. A ideologia faz o ser parecer imediato, mas trata-se de uma realidade ilusória cuja simplicidade esconde a complexidade subjacente do mundo que nem sempre pode ser experimentada diretamente. Hegel (1991), argumenta que o “[...] o ser imediato das coisas é [...] representado como uma espécie de casca ou cortina atrás da qual a essência está escondida”. Para Hegel, as verdades escondidas por trás das aparências fazem parte da lógica do mundo. Em contraste, para Marx o processo de esconder, naturalizar, ocultar e fazer desaparecer a verdade é uma expressão imanente e prática nas sociedades divididas em classes.

Em *O Capital*, Marx (1867, p. 163-177), no conceito de fetichismo da mercadoria, desenvolveu a percepção de que a ideologia esconde as relações de poder e naturaliza a dominação. A mercadoria é uma “coisa misteriosa” e “muito estranha” (Ibid., 163)

O misterioso caráter da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que a mercadoria reflete as características sociais do próprio trabalho dos homens como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, e como propriedades sócio-naturais dessas coisas. Portanto, também reflete a relação social dos produtores como uma relação social entre objetos, uma relação que existe à parte e fora dos produtores. Através desta substituição, os produtos do trabalho tornam-se mercadorias, coisas sensíveis que são ao mesmo tempo supra-sensíveis ou sociais (Ibid., 164-165).

A própria estrutura do capitalismo faz com que mercadorias, capital, dinheiro, classes etc. apareçam como propriedades espontâneas da sociedade. Por causa da divisão do trabalho e do caráter mediado do capitalismo, produtores e consumidores não vivenciam diretamente todo o processo de produção da mercadoria. No cotidiano da vida capitalista, somos confrontados principalmente mediante mercadorias e dinheiro como coisas, enquanto o processo de produção e suas relações de classe permanecem ocultos. O capitalismo é, portanto, em si mesmo ideológico em as próprias práticas da produção capitalista. O fetichismo é ideológico assim como a ideologia é fetichista: a ideologia fetichiza certas relações sociais mutáveis como entidades estáticas, imutáveis, naturais, semelhantes a coisas.

A mercadoria está ligada a uma peculiar forma capitalista de linguagem e comunicação: “[...] a mercadoria como tal é indiferente a todas as formas religiosas, políticas, nacionais e barreiras linguísticas. Sua linguagem universal é o preço e seu vínculo comum é o dinheiro” (MARX, p. 1859, 384). Em *O Capital*, Marx argumenta que o preço da mercadoria (o valor monetário que expressa o valor médio de uma mercadoria) e valor são a verdadeira linguagem da mercadoria:

Como se vê, tudo o que a análise do valor das mercadorias nos disse anteriormente é dito pelo próprio linho assim que entra em contato com outra mercadoria, o casaco. A única diferença é que ele revela seus pensamentos na linguagem que lhe é própria, a linguagem das mercadorias. Para dizer que seu próprio valor foi criado pelo trabalho, na qualidade abstrata de trabalho humano, ele diz que o casaco, na medida em que lhe equivale – ou seja, na medida em que é valor –, consiste do mesmo trabalho que o linho. Para dizer que sua sublime objetividade de valor é diferente de seu corpo, ele diz que o valor tem a aparência de um casaco e, com isso, que ele próprio, como coisa de valor, é tão igual ao casaco quanto um ovo é ao outro. Note-se de passagem

que a língua das mercadorias, além do hebraico, tem também muitos outros dialetos, mais ou menos corretos. Por exemplo, o termo alemão “Wertsein” [ser valor] expressa – de modo menos certo do que o verbo românico *valere*, *valer*, *valoir* – o fato de que a equiparação da mercadoria B com a mercadoria A é a própria expressão de valor da mercadoria (MARX, 1867, p. 143-144).

As informações de preço comunicam o valor de uma mercadoria. O capitalismo tem sua forma particular de comunicação capitalista, na qual as coisas parecem falar com os humanos. O processo de venda de mercadorias é uma forma de comunicação desumanizada na qual os humanos não interagem entre si: a mercadoria fala aos humanos através de seu preço e de sua publicidade. A forma mercadoria é um meio de comunicação capitalista que, por conta de seu caráter fetichista, oculta as relações sociais e as estruturas de poder nas quais os humanos produzem comunicativamente, comunicam produtivamente; assim como constituem e reproduzem relações de classe e exploração. A sociabilidade marcada pela forma mercadoria se comunica de forma reificada e fetichista, que “fala” aos humanos as qualidades e preços de coisas. Horst Holzer (1975, p. 45) destaca nesse contexto que o “caráter comunicativo das mercadorias e o caráter mercantil da comunicação” formam o “fundamento da uma síntese ilusória ao nível da sociedade como um todo”.

A forma mercadoria não apenas comunica preços, como também comunica a aparência de que a mercadoria e o capital se configuram como forças naturais de organização da sociedade. Dado o status reificado e alienado da mercadoria no capitalismo, a forma de comunicação da mercadoria (a publicidade como mercadoria audiência/usuário, força de trabalho comunicativa como mercadoria, acesso à informação e comunicação como mercadoria, conteúdos comunicativos como mercadoria, tecnologias de comunicação como mercadoria etc.) também pode aparecer como propriedades da comunicação.

“As relações sociais de produção embutidas nos bens são sistematicamente ocultas dos nossos olhos. O significado real dos bens, de fato, é esvaziado na produção capitalista e consumo” (JHALLY, 2006, p. 88). A produção capitalista, através do fetichismo da mercadoria, esvazia o significado real das mercadorias e torna invisíveis os processos reais de comunicação assim como suas estruturas de poder que organizam a produção de mercadorias.

Neste sentido, a publicidade é uma forma de comunicação fetichizada que fornece e comunica significados artificiais para mercadorias. “A produção esvazia, a publicidade preenche” (Ibid., 89). A publicidade é tão poderosa porque conta histórias de mercadorias e fornece significados sobre bens e serviços. Ela usa as mais

sofisticadas estratégias para alcançar este objetivo das quais podemos mencionar a chamada *black magic*, uma estratégia de comunicação na qual “as pessoas passam por transformações físicas repentinas” com o objetivo de encantar outras pessoas (Ibid., 91). “A verdadeira função da publicidade não é dar informações às pessoas, mas fazer com que se sintam bem” (Ibid.).

A publicidade pode ser apresentada mediante muitas perspectivas críticas: 1. Uma forma secular de religião, isto é, um sistema mágico de comunicação (WILLIAMS, 1980); 2. Um sistema de fetichismo da mercadoria: promete satisfação e felicidade através do consumo de coisas (Jhally 2006, 102); 3. A expressão da propaganda que promove a ideologia da felicidade humana através do consumo de mercadorias; 4. Para além de uma forma de comunicação ideológica que funciona como propaganda de mercadoria, a publicidade é também uma mercadoria peculiar que é produzida através da exploração do trabalho do público e dos usuários que geram atenção e dados. (SMYTHE, 1977; FUCHS, 2014; FUCHS, 2015).

Em seus Comentários sobre os *Elementos da Economia Política* de James Mill, Marx (1844a) deixa claro que a linguagem das mercadorias não é uma verdadeira forma de comunicação, mas um tipo de comunicação alienada e alienante típica do capitalismo. No capitalismo, a linguagem e a comunicação são ideologicamente deformadas, fetichizantes e naturalizantes:

A única linguagem inteligível em que conversamos uns com os outros [no capitalismo] tem como foco nossos objetos em sua relação uns com os outros. Não entenderíamos uma linguagem humana e ela permaneceria sem efeito. De um lado, ela seria reconhecida e sentida como um pedido, uma súplica e, portanto, uma humilhação proferida com sentimento de vergonha, de degradação. Por outro lado, seria considerada como insolência ou loucura, e rejeitada como tal. Estamos tão afastados da natureza essencial do homem que a linguagem direta da essência humana pode parecer uma violação da dignidade humana. Ao mesmo tempo, a linguagem estranha dos valores materiais parece ser a afirmação da dignidade humana, que é autoconsciente de si mesma (MARX, 1844a, p. 227).

Para Marx, o caráter fetichista da linguagem e da comunicação no capitalismo não se limita à esfera econômica, mas se estende aos domínios da política e da cultura nas quais o Estado, a burocracia, os partidos no poder, a nação, o nacionalismo, as guerras, o racismo etc. aparecem através das ideologias como formas naturais de comunicação humana e da sociedade. Assim, considerando que uma forma econômica de ideologia opera nas relações sociais da forma mercadoria e do capital,

encontramos também ideologias políticas no capitalismo que atuam de maneira fetichista. Este aspecto visa justificar o domínio do grupo dominante e dispersar a atenção de como o capitalismo e a dominação se localizam no centro das desigualdades e de outros problemas sociais.

A mudança ideológica e social mais significativa que as sociedades ao redor do mundo enfrentam hoje é a emergência de novos nacionalismos. No capitalismo contemporâneo, o capitalismo neoliberal se transformou em novos capitalismos autoritários representados por novos nacionalismos e fenômenos políticos como Donald Trump (EUA), Brexit, Recep Tayyip Erdoğan (AKP, Turquia), Viktor Orbán (Fidesz, Hungria), Heinz Christian Strache (Partido da Liberdade da Áustria), Norbert Hofer (Partido da Liberdade, Áustria), Sebastian Kurz (Partido Popular Austríaco), a Alternativa para a Alemanha (Alemanha), Narendra Modi (Bharatiya Janata Party, Índia), Rodrigo Duterte (PDP-Laban, Filipinas), Marine Le Pen (Frente Nacional, França), Geert Wilders (Partido pela Liberdade, Holanda), Nigel Farage (Partido da Independência do Reino Unido), Jarosław Kaczyński (Partido da Lei e Justiça, Polónia), Andrej Babiš (Acção de Cidadãos Insatisfeitos, República Checa), Partido Finlandês (Finlândia), Golden Dawn (Grécia), Jobbik (Hungria), Partido do Povo Dinamarquês, os Democratas Suecos, etc.

A análise das novas formas de capitalismo autoritário configura, hoje, uma tarefa chave para uma teoria marxista da comunicação e da ideologia. Ela deve envolver uma análise da estrutura da ideologia, a forma como ela é veiculada através de vários meios de comunicação. Na análise dos meios de comunicação devem ser considerados não apenas os tradicionais (jornais, discursos, televisão, rádio), mas também a mídia móvel, a mídia social e Internet. Além disso, deve-se analisar as causas e as lutas sociais que emergem com a possibilidade de constituir alternativas.

As características do autoritarismo de direita incluem vários aspectos: liderança hierárquica, o esquema amigo/inimigo, o patriarcado, a crença no militarismo e na lei e a ordem como meio de resposta aos conflitos (FUCHS, 2018). A ideologia autoritária de direita envolve a apresentação de refugiados, imigrantes, estrangeiros, Estados estrangeiros, ou outros grupos como inimigos da nação que ameaçam sua coesão social e/ou cultura.

O nacionalismo, assim, se apresenta uma ideologia que constrói uma unidade nacional fictícia do capital e do trabalho, opondo a nação a um inimigo estrangeiro e, assim, distrai a atenção do como os problemas sociais se baseiam na classe, na exploração e na dominação. Como diz Rosa Luxemburgo, nacionalismo é um “véu enevoadado” que “esconde em cada caso um conteúdo histórico definido”

(LUXEMBURG, 1976, p. 135). Sendo assim, o nacionalismo estrutura um fetichismo político que comunica à nação uma forma de uma identidade do “nós” (um povo nacional) que se distingue dos inimigos (estranhos, outras nações, imigrantes, refugiados, etc.) que são apresentados como intrusos, estrangeiros, subumanos, parasitas, incivilizados etc.

Marx não limitou a análise da ideologia e do fetichismo à economia, mas também criticava fetichismos políticos como o nacionalismo de sua época. Assim, por exemplo, em 1870, o autor discutiu o papel do nacionalismo na função de desviar a atenção da luta de classes e beneficiar a classe dominante. Neste processo, analisou a criação de uma falsa consciência entre a classe trabalhadora com a finalidade de que os trabalhadores nacionais odiassem os trabalhadores imigrantes e os trabalhadores das colônias. Marx abordou diretamente essa questão tomando como contexto a Irlanda, colônia britânica na época:

A Irlanda é o baluarte da aristocracia fundiária inglesa. A exploração deste país não é simplesmente uma das principais fontes de sua riqueza material, como fundamenta o seu maior poder moral. [...] E o mais importante de tudo! Todos os centros industriais e comerciais da Inglaterra agora têm uma classe trabalhadora dividida em dois campos, proletários ingleses e proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que ameaça seu padrão de vida. Em relação ao trabalhador irlandês, ele se sente um membro da nação dominante e, portanto, torna-se uma ferramenta de seus aristocratas e capitalistas contra a Irlanda, fortalecendo assim a dominação inglesa sobre a ele mesmo. Nutre-se preconceitos religiosos, sociais e nacionais. [...] Este antagonismo é mantido artificialmente vivo pela imprensa, o púlpito, os jornais cômicos, em suma, por todos os meios à disposição da classe dominante. Esse antagonismo é o segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa, apesar de sua organização. É o segredo da manutenção do poder pela classe capitalista, e esta última tem plena consciência disso (MARX, 1870, p. 473).

Para Marx, superar a ideologia requer superar o capitalismo, a sociedade de classes, a exploração e a dominação.

Considerações finais

Nas obras de Marx, há uma série de elementos importantes de uma teoria crítica da comunicação. Dentre eles, destacam-se os seguintes:

- A comunicação é um processo material no qual a humanidade produz e reproduz relações sociais, estruturas sociais, sistemas sociais, grupos, organizações, instituições, e sociabilidades.
- A sociedade é possível porque se baseia no caráter social da linguagem, da comunicação e no caráter comunicativo das relações sociais.
- A comunicação tem características econômicas e não econômicas.
- Marx se opôs ao determinismo tecnológico para apresentar uma dialética entre tecnologia e sociedade, que percebe a tecnologia (incluindo os meios de comunicação) como possuidores de um caráter contraditório nas sociedades de classes.
- As tecnologias não se desenvolvem arbitrariamente. Nas sociedades de classes, seu surgimento é moldado por interesses particulares e estruturas de poder. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da tecnologia e seu uso não são pré-determinados, possuindo um grau de imprevisibilidade.
- Marx enfatizou que há uma dialética dos aspectos temporais e espaciais da sociedade concernentes ao desenvolvimento da tecnologia e das comunicações (= os meios de comunicação).
- Com a noção de intelecto geral, Marx antecipou aspectos que emergiram no capitalismo comunicativo/informacional/digital/cognitivo.
- Marx teorizou criticamente a questão da ideologia como uma forma fetichista de comunicação. A ideologia esconde a verdadeira essência e estado do mundo por trás das falsas aparências, e comunica essas falsas aparências como verdadeiras e naturais.
- O capitalismo tem uma forma particular de comunicação, na qual as coisas parecem falar aos humanos. O processo de venda é uma forma de comunicação desumanizada, na qual os humanos não interagem uns com os outros, mas a mercadoria se comunica com humanos. A linguagem das mercadorias não é uma forma verdadeira de comunicação, mas um tipo de comunicação alienada e alienante característico do capitalismo.
- O caráter fetichista da linguagem e da comunicação no capitalismo não se limita à economia, mas estende-se aos domínios da política e da cultura, onde o Estado, burocracia, partidos no poder, nação, nacionalismo, guerras, racismo, etc. aparecem através das ideologias como formas naturais de comunicação na sociedade.

As lutas por alternativas socialistas são lutas pela “transcendência positiva da propriedade privada como autoalienação humana”, “a real apropriação da essência humana pelo e para o homem”, “o retorno completo do homem a si mesmo como ser”, “[...] a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre o indivíduo e a espécie” (MARX, 1844c, 296).

O socialismo fundaria uma verdadeira sociedade da comunicação na qual as relações sociais não seriam moldadas por estruturas de exploração ou relações de poder ou assimétricas. As estruturas seriam controladas pela coletividade humana que age, produz, decide e vive para o estabelecimento do controle comum da sociedade. Neste contexto, os meios de comunicação devem ser afirmados como propriedades coletivas a serviço da coletividade. Trata-se de um processo de “comunização”.

O termo comunicação na linguagem moderna é derivado do verbo latino *communicare* e do substantivo *communicatio*. *Communicare* significa compartilhar, informar, unir, participar, e literalmente tornar algo comum. Uma sociedade heterônoma e dividida em classes é uma sociedade baseada no controle particularista. As lutas pelos aspectos *comuns*, em contraste, visam superar a divisão em classes e a heteronomia, tornando a sociedade um reino de controle comum. Em uma economia dos comuns, os meios de produção são de propriedade da coletividade. Em uma política dos comuns, todos podem moldar e participar diretamente tomada de decisão. Em uma cultura dos comuns, todos são reconhecidos. Nesta forma de democracia participativa, todos os membros da sociedade se comunicam com uma voz comum. A dinâmica de decisão é coletiva, e seus membros se reconhecem um no outro.

Uma sociedade comunicativa não deve ser apenas uma sociedade na qual seus membros se comunicam, pois a humanidade tem que se comunicar como preceito indispensável à sobrevivência sob qualquer tipo de sociedade. Uma sociedade comunicativa também não é uma sociedade da informação na qual o conhecimento e as tecnologias da informação/comunicação se tornaram princípios estruturantes. Uma sociedade comunicativa é uma sociedade cujo significado original da comunicação - *tornar algo comum* - torna-se o princípio organizador. Este tipo de sociedade também realiza a identidade entre *communicare* (comunicar, tornando comum) e *communis* (comunidade). A sociedade torna-se uma comunidade de comuns. Quando as mídias são condicionadas pelo princípio original de *tornar comum* inaugura-se uma forma de comunicação cuja “liberdade primária [...] não consiste em um negócio” (MARX, 1842, p. 175).

Referências

- BELL, D. **The Coming of Post-Industrial Society**. New York: Basic Books, 1976.
- BUHR, M.; KOSING, A. K. **Wörterbuch der Marxistisch-Leninistischen Philosophie**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1979.
- FUCHS, C. **Digital Demagogue**: Authoritarian Capitalism in the Age of Trump and Twitter. London: Pluto, 2018.
- FUCHS, C. Preface. [Horst Holzer's Marxist Theory of Communication]. **TripleC**: Communication, Capitalism & Critique, v. 15, n. 2, p. 686-725. 2017a.
- FUCHS, C. Raymond Williams' Communicative Materialism. **European Journal of Cultural Studies**, v. 20 n. 6, p. 744-762, 2017b.
- FUCHS, C. **Critical Theory of Communication**: New Readings of Lukács, Adorno, Marcuse, Honneth and Habermas in the Age of the Internet. London: University of Westminster Press, 2016a.
- FUCHS, C. **Reading Marx in the Information Age**: a media and communication Studies Perspective on "Capital Volume I". New York: Routledge, 2016b.
- FUCHS, C. **Culture and Economy in the Age of Social Media**. New York: Routledge, 2015.
- FUCHS, C. **Digital Labour and Karl Marx**. New York: Routledge, 2014.
- HARDT, M.; N. A. **Empire**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
- HARVEY, D. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HEGEL, G. W. F. **The Encyclopaedia Logic (with the Zusätze)**. Part I of the Encyclopaedia of Philosophical Sciences with the Zusätze. Indianapolis: Hackett, 1991.
- HOLZER, H. **Theorie des Fernsehens**: Fernseh-Kommunikation in der Bundesrepublik. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1995.
- JHALLY, S. **The Spectacle of Accumulation**: Essays in Culture, Media, & Politics. New York: Peter Lang, 2006.
- KOFLER, L. **Marxismus und Sprache. In Stalinismus und Bürokratie**. Neuwied am Rhein: Luchterhand, 1970.
- LUKÁCS, G. **Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins**. In: Erster Halbband Bände. Georg Lukács Werke, Band 13. Darmstadt: Luchterhand, 1986a.
- LUKÁCS, G. **Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins**. In: Zweiter Halbband Bände. Georg Lukács Werke, Band 14. Darmstadt: Luchterhand, 1986b.
- LUXEMBURG, R. **The National Question**: Selected Writings. New York: Monthly Review Press, 1976.
- MARX, K. Reply of Frederick William IV to the Delegation of the Civic Militia. In: **MECW**, v. 7. London: Lawrence & Wishart, 1848. p. 476-477.
- MARX, K. **Grundrisse**. London: Penguin, 1857/58.

MARX, K. A Contribution to the Critique of Political Economy. In: **MECW**, v. 29. London: Lawrence & Wishart, 1859. p. 257-507.

MARX, K. Economic Manuscript of 1861-63 (Conclusion). In: **MECW**, v. 34. London: Lawrence & Wishart, 1861-63.

MARX, K. Inaugural Address of the Working Men's International Association. In: **MECW**, v. 20. London: Lawrence & Wishart, 1864. p. 5-13.

MARX, K. Value, Price and Profit. In: **MECW**, v. 20. London: Lawrence & Wishart, 1865. p. 101-149.

MARX, K. **Capital**. v. 1. London: Penguin, 1867.

MARX, K. Letter of Marx to Sigfrid Meyer and August Vogt, 9 April 1870. In: **MECW**, v. 43. London: Lawrence & Wishart, 1870. p. 471-476.

MARX, K. Marginal Notes on Adolph Wagner's "Lehrbuch der Politischen Ökonomie". In: **MECW**, v. 24. London: Lawrence & Wishart, 1881. p. 531-559.

MARX, K. **Capital**. v. 2. London: Penguin, 1885.

MARX, K. **Capital**. v. 3. London: Penguin, 1894.

Um juízo sobre a crítica da teoria crítica: a impertinência do mais-valor

Angélica Soares Gusmão*

Introdução

Ao esboçar algumas considerações que evidenciassem a atualidade da teoria marxiana do mais-valor, imediatamente ficou claro que a crítica é o elemento comum da atualidade. Entre contestações e toda uma sistemática de invalidação dessa ou daquela crítica, o que se fará aqui é apresentar algumas refutações sobre a crítica da Teoria Crítica às teses marxianas do Valor-Trabalho abordando as questões referentes à teoria do valor, o tecnicismo e o cientificismo, o 'trabalhismo' e o utopismo. Contudo, o faremos expondo dialogicamente as ideias para que, no fim, tanto a crítica quanto o que foi criticado lá permaneçam à espera de adeptos e filiações, portanto, não se arroga aqui o poder de aumentar o peso de uma ideia em detrimento da outra, mas fazer com que uma crítica tenha a oportunidade de encontrar-se com um esboço mais elaborado, finalizado ou completado daquilo que foi criticado em estado de incompletude, uma vez que Marx não foi propriamente um escritor de livros, mas de rascunhos, esquemas, de reflexões e pensamentos que iam e vinham ao sabor dos acontecimentos, das suas leituras ou militância. Esta possivelmente seja a versão mais sensata do que a que admite a classificação clássica do jovem e do velho Marx. Em suma, a dúvida (ao invés do esclarecimento) que este trabalho busca implantar é: quando se critica uma ideia, criticou-se a tese em si ou se escolheu qual versão da tese (ou qual parte do esboço) deveria ser refutada?

A Técnica e a Impertinência do Mais-Valor

Com a investigação industrial de grande estilo, a ciência, a técnica e a revalorização do capital confluem num único sistema. [...] Deste modo, a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho (HABERMAS, 1968, p. 72).

* Doutora em Governança, Conhecimento e Inovação pela Universidade de Coimbra.
E-mail: angecon@hotmail.com

A partir do debate entre as ideias de Jürgen Habermas e Herbert Marcuse no artigo *Técnica e Ciência como Ideologia*, trataremos da crítica da obsolescência da Teoria do Valor marxiana através da relação aparentemente subdimensionada da tecnologia e a extração do mais-valor e, conseqüentemente, do conceito e da mensuração da riqueza por meio do tempo de trabalho humano.

Seguindo a análise de Habermas sobre a visão desse tema em Marcuse, a crítica marxiana não pode ser aplicada ao capitalismo tardio por duas razões. Em primeiro lugar, o Estado passa a ter um papel cada vez mais intervencionista e, em comparação com as atribuições do Estado no capitalismo liberal — analisado por Marx —, passa a ser o próprio regulador do capitalismo, fazendo com que as decisões de produção — materiais, técnicas e científicas — façam parte do escopo político, não mais podendo ser dimensionado como a superestrutura separada da sua base — a infraestrutura — porque, da mesma forma, o sistema econômico passa a ser equivalente ao sistema de dominação, tornando a antiga base (econômica) amalgamada com a sua superestrutura.

Em segundo lugar, o desenvolvimento da técnica como aperfeiçoamento histórico das atividades humanas, como ferramenta de melhoria das condições de trabalho, como incremento da produtividade e redução dos custos de produção, passa a ser capturado como função de Estado, criando uma interdependência de investigação técnica que gera como resultado a transformação das ciências na primeira força produtiva. Por meio desse duplo constrangimento, a técnica e a ciência cumprem a função de legitimação da dominação (HABERMAS, 1968).

Habermas define a técnica com um projeto histórico-social, atuando nela interesses de um grupo social dominante. Dessa forma, ele a vê em seu duplo aspecto: repressora e libertadora. É repressora no sentido de que os indivíduos estão sujeitos a um complexo aparelho de produção e distribuição que imprime neles ritmo, duração, intensidade e são absorvidos por esse mecanismo de tal forma que torna impossível aos indivíduos separar o seu tempo social do produtivo. Por outro lado, é libertadora porque o aumento da produtividade, o crescente domínio sobre as forças da natureza, o incremento e aperfeiçoamento expressivo de coisas que imprimem valores-de-uso, proporcionam uma vida mais confortável e menos tempo de trabalho necessário (HABERMAS, 1968). Entretanto, o jogo de forças entre a repressão e a liberdade é complexo, fazendo com que os interesses sociais coincidam com o interesse pela manutenção do sistema: “[...] cria-se assim uma perspectiva na qual a evolução do sistema social parece estar determinada pela lógica do progresso técnico-científico” (HABERMAS, 1968, p. 73). Maior problema é que

[...] determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas ‘posteriormente’ e a partir de fora — inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projecta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas (HABERMAS, 1968, p. 47).

Até esse ponto, nenhuma relevância ganha o debate na contestação ou tentativa de invalidação da tese marxiana do valor. A controvérsia encontrada em Habermas pode ser lida através da crença superdimensionada na Técnica enquanto instância de criação independente do valor-trabalho. As repercussões dessa visão ultrapassam o campo da produção de valor em si e se prolongam para o contexto da vida social em geral.

Como explicado acima, ainda que o domínio de novas técnicas facilite o trabalho e aumente a produtividade, impulsionando o acúmulo de riqueza material para o avanço da sociedade, a técnica nunca deixará de estar subordinada a uma ideologia dominante que assegure que os interesses de um grupo — e não necessariamente o bem-estar da sociedade e seus indivíduos — sejam perseguidos. Portanto, a ideia de uma emancipação social promovida pela técnica é uma das leituras de Marx desqualificada por Habermas.

Assim, a visão marxiana de uma sociedade futura emancipada pelo progresso técnico e de um ser humano reconstituído em suas habilidades e capacidades artesanais, artísticas e intelectuais, viria a ser aceita como uma visão romântica não distante de uma utopia porque o processo de racionalização — e aqui Marcuse se ampara em Max Weber — é o próprio avanço das formas de dominação política que se ocultam ou se abrigam nesta, sob a prestígio da razão. Por isso mesmo, não é o conjunto das sociedades humanas envidando esforços em direção a um esclarecimento iluminador das sombras da sua miséria pré-histórica, mas é mais um processo que estabelece uma crença a respeito de uma suposta racionalidade superior que suplantaria a anterior.

Porém, a crítica parece advir de uma visão fracionada. Marx não deixou de perceber que a grande indústria capturaria o conjunto das ciências, tornando a invenção — antes libertadora — um mero negócio a serviço do capital e, enquanto tal, contrariamente ao que concluíram Habermas e Marcuse, não seria unicamente pela via da tecnologia e da ciência que o homem seria alforriado. O que ocorre, na ideia desenvolvida por Marx, é um processo que faz com que aquelas mesmas invenções e técnicas que subordinam as relações econômicas e sociais reduzam também o tempo de trabalho vivo — manual e direto dos trabalhadores — a um mínimo necessário, tal

qual ocorre num processo de aumento contínuo de produtividade média por trabalhador. Com as formas produtivas desenvolvidas, no entanto, não seria mais o tempo médio de trabalho contido em cada produto que determinaria o seu valor (de troca) no fim do processo (e, para tal caso, já estaríamos falando de uma transição do sistema).

Ocorre que o tempo de trabalho humano é, num primeiro momento, condicionado pelo tempo da maquinaria e, posteriormente, a maquinaria — que também foi originalmente formada por trabalho humano objetivado — passa a substituir o trabalho humano e, subsumindo-o quase em sua totalidade, torna impossível determinar a riqueza pelo tempo de trabalho necessário para a produção. No entanto, mesmo com a impossibilidade de determinação do valor de cada produto (incluindo as máquinas e a inteligência humana contida nelas e em todo processo), o valor adicionado contido nele nunca deixará de ser o trabalho humano; apenas a mensuração do tempo empregado é que se torna irrealizável, sendo este o último estágio do desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor — não porque o valor-trabalho humano tenha perdido a sua importância, mas tão somente porque torna inexequível a sua contabilidade.

Ora, não é a teoria do mais-valor de Marx que se torna inválida ou inútil para a compreensão do sistema econômico atual, ao contrário, ela é indubitavelmente importante para a compreensão do processo de evolução do capitalismo e da sua superação — que também a Teoria Crítica assim não se refere. Mas, ao invés de uma categoria a ser arquivada, ela é a parte central de um processo através do qual ocorrerá a emancipação da humanidade, que é assim esclarecida pelas palavras de Marx:

À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, [por sua vez] não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (MARX, 2011, p. 587-588).

Fica claro que, ainda que à revelia, a ciência e a tecnologia, que são empregadas pelo capital como forma estratégica de dominação social, são elas mesmas condições basilares para a emancipação humana. Enquanto Habermas apega-se à confluência da ciência, da técnica e da revalorização do capital (e não no seu enfraquecimento) num

único esquema, Marx observa essa conjunção como parte de uma processualidade que não se determina pelo seu início ou pelo seu fim, mas pelas incontáveis sucessões transfigurativas. É diante disso que a conclusão de Habermas torna-se imprecisa: porque aceita apenas um dos aspectos da técnica para evocar a invalidação do valor-trabalho, sem reconhecer (como antecipou Marx) o seu equivalente dialético que é também somente porque a ciência e a técnica derrubam a condição de medida de valor que poderá ocorrer o processo de emancipação.

O corolário abaixo, deduzido por Habermas, coloca a ciência e a tecnologia como medidas concorrentes do valor-trabalho e as tornam independentes de todo o processo, não considerando (ou ignorando) que ambas contêm trabalho humano e agora não mais apenas mais-valor, mas mais-valores extraordinários.

A ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho. O progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia frente a fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância (HABERMAS, 1968, p. 72-73).

É claro que se pode argumentar que a liberação de trabalho humano pela maquinaria não ocasionaria, por consequência direta, a emancipação da humanidade, mas podemos dizer que ocasionaria justamente o seu contrário: o aproveitamento desse tempo livre de trabalho para rebaixar ainda mais a condição do trabalhador e o encarcerar em formas indissolúveis de trabalho-vida. Mas qual o limite? Se a ciência e a técnica conferem mais poder ao capital, o capital, por sua vez, não tem o poder de anular o processo em que a concorrência e o aumento de produtividade geral rebaixe o custo marginal de produção e o nível dos preços a tal ponto que, por um lado, as taxas extraordinárias de lucro não mais se sustentarão pela extração de mais-valor — simples ou extraordinário —, porque o nível de degradação da sociedade, medido em termos de condições de vida e consumo, tende a ter um limite, pois há que se ter demanda efetiva para que, pelo menos, o lucro comercial e financeiro (juros) existam. O que sobraria, na impossibilidade de extração de mais-valor das máquinas, das estruturas ou da terra, seria a metamorfose — também prevista por Marx — da predominância do capital financeiro sobre a economia real, gerando intermináveis crises. E ainda que as crises fortaleçam a economia e delas dependam o capital, Engels não deixou de notar a circularidade singular de seguidas determinações que não alterariam em nada as consequências cabais do sistema baseado no capital.

Enquanto as crises revelaram a incapacidade da burguesia de continuar administrando as modernas forças produtivas, a metamorfose das grandes instituições de produção e intercâmbio em sociedades por ações e propriedades do Estado mostraram a dispensabilidade da burguesia para esse fim. Todas as funções sociais do capitalista passam a ser exercidas por funcionários remunerados. O capitalista não possui outra atividade social a não ser embolsar rendimentos, destacar cupons e apostar na Bolsa, onde os diversos capitalistas tiram capital uns dos outros. Tendo o modo de produção capitalista alijado primeiramente os trabalhadores, ele passa agora a alijar os capitalistas e os remete, a exemplo do que ocorreu com os trabalhadores, à população supérflua, embora num primeiro momento não os atire ao exército industrial de reserva (ENGELS, 2017, p. 390).

O objeto de Marx não é o poder da técnica em si para o impulso social. O que não se pode perder de vista é que a técnica indica um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e, por isso, sociais e humanas — ainda que apropriada e governada pela política. Ela não cria apenas um mundo fantástico de maquinarias que dificultam a valoração dos produtos pelo trabalho humano e nem pode estar à serviço exclusivamente da tirania econômica. Ao contrário, na apreciação de Marx, as técnicas são, fundamentalmente,

[...] produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade da natureza. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mente humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do 'intelecto geral' e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social (MARX, 2011, p. 589).

Portanto, a ciência e a técnica compõem, acima de tudo, um efetivo sistema anunciador do grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais que, por sua vez, informam sobre um estágio de desenvolvimento das condições intelectuais da humanidade (e porque não dizer, também da consciência objetiva dela?) que concorrem para a sua emancipação, ainda que não a possa determinar, uma vez que os homens e suas técnicas estão engendrados dialeticamente — determinam e são determinados, produzem e são produzidos, elaboram e são elaborados. Para Habermas, entretanto,

[...] ao nível do desenvolvimento técnico-científico, as forças produtivas parecem entrar numa nova constelação com as relações de produção: já não funcionam em prol de um esclarecimento político como fundamento da crítica das legitimações vigentes, mas elas próprias se convertem em base da legitimação. Isto é o que Marcuse considera novo na história mundial (HABERMAS, 1968, p. 48).

Nesse ínterim, tal como na dialética do senhor e do escravo de Hegel, não seria razoável supor que os trabalhadores (escravos) ao fim de cada estágio de desenvolvimento, estejam mais aptos a superar aquilo que os domina por conservarem em seus intelectos a memória de um progresso das técnicas que acaba por expandir suas habilidades e conferir-lhes mais autonomia? De outra forma, o capital financeiro não serve somente aos senhores do capital e da tecnologia, mas, em vista dos lucros, a todos aqueles que desejam assenhorar-se deles. Na citação abaixo, Marx elimina as interpretações pontuais de suas categorias, colocando-as como elementos condicionados de um intrincado expediente, onde se interpenetram e modificam-se a cada etapa histórica.

Se o tempo de trabalho é considerado não como jornada de trabalho do trabalhador singular, mas como jornada de trabalho indeterminada de um número indeterminado de trabalhadores, nesse caso, constam todas as relações de população; [...] Embora limitado por sua natureza, o capital se empenha para [o] desenvolvimento universal das forças produtivas e, desse modo, devém o pressuposto de um novo modo de produção, fundado não no desenvolvimento das forças produtivas para reproduzir e, no máximo, ampliar um estado determinado, mas onde o próprio desenvolvimento das forças produtivas — livre, desobstruído, progressivo e universal — constitui o pressuposto da sociedade e, por isso, da sua reprodução; onde o único pressuposto é a superação do ponto de partida (MARX, 2011, p. 445-446, grifo do autor).

Os desdobramentos dos sistemas analisados por Marx não desobedecem ao pressuposto primeiro do materialismo histórico, qual seja — partir da realidade. Por esta razão, não ocorre um processo indutivo direcionado pelo ponto histórico a que se quer alcançar. Importa mais, ao contrário, analisar os desfechos entrevistados nos próprios fundamentos medulares do sistema, a cada etapa, a cada estágio de desenvolvimento e de acordo com a estrutura e a organização histórica. Apesar disso, Habermas não utiliza os mesmos traços que Marx para desenhar o processo descrito acima. Para ele

[...] a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva. [Por consequência], o progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia frente a fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância (HABERMAS, 1968, p. 72-73).

Aqui, abre-se um clarão capaz de identificar a fixação num único ponto do intrincado processo elaborado por Marx, em que depende não só inúmeros fatores e categorias, mas que explicam, durante o seu desenvolvimento histórico, como metamorfoseiam-se, determinam-se e libertam-se em cada ciclo — ao invés da interpretação de aprisionamento comumente descrita pelos seus críticos. Na fala de Habermas testemunhamos a ausência do engendramento em toda a processualidade demonstrada pelo próprio Marx, mas também o alheamento do mais-valor extraordinário que tem relação direta com o valor-trabalho contido na tecnologia (conhecimento humano acumulado e empregado em benefício das sociedades e suas economias).

No entanto, o desenvolvimento da ciência, esta riqueza ideal e ao mesmo tempo prática, é apenas um aspecto, uma forma, em que se manifesta o desenvolvimento das forças produtivas humanas, i.e., da riqueza. Considerada idealmente, a dissolução de uma forma de determinada consciência bastaria para matar toda uma época. Na realidade, esse limite da consciência corresponde a um determinado grau do desenvolvimento das forças produtivas materiais e, por conseguinte, da riqueza. Certamente teve lugar não só o desenvolvimento da antiga base, mas desenvolvimento dessa própria base. O máximo desenvolvimento dessa própria base [...] é o ponto em que ela própria é elaborada na forma em que é compatível com o máximo desenvolvimento das forças produtivas e também, portanto, com o desenvolvimento mais rico dos indivíduos. Tão logo esse ponto é alcançado, o desenvolvimento seguinte aparece como ruína e o novo desenvolvimento começa sobre uma nova base (MARX, 2011b, p. 446).

No que diz respeito ao ciclo descrito por Marx, Habermas não considerou que, para Marx, a ciência é um fio na teia do desenvolvimento histórico. Mas, por entender que a racionalização da ciência é desfigurada pelo capital, conclui que seria impossível que ela entrasse apenas como um simples componente da força produtiva porque passa a ser um instrumento tático do capital. Por esta razão, Habermas vê como necessária uma revolução na ciência e na técnica a fim de que sejam capazes de alterar o entendimento sobre a natureza e estabelecer condições essencialmente diferentes para a humanidade. Então perguntamos: A revolução ainda permanece

presente no horizonte da Teoria Crítica ou pronuncia ela o mesmo movimento que também Marx prenunciou?

É inegável que a crítica de Marcuse e Habermas à teoria do valor e, conseqüentemente, da emancipação humana de Marx acrescenta importantes contribuições ao debate, especialmente no que se refere ao processo de transição que se inicia nas primeiras evidências de esgotamento do sistema capital. O que se pode ter como hipótese é que as conclusões de Marx não são divergentes das conclusões dos autores em termos conseqüentes. O que parece é que Habermas e Marcuse utilizam um método analítico que apresenta cada etapa independentizada da anterior, ainda que não despreze o processo de construção histórica. Então, do ponto de vista fenomênico — que é de onde se parte —, as conjunções apresentam-se completamente estranhas ao desenvolvimento final apresentado por Marx porque, em algum momento, o materialismo histórico parece ter sido substituído por uma visão abstrata que pode ser descrita pelas palavras de Arnold Gehlen¹: como um círculo funcional dessa visão racional que “[...] se dissocia progressivamente do substrato do organismo humano e se transfere para o nível das máquinas” (*apud* HABERMAS, 1968, p. 73). O que vemos é que este estranhamento, na visão crítica, desemboca na mesma chamada revolucionária anunciada (acima) por Marx:

[...] a evolução técnica ajusta-se ao modelo interpretativo, segundo o qual o gênero humano teria projectado uma a uma, ao nível dos meios técnicos, as componentes elementares do círculo funcional da ação racional teleológica, que inicialmente radica no organismo humano e, assim ele seria dispensado das funções correspondentes. Primeiro, reforçaram-se e substituíram-se as funções do aparelho locomotor (mãos e pernas) em seguida a produção da energia (o corpo humano), depois, as funções do aparelho dos sentidos (olhos, ouvidos, pele) e, por fim as funções do centro de controle (do cérebro). Se, pois, se tem presente que a evolução técnica obedece a uma lógica que corresponde à estrutura de acção racional teleológica e controlada pelo êxito — e isto significa: à estrutura de trabalho — então não se vê como poderíamos renunciar à técnica isto é, à nossa técnica, substituindo-a por uma qualitativamente distinta, enquanto não se modificar a organização da natureza humana e enquanto houvermos de manter a nossa vida por meio do trabalho social com a ajuda dos meios que substituem o trabalho (HABERMAS, 1968, p. 52).

¹ Arnold Karl Franz Gehlen (1904-1976), filósofo e sociólogo alemão.

A dialética do esclarecimento

Se antes, a crítica era localizada no ponto exato em que a teoria do valor-trabalho é revogada pela visão romantizada da ciência e da técnica, é possível depreender que na *Dialética do Esclarecimento* (1947), Adorno e Horkheimer passam a utilizar a própria teoria crítica contra aquilo que eles consideraram desviante nas teses de Marx, em especial, na ruptura entre a centralidade da sua teoria e a práxis.

Na seção acima, a categoria escrutinada foi a do mais-valor e suas implicações com as determinações históricas. Neste ponto, tratamos de um aspecto mais elaborado e complexo, que se inicia ainda muito antes da *Técnica e Ciência como ideologia*² — o trabalho. A dialética do esclarecimento argumenta que a crença ou o mito do passado não é suprimido pela racionalidade superior de hoje ou pelo poder do conhecimento mais evoluído e avançado, ao contrário, o conhecimento — ou a verdade — é sempre uma crença a substituir provisoriamente outra crença, onde o mito do conhecimento liberador de crendices é apenas mais um mito. No caso de Marx, segundo os autores, o mito da superação ocorre quando ele tenta usar o trabalho como próprio meio de superação do trabalho. Argumentam que, ainda que Marx diferencie o trabalho forçado e o trabalho livre, o trabalho permaneceria como categoria de dominação e imperativo da sobrevivência.

Assim, nenhuma sociedade poderia ser emancipada pelo recurso do trabalho, uma vez que ele sempre constituirá — na leitura que faz de Marx — como uma forma de dependência, antes pelo capital, no futuro, sob um outro domínio político-econômico. Assim, Adorno e Horkheimer defendem que se não houver uma mudança revolucionária no quadro político-ideológico da ciência e da técnica, não conseguiremos atingir um estágio substancialmente superior ao que vivemos hoje e, a isso, não cuidou Marx — segundo podemos concluir da crítica de Habermas —, uma vez que não é possível renunciar à técnica, mesmo que a substituamos por uma superior, "[...] enquanto não se modificar a organização da natureza humana e enquanto houvermos de manter a nossa vida por meio do trabalho social com a ajuda dos meios que substituem o trabalho" (HABERMAS, 1968, p. 51).

Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu. Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a afastar-se do mito, voltando a

² Técnica e ciência como Ideologia foi escrito em 1968.

cair sob o seu influxo, levado pela mesma dominação (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 17).

Esse seria o findar da ilusão da reconciliação ou da utopia marxiana: do homem com suas próprias forças, do homem com a natureza, do homem com a sociedade, do homem com a sua humanidade. Por seu turno, Habermas responderia sobre a causa dessas impossíveis reconciliações: uma vez que a ciência e a técnica entram como uma legalidade imanente, acaba por “[...] produzir as [mesmas] coações materiais pelas quais se deve pautar uma política que se submete as necessidades funcionais” (HABERMAS, 1968, p. 73). Por conclusão, o produto desse processo seria, evidentemente, a tecnocracia penetrando mais como ideologia na consciência das massas do que como uma racionalização superior da sociedade, uma vez que a dominação política não gera a politização dos indivíduos, mas exatamente o seu contrário.

Essa visão questiona como a inseparabilidade da ciência, da técnica e do progresso ocasionaria sempre o aprisionamento do trabalho humano — em todos os seus espectros — e, dessa maneira, o trabalho nunca poderia ser considerado como uma ação de emancipação humana. Mas se olharmos o progresso científico exatamente como ele é: produto e resultado de toda forma de saber (humano e não-humano), teria o capital uma fortificação tão impermeável a ponto de evitar que esses saberes fossem disseminados? Ou será que a astúcia é de tal monta que implantaria, o mais rapidamente, uma ditadura da informação e do conhecimento? Na opinião de André Gorz (2005, p. 33), “[...] os saberes resultam da experiência em comum da vida em sociedade e não podem ser legitimamente assimilados ao capital fixo”, tornando impossível que seja constituída uma legalidade imanente em toda parte e em todo o tempo. Neste lugar, é importante acrescentar que Marx não vê o trabalho (técnico, laboral, assalariado, subordinado) como única obra do homem e este entendimento é crucial para a compreensão do axioma marxiano: o trabalho como a condição de sua própria natureza.

Certamente, o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como meio de vida (MARX, 2005, p. 116).

Como se é possível acompanhar, Marx faz a distinção entre as diferentes atividades humanas — o trabalho, a atividade produtiva e a atividade livre. O trabalho aparece como a própria vida, a reprodução da vida individual, o metabolismo do homem com a natureza, permanecendo sob o signo da necessidade — realidade a que todo ser biológico sucumbe como *animal laborans*. Mas nem todo trabalho é ato de reprodução ou, como diria Locke, aparece como necessidade de subsistir. Há o trabalho enquanto técnica — que seria executado pelo *homo faber* que, para além de atender puramente a subsistência humana, é nesta instância que o capitalismo tem mais força de ação e de cooptação da força-de-trabalho. Já a ação humana — as suas atividades livres — seria aquilo que ocorre na esfera política da vida humana — o agir dos homens na sociedade já não necessita de instrumentos de intermediação em suas relações — é o viver e o estar com os homens. Dessa maneira, o trabalho assegura a vida, a obra (trabalho enquanto técnica) confere permanência e a ação (atividade) o elevaria em sua humanidade.

No capítulo VI de *O Capital*, Marx demonstra como o capital age para capturar as três esferas de ação humana e interferir na ordem da prioridade natural da vida em sociedade, reduzindo a atividade humana num único empreendimento para manter a existência: “[...] o trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado que atua autonomamente. O trabalhador aparece como supérfluo desde que sua ação não seja condicionada pelas necessidades [do capital]” (MARX, 2010, p. 582). Entretanto, a relativa liberdade da ação humana, fora dos círculos estritamente institucionais de controle capitalista, permite que haja criação coletiva, ações à revelia e, especialmente, há que se considerar que o capitalismo só pode patentear e tomar posse daquilo que adquire valor prático e que tenha aplicação industrial, porém, todo o conhecimento constitutivo de tais coisas não é transferido unilateralmente para o objeto possuído pelo capital, mas permanece como pertencente a todo colaborador e compartilhado livremente entre os indivíduos, portanto, toda tentativa de restrição a este movimento é insuficientemente eficaz.

Diferentemente do que pontua as críticas à sua teoria do valor trabalho ou à emancipação pela ciência, não resta dúvida de que Marx não confunde as esferas de atividade humana, nem as simplifica sob a nomenclatura única do trabalho, muito embora utilize o trabalho em seu termo genérico. De igual maneira, como já defendido, mesmo ele compreende que a leitura capitalista sob a ótica da lei do valor trabalho levaria a um ponto de transição. À vista disso, liberar o homem do trabalho — como condição para a sua emancipação — seria, para Marx, o sobrepujamento do próprio trabalho enquanto apenas labor, advindo daí a superação

[...] do próprio modo de produção. O tempo livre, que é tanto tempo de ócio quanto tempo para atividades mais elevadas, naturalmente transformou o seu possuidor em outro sujeito, e é inclusive como este outro sujeito que ele então ingressa no processo de produção imediato. Esse processo é disciplina, no que se refere ao ser humano em formação, e ao mesmo tempo experiência prática, ciência experimental e ciência materialmente criativa e que se objetiva, no que se refere ao ser humano já formado, em cujo cérebro existe o saber acumulado da sociedade. Para ambos, na medida em que o trabalho exige pôr mãos à obra na prática e livre movimentação, como na agricultura, é ao mesmo tempo exercício (MARX, 2011b, p. 594)

Portanto, há correspondência com o que confere a dialética do senhor e do escravo de Hegel e, para além dela, é bom que se acrescente que Marx não coloca a ciência ou a tecnologia como determinante de um estágio específico, mas *do nível* geral da ciência e do progresso da tecnologia. É o capital que se apropria dos saberes e conhecimentos produzidos pelos indivíduos em suas instâncias vitais, laborais e institucionais e não os sujeitos que estão alheios às técnicas, às ferramentas, aos métodos e a toda forma de conhecimento aplicado na indústria capitalista, ainda que lhe pareçam estranhos. "Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido" (MARX, 2011b, p. 41).

Tendo isso em vista, é o capital dependente de toda a tecnologia social e os indivíduos dependentes (ainda) da aplicação desse conhecimento pelo capital para que, através do emprego de sua força de trabalho, possam constituir seu meio de vida. Porém,

[...] o próprio capital é a contradição em processo, pelo fato de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. [...] Por um lado ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação de riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado (MARX, 2011b, p. 585).

A questão final deste trabalho é: quem ousaria fugir da fascinante utopia? Se Hegel, Marx e a própria TC concordam que em algum lugar no futuro (se houver futuro) onde os indivíduos, seja pela via do conhecimento, da politização, ou do nível do progresso científico geral alcançarão melhores condições para desempenhar mais livremente os seus talentos, vocações e habilidades — já desimpedidos pelo nível de

desenvolvimento das suas capacidades e pela riqueza material disponível —, não há como negar que a filosofia de Hegel nunca esteve posta de pernas para o ar (MARX, 2011a) e que a teoria do mais-valor de Marx mantém-se imperativa na ordem de compreensão da processualidade histórica que desembocará em outro lugar que possivelmente ainda não está corretamente nomeado.

Por outro lado, quando a TC rejeita a hipótese de que o trabalho seja posto como condição de superação do trabalho, trata como se tivéssemos de abolir a atividade que nos torna humanos e enquanto trata a técnica como instrumento de dominação e legitimação imanente, considera que a revolução só será possível revolucionando o espírito da ciência e da técnica. Talvez seja isso também um mito da utopia. Porque uma vez que estamos presos no sistema de conceituação capitalista, parece que a TC não se libertou dessa prisão conceitual e onde quer que se vislumbre trabalho, há sempre a conotação de servidão, de domínio e subserviência técnica, mas, como vimos, o trabalho, a obra e a ação constituem esferas da vida social que foram todas tomadas como trabalho (labor). Em liberdade relativa — porque o homem não escapa de morrer de fome — não haveria prazer em trabalhar naquilo que a sua compulsão natural pede, ou naquilo que os seus talentos permitem agora fazer sem que seja condenado à miséria? Então ao que devemos nos filiar, à utopia ou à distopia?

De facto, o reino da liberdade só começa onde se deixe de trabalhar por necessidade e oportunidade, impostas do exterior; por natureza, situa-se para além da esfera da produção material propriamente dita. Assim como o homem primitivo teve de lutar contra a natureza para prover às suas necessidades, para se manter vivo e reproduzir-se, o homem civilizado também é forçado a fazer o mesmo, sejam quais forem a estrutura da sociedade e o modo de produção. Com o desenvolvimento do homem, estende-se por igual o domínio das necessidades naturais e, ao mesmo tempo, alargaram-se as forças produtivas para as satisfazer. Neste domínio, a única liberdade possível é que o homem social e os produtores associados, regulem racionalmente as suas trocas com a natureza, que a controlem juntos em vez de serem dominados pela cega potência da mesma natureza, e que realizem as trocas gastando o mínimo de força, nas mais dignas condições e nas mais conformes à natureza humana. Esta actividade constituirá sempre o reino da necessidade; é aí que começa o desenvolvimento das forças humanas como objetivo em si, o verdadeiro reino da liberdade, que só pode desabrochar fundando-se no reino da necessidade. A condição essencial deste desabrochar é a redução do dia de trabalho (MARX, 1974b, p. 689).

Referências

ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: UNESP, 2015.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HABERMAS, J. Técnica e Ciência enquanto Ideologia. São Paulo: Abril Cultural, 1980. [Coleção Os Pensadores].

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Lisboa: Edições Progresso, 1990.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**: parte I. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2017.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1989. [Coleção Os Pensadores].

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo. Centauro, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, K. **O capital**. 7. ed. Lisboa: Delfos, 1974.

MARX & ENGELS. **A sagrada família**: ou a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus consortes. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

MARX & ENGELS. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Undermann, 2017.

O cinema de Ken Loach e dos Irmãos Dardenne e o mundo do trabalho no contexto do capitalismo de plataforma no século XXI

José de Lima Soares*

Introdução

A relevância do cinema na construção de uma subjetividade cultural é tão forte que, segundo Xavier (1983), a relação filme/expectador evidencia privilégio às tentativas de caracterizar, discutir, avaliar a experiência audiovisual oferecida pelo cinema que, com suas imagens e sons, torna-se atraente e legível, de modo que consegue a mobilização poderosa dos afetos e afirma-se como instância de celebração de valores e reconhecimentos políticos, ideológicos nas pessoas.

Historicamente, o potencial do cinema como instrumento de propaganda, de propagação de ideias e valores, foi desde cedo percebido tanto pelas indústrias (hollywoodiana, bélica, de comércio) como pelos governos (de direita, de esquerda, totalitários, movimentos revolucionários). Expressões como “apoderar-se do cinema”, “controlá-lo”, “dominá-lo” são de uso recorrente nos primeiros políticos soviéticos, como Leon Trotsky, Anatole Lunatcharski e mesmo Lenin. O Partido Comunista da URSS procurou no cinema um contraponto para os atrativos do álcool, da religião e do jogo, maneira de entreter e simultaneamente educar as massas nos princípios oficiais do regime soviético. O regime pretende se expressar através de cinejornais. A partir de 1918, “estes oferecem uma representação bastante completa da realidade soviética” (FERRO, 1992, p. 27). Em contrapartida, foi esse interesse do Estado pelo cinema que possibilitou o desenvolvimento da escola soviética, cujos grandes cineastas (Eisenstein, Pudovkin, Kulechov, Dziga Vertov) realizaram obras de indiscutível valor artístico e articularam teoricamente o fazer cinematográfico, em apontamentos que se tornaram fundamentos clássicos da teoria do cinema.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). É professor associado de Sociologia e pesquisador do Instituto de História e Ciências Sociais (INHCS/UFCAT - GO). É autor dos livros: *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria* e *Outros Ensaios* (Editora CRV, 2014), *Ensaios de Sociologia do Trabalho* (Editora Ciência Moderna, 2011), entre outros. E-mail: jsoares.soares797@gmail.com

O revolucionário russo Leon Trotsky (1979) em seu ensaio *Questões do modo de vida*, publicado em 1923, ao dirigir sua crítica ao iminente processo de burocratização soviética, chama a atenção para a constituição de um novo modo de vida. Trotsky entende que, neste domínio, o cinema representa um meio que ultrapassa de longe todos os outros. Essa surpreendente invenção penetrou na vida humana com uma rapidez jamais vista no passado. Nas cidades capitalistas, o cinema faz agora parte integrante da vida cotidiana do mesmo modo que os balneários, os estabelecimentos de bebidas, a igreja e as demais instituições necessárias, louváveis ou não. A paixão pelo cinema é ditada pelo desejo de diversão, de ver qualquer coisa de novo, de desconhecido, de rir e até de chorar, não acerca das infelicidades próprias, mas das de outrem. Todas essas exigências o cinema satisfaz de forma mais direta, mais espetacular, mais imaginativa e mais viva, sem que nada se exija do espectador, nem mesmo a cultura mais elementar. Daí esta reconhecida atração do espectador pelo cinema, fonte inesgotável de impressões e de sensações. Tal é o ponto de partida, e não só o ponto de partida, mas o domínio imenso a partir do qual se poderá desenvolver a educação socialista (TROTSKY, 1979).

A relação do cinema com o mundo do trabalho sempre esteve presente ao longo do século XX, primeiramente, com os filmes soviéticos de Sergei Eisenstein (*A greve*, 1925; *O Encouraçado Potemkin*, 1925), Vsevolod Pudovkin (*A mãe*, 1926), na Alemanha, com Fritz Lang (*Metrópolis*, 1927), nos EUA, com Charles Chaplin (*Tempos Modernos*, 1936), John Ford (*As vinhas da ira*, 1940; *Como era verde o meu vale*, 1941), Herbert Biberman (*O sal da terra*, 1954), no cinema japonês, com o mestre Kurosawa (*Viver*, 1952), com o polonês Andrzej Wajda (*O homem de mármore*, 1977) e o cinema neorrealista italiano com diretores como Luchino Visconti (*A terra treme*, 1948), Vittorio de Sica (*Ladrões de bicicletas*, 1948; *Umberto D*, 1952), Elio Petri (*A classe operária vai ao paraíso*, 1971), Mario Monicelli (*Os companheiros*, 1963) e, no Brasil, com diretores como João Baptista de Andrade (*O homem que virou suco*, 1981); Luiz Sérgio Person (*São Paulo S/A*, 1965); Renato Tapajós (*Linha de Montagem*, 1982; *Chão de Fábrica*, 2018); Leon Hirszman (*Eles Não Usam Black-tie*, 1981), entre outros.

Como contribuição destes diretores e autores para o debate contemporâneo sobre o trabalho na esfera artística no capitalismo de plataforma, podemos destacar todas as formulações teóricas em torno da discussão acerca da temática e a tendência à precarização destes trabalhadores, enquanto uma possibilidade de análise no âmbito da sociologia do trabalho. Isto demonstra a criatividade intelectual destes autores em tornar novos estudos possíveis à luz das concepções teórico-metodológicas e epistemológicas fundamentadas nas teorias clássicas.

Contemporaneamente, alguns diretores têm se debruçado sobre as grandes mudanças no mundo do trabalho. É o caso do britânico Ken Loach e dos irmãos belgas Jean Pierre e Luc Dardenne. Ken Loach é um cineasta britânico que sempre esteve engajado no campo da esquerda anticapitalista. Trataremos, a seguir, do filme de Ken Loach *“Você não estava aqui”* que começa com uma cena emblemática onde o mesmo é considerado como colaborador e não como um funcionário, já que não há qualquer vínculo empregatício formal, mas apenas relações “profissionais”, em que não há possibilidades de interação a não ser a relação capital/trabalho onde os mesmos se encontram envolvidos.

No primeiro momento, observamos o personagem Ricky submetido de forma direta a fazer um investimento com seus próprios fundos para iniciar como colaborador da empresa. No filme de Ken Loach o que chama a atenção é a total isenção de responsabilidades sobre os funcionários; por meio das atitudes do patrão podemos notar novos modelos e formatos de produção onde a exploração ocorre de forma mais extensa, mesclando a precarização e a extensiva exploração da força de trabalho, com o aparato eletrônico como principal aliado no processo de logística e de realização do trabalho, em tempo hábil.

Nesse processo, é possível observar um maior aumento da produtividade e, como consequência, há um aprofundamento do trabalho estranhado por parte do trabalhador, além das exigências de aprimoramento e capacitação para o manuseio dos instrumentos operacionais, já que no capitalismo de plataforma a concretização da acumulação e extração de valor ocorre a partir dos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas; por outro lado, significa sua face mais visível (ou interface amigável), infiltrando-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados e causando dependência de suas infraestruturas na web e em diversos setores da sociedade (GROHMANN, 2020). O que é muito diferente dos velhos padrões taylorista e fordista¹. As plataformas funcionam como infraestruturas digitais que possibilitam a interação entre dois ou mais grupos, uma série de dispositivos que permite aos usuários a construção de seus próprios produtos e serviços, provendo

¹ Para conseguir a aprovação de Maloney e, consequentemente, o “direito” e o “privilegio” de trabalhar com a PDF Company, Ricky afirmara sua mobilidade laboral como um trunfo diante dos “bastard preguiçosos” com os quais trabalhava. Tendo trabalhado, principalmente, na área da construção civil, ele apresenta o seu “cartão de visita” a Maloney: Já fiz de tudo. É só falar que eu fiz. Geralmente trabalho de pedreiro. Preparação de alicerces. Esgoto. Cavar, fazer demarcação. Vedar paredes e telhados. Pavimentação e conserto de pisos. Serviços de encanamento. Marcenaria. Já até cavei covas [graves]... Fiz de tudo mesmo. [...]. Sempre gostei [de paisagismo]. Sabe... Aqui e ali. Clientes diferentes todo o dia, casas diferentes, empregos diferentes [different jobs] (VOCÊ..., 2018, 00h00min40s, tradução de MEDINA; PARRA).

uma infraestrutura básica para realizar a mediação entre diferentes grupos (SRNICEK, 2018). Com esse novo modelo produtivo e as novas formas de trabalho nos defrontamos com a maximização do processo produtivo em tempo recorde. No filme, podemos ver que o computador de mão de Ricky mostra tudo em tempo real, inclusive a localização precisa e, com a ajuda de sua filha Liza, o mesmo acaba conseguindo cumprir as tarefas no tempo estabelecido, mas com um esforço físico e intelectual ainda maior, sendo que o que importa são apenas números para PDF express.

Como é dito pelo chefe, durante à discussão, “somos o número um, é isso o que importa!” “Você não trabalha para nós, você trabalha conosco”, diz o empregador. Vendem uma ideia de que o trabalhador é um empreendedor, um soldado da sua própria vida, mas, na verdade, o trabalhador está se escravizando. Vemos aqui um exemplo claro da exploração e subsunção do trabalho ao capital. O trabalho de autocuidado que Abby (a esposa) realiza, é também marcado pela precarização, além de ter de suportar os piores tipos de humilhações possíveis. Tudo isso por conta das próprias condições de existência, tendo mesmo que vender seu carro como única alternativa para que seu marido possa entrar como “colaborador” na empresa. Um investimento de 14 mil dólares que serão pagos a longo prazo com o próprio trabalho. Esse sistema, além da precarização do trabalho, observa-se também a diminuição dos encargos sociais pagos pelos patrões. Chama a atenção o fato de Ricky ter de urinar numa garrafa para compensar o “desperdício” do tempo, o que significa ser déspota de si mesmo, no sentido de que ele é o controlador de si próprio (ANTUNES, 1995).

Abílio (2020) parte da premissa de que o trabalho de plataforma se inscreve na lógica da “uberização”, que segundo ela o transcende, levando os trabalhadores e trabalhadoras a perdas de direitos e à liberalização de fluxos financeiros e agregando novos métodos de gestão algorítmica. Este novo modelo consiste em uma “gigantesca possibilidade de extração, processamento e administração de dados da multidão de trabalhadores, de forma centralizada e monopolizada. Estabelecem-se meios novos e obscuros no gerenciamento do trabalho, informados por um pleno mapeamento do processo de trabalho e de um novo tipo de subordinação, que conta com a previsão e a indução individualizada de comportamentos (ABÍLIO, 2020).

Huws (2020), caracteriza o trabalho em plataformas (*platform work*) como formas de organização do trabalho na qual trabalhadores se comunicam com seus empregadores ou clientes por meio de interfaces digitais e na qual “trabalhadores são crescentemente demandados a estarem disponíveis sob demanda, são geridos digitalmente e são esperados que subordinem suas próprias necessidades

inquestionavelmente às dos consumidores e clientes” (HUWS *apud* VALENTE, 2021, p. 3).

O tema é muito atual e os conflitos do protagonista encontram paralelos nítidos com os outros profissionais sujeitos ao mesmo esquema profissional, como motoristas e entregadores de aplicativos. Esses trabalhadores, em número crescente em todo mundo, não estão mais amparados pelas antigas leis trabalhistas do Estado de bem-estar social dos anos 1980 e hoje são colocados em circunstâncias comprometedoras, sem qualquer garantia de estabilidade ou auxílio. É nesse quadro que o personagem, desesperado por alguma renda frente às demandas familiares, se sujeita a trabalhar numa firma que lhe deixa claro, logo na primeira cena do filme, que suas obrigações serão muitas e os direitos quase nenhum. É o que Festi (2020) chama de distopia do capitalismo de plataforma! A aparente liberdade esconde uma nova forma de servidão. Obviamente, o termo servidão aqui deve ser entendido, metaforicamente, no sentido atribuído por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, ao afirmar que “[...] a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação” (MARX, 2004, p. 89)².

Para Medina e Parra (2020), o filme *Você não estava aqui*, apresenta uma narrativa que coloca em evidência os problemas socioeconômicos oriundos dos processos de uberização do trabalho em curso. Perdas de laços jurídicos entre trabalho e capital, flexibilização e ampliação das jornadas laborais, fragmentação das classes trabalhadoras e reverberações da crise econômica em pleno núcleo familiar; todos esses fenômenos são trazidos à luz do espectador por meio de Ricky, Abbie e sua família, os quais representam os arquétipos loachianos do trabalhador intermitente em processo de teleassalariamento. Entretanto, em sua entrevista de

² Ricardo Antunes, em *O privilégio da servidão*, expressa bem a dimensão dessas transformações, ao descrever as plataformas digitais que emergem nesse período: “em 2008 falávamos da Coca-Cola, da General Motors ou Toyota, hoje falamos de Amazon, Uber, Google, Facebook, Airbnb, 99, Cabify, Rappi, Deliveroo, e na explosão das plataformas. E era preciso criar um monstro social para justificar a corrosão dos direitos do trabalho: chamou-se a isso de empreendedorismo, de trabalho autônomo para a mascarar as condições de assalariamento. Se tiverem sorte, os jovens trabalhadores serão escravos. É a escravidão digital que falei anteriormente: horas de trabalho que levam dias e noites, metas sempre maiores que nos dias anteriores, a ideia de trabalhar e criar para a empresa como se fosse deles – não é por acaso que são “colaboradores”, “parceiros”, “tem que ter resiliência”. É um palavrório que tenta esconder uma realidade do trabalho que é a de conversão do trabalho que é um valor em um não-valor. Por isso que eu digo no livro *O Privilégio da Servidão* que entramos na era da escravidão ou servidão digital – claro, são termos metafóricos para explicitar uma sujeição quase total do trabalho ao capital” (ANTUNES, 2018). Tudo isso se inscreve em uma lógica marcada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório do capitalismo, tese já desenvolvida pelo revolucionário russo, León Trotsky, ao longo dos anos 1930.

emprego ao gerente e supervisor da franquia logística, o austero e temerário Maloney, ele é logo informado sobre as condições que deve aceitar para o seu ingresso na empresa:

Só vamos esclarecer umas coisas desde o começo, não devemos?! Aqui você não é um contratado... Você vem "a bordo". Nós aqui na empresa gostamos de dizer que você "embarca" com a gente. Você não trabalha para nós [don't work for us]... Você trabalha conosco [work with us]. Não dirige para nós. Você realiza serviços. Não há contratos de emprego. Não há metas... Você atende aos padrões de entrega. Não há salários [no wages] e sim honorários [but fees]. Está claro? (VOCÊ..., 2018, 00h01min45s, tradução de MEDINA; PARRA).

Os prazos são inatingíveis, quinze minutos de almoço (controlados pelo alarme do smartphone do empregado e nenhuma autonomia (nem mesmo para ir ao banheiro) são algumas exigências da empresa apresentadas sobre a forma de uma nova metodologia de serviço, pretensamente mais dinâmica e eficiente. Desse modo, o trabalhador se transforma em um “colaborador”, título requintado que, na prática, só significa ter menos direitos, e com isso a empresa se exime de qualquer responsabilidade sobre ele e os produtos. Nem mesmo o equipamento de trabalho está segurado e todo dano a ele será arcado pelo “colaborador”. Com isso, até mesmo a van que Ricky utiliza nas entregas deve ser comprada por ele ou alugada com a própria empresa, tendo o valor do aluguel descontado de seus rendimentos. Em troca, diz-lhe seu chefe, ele terá “liberdade” para trabalhar quando quiser, tendo seus rendimentos proporcionais às horas trabalhadas.

A ilusão de mais independência dura pouco. Embora o protagonista seja um funcionário esforçado e disposto, logo seus familiares começam a repercutir os desdobramentos de sua condição precária e a constante ausência por conta das extensas jornadas de trabalho. Os efeitos devastadores recaem primeiro em sua mulher Abbie que tem o próprio emprego, como cuidadora de idosos e pessoas com necessidades especiais, dificultado diante do novo trabalho do marido. Seus filhos também mostram os abalos da precarização da vida familiar e do afastamento dos pais, sobretudo Seb (Rhys Stone) que apresenta um comportamento cada vez mais errático e agressivo. Desinteressado pelos estudos, ele prefere passar os dias pichando mensagens críticas nas paredes de Londres com amigos. O rapaz chega a ser expulso do colégio, fato tão comum para jovens nessa situação que, se não forem expulsos, simplesmente evadem diante da falta de perspectivas ou da demanda em contribuir com a renda familiar.

No caso do filme *Eu, Daniel Blake* o protagonista é homem de meia idade que se encontra em uma situação conflituosa: ele acabou de perder a esposa e gostaria de continuar no emprego em que está há anos, trabalhando como marceneiro, uma profissão da era fordista. Daniel Blake é um trabalhador que sofre um ataque cardíaco e busca por assistência financeira governamental, em uma cidade inglesa, nos dias atuais. Daniel busca na previdência, auxílio por incapacidade laboral já que os médicos o proíbem de trabalhar pelo risco iminente de vida, mas vendo que o processo burocrático é moroso, ele decide buscar assistência por meio do seguro desemprego inglês. As agências de fomento do trabalho, porém, só aceitam pagar a assistência caso ele se comprometa a procurar emprego conforme determinadas regras. Diante do dilema de trabalhar com uma condição de saúde grave ou aguardar a assistência estatal, Daniel Blake se vê em situações frágeis onde as instituições, e os indivíduos que dela fazem parte, determinam sua condição de miséria, agravada pelo fato de ser um analfabeto digital. Ele conhece, em um dado momento Katie, com seus dois filhos, e que também enfrenta problemas de desamparo social. O carinho e preocupação que demonstra por Katie e seus filhos contrastam com a forma como é negligenciado pelos aparelhos estatais. Personagens como trabalhadores da assistência governamental e vizinhos surgem trazendo pesos e contrapesos na visão da assistência social com algumas reflexões. Fica evidente que o Estado de Bem-Estar Social entrou em crise e fracassou.

Já em *Dois dias, uma noite*, dos irmãos Dardenne Marion é Sandra, operária de uma fábrica, que acaba de ser demitida. Mas seu chefe lhe propõe um acordo: se os 16 colegas dela abrirem mão do bônus de 1.000 euros que devem receber, ela poderá manter seu emprego. A questão é que a demissão dela já passou por uma votação por essas mesmas pessoas, e Sandra tem um final de semana (daí o título) para convencer a maioria de seus colegas a mudarem seus votos, numa nova rodada que acontecerá na segunda-feira pela manhã.

Sandra e o marido, Manu (Fabrizio Rongione), moram numa casa confortável – bem diferente da habitação social em que viviam antes de alcançar essa condição que agora está ameaçada. Ele é chefe de cozinha, e o casal tem duas filhas. Se ela perdesse o emprego, o padrão de vida da família – que está longe de ser muito alto – estaria ameaçado, além da frágil saúde emocional da protagonista. Também assinado pelos diretores, o roteiro revela, aos poucos, questões subjacentes que acrescentam novas camadas às personagens e à narrativa.

Sandra está doente, tanto que já cumpriu licença médica, sofrendo de uma depressão. Isso influencia suas atitudes, porque além de tomar comprimidos um atrás

do outro, como se fossem balas de hortelã, a protagonista, cujos olhos sempre parecem marejados, preferia estar deitada em sua cama, coberta até a cabeça, em vez de pedir a piedade de seus colegas de trabalho.

Ainda assim, ela vai dolorosamente à casa de cada um e faz a pergunta da qual seu futuro depende. Os Dardenne não nos poupam de nenhum desses encontros. Tal qual Sandra, precisamos enfrentar cada um deles, com um nó na garganta. Todos começam mais ou menos com o mesmo protocolo: apertos de mãos educados, conversas amenas, até chegar ao que interessa. As respostas variam, desde a compaixão à violência, passando por todos os subtons que a disputa pela sobrevivência pode proporcionar. Afinal, “Dois Dias, Uma Noite” é sobre isso: a solidariedade da classe operária num mundo cada vez mais consumido pela ganância empresarial (GUERREIRO, 2017).

As visitas de Sandra às casas dos colegas compõem um painel da situação da classe operária na Europa dominada pela austeridade econômica e pela direita – uma conjuntura que parece apontar para uma mudança a longo prazo. Há mais do que dinheiro em disputa aqui – valores morais também são uma questão. Mas os diretores não são ingênuos ou idealistas para pensar que o salário de cada um não teria um papel fundamental em suas decisões. A intersecção entre esses dois elementos ilustra, ao longo do filme, que no passado a solidariedade poderia prevalecer, mas, nos nossos tempos de capitalismo tardio e crise, a competitividade pauta as relações de trabalho, mesmo entre os iguais. *Dois Dias, Uma Noite* é um filme sintonizado com o nosso tempo: o do individualismo e da competição exacerbada.

Em *Rosetta* (1999), os irmãos Dardenne procuram mostrar realidades cotidianas e relacioná-las aos sentimentos de cada personagem. É um filme que expressa a realidade cotidiana de boa parte da população dos dias atuais, sobretudo nas grandes metrópoles: pessoas fechadas em seus próprios mundos, problemáticas e passando por dificuldades financeiras pela falta de emprego. É a realidade nua e crua mostrada na grande tela através de cenas do dia-a-dia como se estivéssemos presentes, assistindo a degradação de Rosetta, cuja intérprete, a talentosa belga Émilie Dequenne, exprimiu em seus semblantes e suas ações tudo que sua personagem requeria e também ganhou, muito merecidamente, o prêmio de melhor atriz do Festival de Cannes de 1999.

Rosetta, uma jovem de 17 anos, sofre para poder sobreviver. Sua condição só permite que ela more num local de difícil acesso, num trailer, dentro de um acampamento. Não tem um bom relacionamento com sua mãe pois a mesma é alcoólatra. O filme não mostra sua figura paterna. Logo no início do filme é demitida

de seu emprego. Além disso, ela é uma pessoa com um lado psicológico complicado: impulsiva, explosiva e com um comportamento antissocial e autodestrutivo que são reflexos de sua vida difícil. Ao longo do filme, ela tenta conseguir e se manter num novo emprego em busca de dignidade e subsistência.

Através de cenas filmadas com a câmera em movimento para nos dar uma sensação de imersão e realismo, a protagonista apresenta uma série de dificuldades, não só financeiras mas principalmente de autoafirmação e autoconhecimento pois ela exala uma falta de identidade e maturidade tamanhas que a transforma numa pessoa acuada, triste, e evidencia uma certa incapacidade para lidar com tantos problemas, talvez, por ver recair em seus ombros, precocemente, tanto peso e tanta responsabilidade. Há uma flagrante inversão de papéis com sua mãe e isto interfere diretamente em suas atitudes errôneas e sua maneira de enxergar o mundo. Acabamos percebendo que neste contexto, Rosetta é apenas mais uma vítima do sistema capitalista de exploração.

Outro tema importante da narrativa é a falta de emprego e a dificuldade de conseguir uma vaga, principalmente para pessoas sem qualificação. O filme não mostra a escolaridade de Rosetta, mas presume-se que seja baixa pela pouca idade e por ser responsável pelo sustento de sua moradia e sua mãe. Além disso, o mercado de trabalho é mostrado como uma selva, onde vale tudo, inclusive ações desonestas e desesperadas pois o trabalho é apresentado como a condição necessária para que a pessoa seja socialmente aceita em seu meio.

Mas não é só na forma que está o valor do filme - também no roteiro essa dimensão se estabelece: construído em diálogos e silêncios exatos, em um ritmo asfixiante e premiado com um belíssimo e surpreendente final... A interrupção do ato do suicídio, a interrupção do filme no meio de um suspiro de Rosetta, serve para projetar a narrativa para além do filme, para romper o espaço fílmico e lançar a questão para além da sala de projeção... O filme não se fecha por que não se trata de encontrar uma resposta ou de se decretar a tragédia inevitável... Mas de fazer da angústia daquelas imagens uma ferramenta político-social de questionamento e interesse do espectador por aquela realidade social microcósmica... Não se trata de pena, Rosetta não é uma mártir; se trata, sim, de encarar a dura realidade vivida por indivíduos muitas vezes esquecidos por quem vive além da redoma de vidro da mídia institucional, além do aquário farsesco que é o mundo cult-pop de um festival de Cinema... Rosetta é, sem dúvida, um filme incômodo, e por isso mesmo se presta ao que se pretende (BRAGANÇA, 1999).

Talvez o padrão no ano de 1999 fosse esperar dias melhores com o alvorecer dos anos 2000. Filha do final do século XX, Rosetta (Émilie Dequenne), no entanto, não tem o privilégio de poder olhar tão ao longe e projetar o que está por vir. Seu tempo é o agora, seus passos são apressados, seus desejos são urgentes, suas necessidades são básicas. Rosetta está sempre correndo atrás dessa garota arisca, que não hesita em partir para o embate físico quando ameaçada e é introduzida num rompante de fúria de motivação surpreendente: se recusa a deixar o emprego do qual acaba de ser demitida. Enxergar Rosetta em 2022 como uma trama facilmente confundível com uma obra contemporânea, nada envelhecida, é tão doloroso quanto encantador.

Mas estamos diante de um drama de esforço de inclusão, em que são retratadas braçadas desengonçadas no bravio mar do capitalismo desumanizador. Aqui lugar “privilegiado” do espectador não envolve estabilidade ou planos abertos. A câmera do diretor de fotografia Alain Marcoen está sempre no olho do furacão, na correria para alcançar a inquieta protagonista, encontrar seu rosto e capturar expressões do que a agitação e a ausência de verbalização buscam ocultar. São 90 minutos de intimidade forçada sem alívio, sem descanso, sem lembrete da “irrealidade”, sem embelezamento, sem trilha sonora. Há apenas uma música, não por acaso descompassada e em momentos beirando o sofrível, porém o autossilenciamento de Rosetta é contrastado o tempo todo com ruídos dos ambientes e objetos. Enquanto ela atravessa cidade, rodovia e acampamento a pé (com o cuidado de preservar os melhores sapatos para a vida proletária no asfalto), os homens circulam motorizados e propagam o medo através do barulho de suas motos. Um som que lembra motosserra, que evoca a destruição da natureza, que ameaça os segredos e a própria vida de Rosetta, cuja morada é no isolado Grand Canyon - quem disse que não há espaço para ironia nos tristes contos dos Dardenne? (GUERREIRO, 2017).

Em interpretação irretocável da então estreante Émilie Dequenne, Rosetta é uma menina orgulhosa e determinada, uma mulher carente e contraditória. Se acha muito esperta, cheia dos atalhos e esconderijos, mas é uma criança que abre o berreiro como um bebê ao ser ludibriada e abandonada pela mãe, cuja sexualidade reprime. As cólicas (de fundo emocional) são amenizadas com calor, como sua sensibilidade abafada poderia ser acalentada pelo afeto. Mas há resistência, há inexperiência e há o foco no objetivo com algumas regras claras - como nada de bico e mendicância - e outras nem tanto, que levam a dilemas morais e consequências desconfortáveis.

Rosetta passa o dia circulando ao ar livre, mas sem ver ao longe, sem paisagem, tão aprisionada em sua determinação quanto uniformizada em coloridos casacos esportivos. Até que o sistema que obrigou a jovem a crescer antes da hora revela-se

inconsistente (como sua alimentação à base de *waffles* e água), não dá conta da realização de seu fantasioso sonho de normalidade e ainda dificulta a desistência absoluta: é preciso pagar mais para morrer. São inegavelmente bruscos os atos finais da protagonista, mas compreensíveis considerando seu histórico de ímpetos sem reflexão. Se antes era movida pela ambição, ela age então pela desesperança, o fim da ilusão - tanto de sua necessária frieza quanto do objetivo impossível. Mas ainda têm fé os Dardenne, na humanidade e no futuro possibilitado pelo gesto inesperado. É o fator humano que transforma os últimos passos de Rosetta numa verdadeira *via crúcis* e que a leva a oferecer o rosto à câmera sem qualquer disputa ou pique (GUERREIRO, 2017).

As heroínas Sandra e Rosetta têm trajetórias paralelas. A questão social é central nos dois filmes, cujo tema principal é o desemprego, e ambas as personagens não aceitam o destino que se impõe. Nesse sentido, Sandra e Rosetta surgem como consequência e representação de um cenário social no qual o trabalhador é simplesmente descartado, independentemente da qualidade do trabalho que possa desempenhar. A revolta das personagens é traduzida e amplificada em seus corpos. Na contramão dos corpos dóceis, as personagens implementam uma verdadeira jornada através da cidade, perfazendo o cenário que marca os não-espacos dos socialmente excluídos. No caso de Rosetta, a perda do emprego está ligada ao fim de um estágio, já com Sandra, o afastamento para tratar de uma depressão funciona como propulsor para a substituição de sua presença pelo abono salarial para os demais colegas. Do ponto de vista estrutural, temos os mesmos elementos. As duas personagens entram em contato com a questão do desemprego ainda na primeira cena. Rosetta reage com violência à demissão no ambiente de trabalho. A narrativa começa no meio da ação, ela anda pelos corredores para questionar sobre a demissão (00:35-03:22). Já Sandra desperta com um telefonema pelo qual será informada sobre a sua demissão (00:47-03:10). As narrativas, assim, colocam essa questão central no mesmo momento, ainda na primeira cena. O que vemos a seguir é a jornada de cada uma dessas personagens tendo como objetivo a mudança desse acontecimento. Rosetta e Sandra querem, a todo custo, reaver seu emprego, e serão levadas às últimas consequências para isso. Rosetta atravessa a cidade em busca de emprego, recebe a ajuda de Riquet, nunca perde o foco de seu objetivo principal. A jornada de Sandra consiste numa humilhante busca pelos seus colegas para pedir que eles abram mão do abono e votem para que ela recupere seu emprego. Em termos estruturais, Rosetta e Sandra iniciam suas respectivas jornadas em absoluto paralelismo, tendo como ponto de partida o desemprego e como objetivo final da jornada, a mudança radical desse quadro.

Considerações finais

Pelo exposto, não há dúvida que o cinema pode ser utilizado como meio para estreitar e fortalecer os laços existentes com outros dispositivos sociais que a cidade oferece - sendo a universidade um deles, bem como potencializar a criação de novas relações, favorecendo a integração e a permeabilidade desejável entre academia e sociedade.

Alves (2006), busca elaborar uma análise hermenêutica dos filmes a partir de uma matriz dialética materialista que pressupõe uma determinada concepção de obra de arte, vista “[...] como um *reflexo estético* da vida social em suas múltiplas determinações (um *reflexo antropomorfizado*, como sugere Lukács)”. A obra de arte como objeto de estudo da Sociologia a partir da perspectiva dialética contribuiu para uma apreensão verdadeira do ser social sobre o complexo socioreprodutivo do qual faz parte, pois permite entender os processos, relações e estruturas essenciais ao funcionamento do metabolismo social do mundo burguês.

Para entender as novas relações de trabalho é necessário fazer um pequeno resgate das antigas formas de organização do trabalho. Para isso é essencial citar o Capítulo XIII “*Maquinaria e Grande Indústria*” da obra *O Capital*, de Karl Marx (1983), onde o autor discute a evolução das formas de organização e relações de trabalho. Inicia sua reflexão a partir da produção artesanal e/ou manufatureira, na qual o trabalhador possui o domínio sobre o seu ritmo de trabalho e sobre o conhecimento necessário à produção de um determinado bem, permitindo também relações pessoais e próximas devido ao número reduzido de indivíduos envolvidos no processo produtivo.

Com o advento da maquinaria tais relações de trabalho se transformam de maneira drástica, o trabalho se torna em grande escala acompanhado de uma nova forma de se relacionar entre os agentes envolvidos no processo de produção, forma está marcada pela impessoalidade da relação monetária (salário), entre o capitalista (empregador) e o trabalhador. Em um primeiro momento essa relação se mostra como um contrato formal entre partes iguais, entretanto esconde uma relação de exploração, já que o montante pago ao trabalhador não corresponde à quantidade de horas de trabalho que desempenhou, ou seja, existem horas de trabalho não pagos que Marx denominou de mais-valia que é apropriada pelo capitalista.

Na concepção de Viana (2009), existem várias formas de reprodução fílmica do capitalismo, isto é, a reprodução do capitalismo através do cinema. Podemos destacar, em primeiro lugar, o filme como reconstituição histórica inintencional, ou seja, o

filme, mesmo que seus produtores não tenham a intenção, acaba reconstituindo a história de sua época, ou seja, de determinado momento da sociedade capitalista. Porém, esta reconstituição histórica inintencional é feita sob variadas perspectivas, dependendo da época, agentes de produção e outros elementos envolvidos em determinada produção cinematográfica. Outra forma é o filme que intencionalmente pretende revelar elementos da sociedade capitalista. Este tipo de filme é mais raro e é, geralmente, mais crítico e forte. Os seus agentes de produção tentam expressar as relações sociais na sociedade capitalista e ao fazê-lo, revelam seus problemas, contradições, limitações, consequências. Outra forma de mostrar o capitalismo através do cinema é por intermédio da própria história do cinema, isto é, através da sucessão de filmes que assumem determinadas características, valores, posições, que são típicos da época e são determinados pela lógica do desenvolvimento capitalista. É o que tem feito, a partir de uma crítica ácida e contundente ao capitalismo contemporâneo, tanto Ken Loach quanto os irmãos Jean-Pierre e Luc Dardenne.

Referências

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado? **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020.

ALVES, G. **Trabalho e Cinema**: O Mundo do Trabalho Através do Cinema. Ed. Práxis, 2006.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Os jovens de hoje que tiverem sorte serão servos. Entrevista concedida a Suzana C. **Petropouleas**, 8 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/os-jovens-de-hoje-que-tiverem-sorte-serao-servos-entrevista-com-ricardo-antunes/>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRAGANÇA, F. **Rosetta, de Luc e Jean-Pierre Dardenne**. 1999. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/22/rosetta.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

DOIS DIAS, UMA NOITE. Direção: Jean-Pierre e Luc Dardenne. Duração: 95 min. Bélgica, 2015.

EU, DANIEL BLAKE. Ken Loach. Duração: 105 min. Inglaterra, 2016.

FERRO, M. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FESTI, R. A distopia do capitalismo de plataforma. **Correio Brasiliense**, 2020.

GOMES, P. E. S. **Cinema**: trajetória no subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUERREIRO, A. S. **Por uma poética humanista** - Alteridade, Cinema e Mundo na sistemática dos Irmãos Dardenne. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2017.

LUKACS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEDINA, C.; PARRA, A. O fetiche da tecno-produtividade digital em Ken Loach: a uberização do trabalho no filme *Você não estava aqui*. **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB**, Brasília, n. 37, p. 689-708, jul./dez. 2020.

MENDES, T. **Rosetta, de Jean-Pierre e Luc Dardenne**. Disponível em:

<<https://revistamoviemment.net/rosetta-de-jean-pierre-e-luc-dardenne-46562174b9f5>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

ROCHA, G. **A revolução do cinema Novo**. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1980.

ROSETTA. Direção: Jean-Pierre e Luc Dardenne. Duração: 94 min. Bélgica, 1999.

SRNICEK, N. **O capitalismo de plataformas**. Buenos Ayres: Caja Negra, 2018.

TROTSKY, L. **Questões do modo de vida**. Lisboa: Antídoto, 1979.

VALENTE, J. Trabalho em plataformas digitais e teoria do valor trabalho: bases para uma abordagem marxista do fenômeno. In: V Encontro Internacional Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais – UnB. **Anais...** 2021.

VIANA, N. **A concepção materialista do cinema**. Porto Alegre: Asterisco, 2009.

VOCÊ não estava aqui. Direção: Ken Loach. Produção: Rebecca O'Brien. [S.l.]: Sixteen Films. 2018. DVD (102 min.).

XAVIER, I. (Org.). **A experiência do cinema**: antologia. Rio de Janeiro: Graal: Embrafilme, 1983.

Parceiros, mas não muito! Uberização do trabalho e exploração dos motoristas por aplicativo

Martín Andrés Moreira Zamora^{*}

Fabio Bittencourt Meira^{**}

Introdução: uberização do trabalho e produção de valor

A chamada uberização é uma referência direta à organização do trabalho controlado por plataformas que começou com a empresa de serviços de transporte de passageiros Uber Technologies Inc., fundada em 2010, na cidade de São Francisco, Estados Unidos. A Uber é pioneira e líder mundial no mercado de transporte de passageiros por aplicativo, atuando em mais de 10 mil cidades localizadas em 71 países, a empresa anuncia possuir 3,5 milhões de motoristas e entregadores “parceiros” e 101 milhões de clientes. No Brasil, está presente desde 2014, atuando em cerca de 500 cidades, com 1 milhão de motoristas e entregadores parceiros que atendem mais de 22 milhões de clientes (UBER, 2020).

O modelo uberizado de organização do trabalho é um fenômeno recente, que tende a se expandir para diversos setores, o que o torna objeto de interesse para a problemática das novas configurações do trabalho, sob o capitalismo tardio. Apesar da novidade, algumas características já prenunciam um modelo de caráter definitivo. A começar pela exigência de que a venda da força de trabalho só se realiza quando acompanhada de parte dos meios de produção, isto é, o motorista e o entregador devem portar um veículo de transporte. Em segundo lugar, o controle cotidiano do trabalho é realizado por algoritmo alimentado por informações de usuários clientes, o que resulta um sistema de punições e recompensas automático e instantâneo. Terceiro, o vínculo de trabalho limita-se a um simples cadastro de “colaborador(a)”,

^{*} Economista, mestre em Administração e doutorando pelo PPGA – UFRGS.

E-mail: moreirazamora@gmail.com

^{**} Professor da Escola de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador fundador do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA EA/UFRGS), pesquisador do Centro de Estudos de Governo (CEGOV/UFRGS).

E-mail: fabio.meira@ufrgs.br

cujas remuneração é sempre proporcional ao tempo efetivamente trabalhado. Finalmente, a flexibilidade da força de trabalho alcança seu ápice com a constituição de um novo trabalhador *just-in-time*, permanentemente disponível.

Esta configuração emerge especialmente no setor de serviços, como é o caso dos transportes, o que leva à interrogação sobre sua potencialidade de extrair taxas de mais-valor, pois tratar-se-ia de um tipo de trabalho improdutivo. Nesse sentido, Antunes (2019) aponta que a busca do capital por maior produtividade do trabalho amplia os mecanismos de extração de mais-valor, especialmente em setores até então considerados improdutivos. Isso acontece porque a transformação mais notável do padrão de acumulação flexível foi a crescente articulação entre trabalho e ciência, materialidade e imaterialidade, trabalho produtivo e improdutivo. Assim, as distintas modalidades de trabalho oriundas da fase informacional, digital e financeira do capitalismo não tornaram inoperante a lei do valor, tendo, de fato, ampliado a sua vigência.

Poucos pesquisadores têm discutido a valorização no trabalho uberizado. Para Fontes (2017), iniciativas como a uberização não põem fim ao trabalho, mas aceleram as transformações da relação empregatícia para o trabalho isolado e diretamente subordinado ao capital, sem mediação contratual e desprovido de quaisquer direitos. A Uber não é proprietária direta das ferramentas e meios de produção, mas controla a capacidade de juntá-los à força de trabalho e ao mercado consumidor. Sendo proprietária dos recursos sociais de produção, a organização viabiliza o controle econômico do processo naquilo que lhe interessa, ou seja, na extração e captura do mais-valor, e sua circulação de volta à propriedade.

Franco e Ferraz (2019) destacam a transferência de responsabilidade sobre o investimento em capital fixo para os trabalhadores, com a aquisição da frota de veículos realizada pelos motoristas. Além disso, o dispêndio com capital variável só acontece quando há a efetiva prestação do serviço. Devido a estas estratégias, a mercadoria apresenta um mais-valor potencializado com a mitigação do capital constante, com reflexo positivo na taxa de lucro. Os autores apontam que a tecnologia da Uber aumenta o mais-valor absoluto, por meio da expansão da jornada de trabalho, e calibra o mais-valor relativo pelo rebaixamento do valor transferido à força de trabalho.

A Indústria 4.0¹, diz Scapini (2020), é um conjunto de transformações tecnológicas que traz consigo novas formas de produzir e novas formas de exploração

¹ Sobre a Indústria 4.0 e suas implicações sobre o trabalho ver Antunes (2020).

do trabalho, na qual baixos salários se mesclam com tecnologias de elevada produtividade dando novos contornos ao fenômeno da superexploração do trabalho. Há um novo entrelaçamento de relações de trabalho arcaicas e modernas, pois a superexploração articula mais-valor absoluto, mais-valor relativo e baixos salários. Nesse mesmo diapasão, Zamora, Augustin e Souza (2021) apontam a possibilidade de uma articulação entre mais-valor absoluto e relativo, que acaba dando maior ênfase ao primeiro, devido ao prolongamento da jornada de trabalho.

O presente artigo visa contribuir nesta discussão do processo de valorização correlato à uberização do trabalho, analisando o processo de trabalho dos motoristas de aplicativo da empresa Uber. Desta perspectiva, a ‘parceria’ entre motoristas e organização revela-se como uma clara relação de exploração, em que os primeiros, chamados “colaboradores”, veem-se na condição de força de trabalho produtiva subordinada à estratégia de acumulação da empresa.

O artigo é composto por quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta o processo de trabalho dos motoristas de aplicativo. Para esta análise partimos dos escritos de Marx e dos autores da Teoria do Processo de Trabalho, para em um segundo momento, analisar a uberização com apoio da bibliografia sobre o tema e entrevistas realizadas com motoristas. Destacamos o fato de que o trabalho dos motoristas de aplicativo não se resume a dirigir. Como responsáveis pela reprodução da mercadoria que oferecem, são obrigados a realizar inúmeras tarefas que não costumam ser computadas como trabalho. A terceira seção analisa o processo de valorização da uberização. Logo, partimos do processo de trabalho dos motoristas de aplicativo para compreender quais são os mecanismos de apropriação de mais-valor. Nesse sentido, apontamos a articulação entre mais-valor absoluto e relativo, aliado a um achatamento da remuneração dos motoristas. Na última seção apresentamos um balanço da análise e as considerações finais.

O processo de trabalho dos motoristas da Uber

Ainda que possa motivar o entusiasmo empreendedor dos motoristas (ZAMORA; AUGUSTIN; SOUZA, 2021), o trabalho uberizado situa-se no âmbito do processo de valorização capitalista, em que produção de mercadorias significa produção de valor excedente. Todo processo de trabalho define uma capacidade de trabalhar, de indivíduos ou grupos, para produzir valores de uso. Sob o capitalismo, valores de uso convertem-se em valor (de troca), uma vez submetidos à circulação no mercado (MARX, 2013). A capacidade humana de trabalhar é incorporada a um processo produtivo em que o valor se destina, sobretudo, à apropriação capitalista. Aqui

operam processos correlatos de controle que introjetam a necessária autodisciplina e conhecimentos específicos de cada atividade. O controle sobre o trabalho envolve uma mistura de repressão, familiarização, cooperação e cooptação, elementos que são organizados não apenas no local de trabalho, mas na sociedade como um todo (HARVEY, 2010).

A subsunção do trabalho à dinâmica capitalista define uma configuração específica do processo de trabalho, cuja compreensão, de acordo com Thompson (1990), depende de quatro pontos centrais: (1) estudo da 'função' do trabalho na acumulação de capital, no contexto definido do local de trabalho; (2) atenção especial ao papel das habilidades neste processo; (3) foco na lógica de controle do processo de trabalho exercido por um empregador como condição prévia fundamental para o movimento de conversão que transforma a força de trabalho dos trabalhadores em uma mercadoria; e (4) o desvelamento das relações sociais entre capital e trabalho no espaço de produção como 'antagônico estruturalmente', resultando em um foco na autonomia, consentimento e resistência no trabalho. Mas, antes de situarmos os quatro pontos na configuração do trabalho uberizado, é preciso descrever as atividades que o compõem.

O aplicativo ou a plataforma é um software que vincula motoristas e passageiros. Ambos se cadastram e conectam-se, obrigatoriamente, por meio dele. O processo produtivo se inicia quando o passageiro informa sua localização, a partir daí o software busca um motorista que aceite coletar o passageiro e dar início à viagem. Desde o início, o software define o preço, e quando chega no destino, o motorista deve informar o término da viagem. Se o passageiro usa um cartão de crédito ou de débito, o pagamento é feito diretamente à Uber, que depois remunera o motorista descontando uma taxa de intermediação. Quando o pagamento é feito em dinheiro, o motorista recebe o pagamento da corrida e fica devendo a taxa de intermediação à empresa. Na outra ponta, o software solicita ao passageiro uma avaliação do serviço, em que sugere uma gorjeta.

A plataforma define que passageiros serão atendidos. O motorista deve aguardar passivamente as instruções, pois é desautorizado a captar clientes por iniciativa própria. Ao aceitar uma corrida, desconhece o passageiro e seu destino², informação que vai obter somente quando iniciar o percurso. O preço do serviço prestado é determinado, e informado ao motorista, pela plataforma.

² Após inúmeras reclamações dos motoristas, o aplicativo começou a informar a região da cidade que o passageiro se destina.

Ainda que a remuneração seja relativa à realização efetiva dos percursos, o tempo de trabalho do motorista é composto por diferentes tarefas e não apenas com o volante. Primeiramente, a *interação com o aplicativo* – acompanhar as informações expostas no aplicativo; avaliar os passageiros; realizar o controle de receitas e despesas; em segundo lugar, a *operação e manutenção do veículo* – dirigir; limpar e manter o veículo; comprar suprimentos para este; em terceiro, a *interação com os passageiros* – cuidados para obter boa avaliação, mostrar-se simpático e gentil; comprar suprimentos para oferecer aos passageiros; cuidar da própria aparência além da do veículo (ZAMORA; MEIRA, 2021).

A jornada de trabalho do motorista uberizado é, além de usualmente extensa, polivalente. Todas essas atividades são necessárias à produção do serviço, ainda assim, podem ser desconsideradas pelo próprio motorista. De fato, o tempo de trabalho produtivo excede o tempo ao volante do veículo. Quer dizer, ainda que o motorista não perceba, sua remuneração é relativa ao tempo total necessário para a produção do serviço, e não apenas ao tempo dedicado ao volante do veículo. Ainda que a Uber divulgue a ideia de uma relação entre parceiros, fica claro que as tarefas cotidianas compõem uma virtual jornada de trabalho. Sua inexistência inviabilizaria o próprio trabalho, por isso todas essas tarefas compõem o processo de trabalho e, conseqüentemente, a produção de excedente, ainda que algumas sejam realizadas sob controle indireto da organização proprietária da plataforma (CASAGRANDE; ZAMORA; OVIEDO, 2021).

O controle sobre o trabalho se dá por meios tecnológicos, econômicos e ideológicos. O controle gerencial realizado através do aplicativo prevê o suporte dos clientes, numa função de multidão vigilante (ABÍLIO, 2019). A atribuição das notas ou das taxas obtidas impacta a vida profissional do motorista, que pode ser suspenso, de acordo com a avaliação do seu desempenho, ou mesmo descredenciado e impedido de trabalhar com a Uber novamente (ROSENBLAT; STARK, 2016). O controle a partir das informações de clientes inclui avaliações dos clientes, taxas de aceitação e cancelamento.

A Uber afirma que os motoristas são livres para definir horários de trabalho. Contudo, se levarmos em consideração que a empresa recebe pagamentos realizados pelos usuários, define a tarifa cobrada e determina quais passageiros serão atendidos; e, ainda, quais motoristas atenderão cada passageiro, e que este último não pode escolher quem prestará o serviço (AMORIM; MODA, 2020; FRANCO; FERRAZ, 2019); não é difícil perceber que há aqui uma remuneração por corrida. Este tipo de remuneração vincula os ganhos do trabalhador à sua produção. Daí a obrigação de

prolongar a jornada de trabalho para elevar sua remuneração (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019; MORAES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019). A Uber não estipula a jornada de trabalho para os motoristas porque a empresa, por meio da coerção econômica, obtém melhores resultados mantendo a ilusão de parceria e não de subordinação, numa retórica que isenta a empresa das responsabilidades trabalhistas. Como afirmou Paulo Lima, liderança do movimento conhecido como 'Breque dos Apps', esta "[...] é uma falsa noção de liberdade, quem faz o nosso horário são as nossas dívidas" (LIMA; RÁDIO CBN, 2020).

Mesmo não tendo a propriedade sobre veículos, *smartphones* e outras ferramentas de trabalho, ao possuir a plataforma que inter-relaciona trabalhadores e clientes, e empresa consegue impor aos primeiros um rígido controle, sem a mediação do vínculo formal de emprego. Ao trabalhador obriga-se ser proprietário dos meios de trabalho, que, incorporados ao processo, tornar-se-ão capital, ou seja, meios de valorização do valor ao serem conectados à empresa, detentora dos recursos sociais de produção (FONTES, 2017). A inexistência de uma jornada de trabalho previamente fixada não descaracteriza os papéis de comprador e vendedor de força de trabalho, o que se altera, de fato, é que parte do capital constante, normalmente adiantado pelo capitalista, agora é exigido do trabalhador (FRANCO; FERRAZ, 2019).

O processo de valorização na uberização do trabalho

Para ser capitalista, o possuidor de capital não pode se restringir a participar do mercado na condição de comprador e vendedor, ele precisa garantir a valorização do capital adiantado. Já o trabalhador é definido pelo que possui – força de trabalho – e pelo que não possui – capital: o fato de possuir meios de trabalho ou mercadorias não o transforma em capitalista. Dessa forma, conclui-se que os trabalhadores uberizados jamais serão capitalistas³, ainda que recebam renda em troca da reprodução da força de trabalho e manutenção dos meios de trabalho em sua posse.

Assim, restariam duas possibilidades: ou o trabalhador uberizado é autônomo ou trabalha para a empresa detentora da plataforma. Se fosse um autônomo, estaria apenas consumindo um serviço oferecido pela Uber, da mesma forma que consome gasolina, internet etc. A plataforma seria mais uma mercadoria necessária para a realização do seu trabalho. Na seção anterior, argumentamos que o motorista da Uber não é um empreendedor devido ao alto grau de subordinação deste junto à

³ “ [...] a máscara econômica do capitalista só se adere a um homem pelo fato de que seu dinheiro funciona continuamente como capital” (MARX, 2013, p. 781).

plataforma. Por não ser um consumidor da Uber, mas um trabalhador assalariado remunerado por produção (por peça), o seu trabalho produz mais-valor.

Franco (2020) divide as plataformas em três categorias. A primeira diz respeito à intermediação de serviços como mercadoria direcionada ao consumidor final. A segunda define o serviço intermediado como parte do processo de trabalho de um capital industrial. Na terceira é o serviço de intermediação que se torna mercadoria, atuando em trocas. No primeiro caso, o foco da intermediação é o consumidor, isto pode ocultar o fato de que as plataformas estão comprando força de trabalho para produzir mercadorias sob a forma de serviços, tais como o deslocamento de passageiros, a entrega de alimentos, serviço residencial de limpeza etc. No segundo caso, a aquisição da força de trabalho integrará parte de um processo produtivo, voltado para atender necessidades de organizações. Plataformas como *Amazon Mechanical Turk* e outras terceirizam alguma de suas atividades a milhares de trabalhadores dispersos em diferentes países. Por último, a terceira diz respeito às plataformas que prestam serviços em troca de uma assinatura mensal. O objetivo não é cobrar uma taxa percentual ou determinar os preços cobrados, mas cobrar um valor mensal fixo pelo direito ao acesso à plataforma. A taxa fixa pode ser cobrada somente de quem oferta um serviço, somente de quem contrata ou de ambos.

A plataforma da Uber encontra-se na primeira categoria. Essas plataformas oferecem uma mercadoria na forma de serviço com preço pré-determinado pela mesma organização que é responsável pelo controle da força de trabalho. Logo que o serviço é prestado, a plataforma recebe o pagamento do consumidor, realizando o valor da mercadoria. Desse valor, uma parte pertence à organização e outra ao trabalhador que executou o serviço. A definição de quanto deve ficar para cada um pode se dar de forma pré-fixada ou pós-fixada, em todo caso, é estabelecida por meio de cálculos algorítmicos. Assim, o valor apropriado pela plataforma representa o *trabalho excedente* produzido pela força de trabalho. O restante do valor é repassado ao trabalhador como remuneração da força de trabalho, incluindo, no caso da uberização, custos de reposição e desgaste dos meios de trabalho necessários para a execução da atividade. A divisão do valor da mercadoria em valor da reprodução da força de trabalho (FT) e trabalho excedente (TE) também pode ser decomposto em valor do capital variável (v) e mais-valor (m) (FRANCO, 2020).

Entendendo o trabalho uberizado como trabalho produtivo, e, portanto, como produtor de mais-valor, é possível compreender como se dá sua extração. Afinal, estamos diante de um mais-valor absoluto, de um mais-valor relativo ou de ambos?

O mais-valor absoluto é correlato à duração da jornada de trabalho. O capitalista estende o tempo de trabalho, prolongando a duração total da jornada, o que aumenta o tempo dedicado à produção de excedente, em termos absolutos. Assim, o capitalista eleva o valor excedente na proporção do aumento da jornada. Em relação ao mais-valor relativo, Marx (2013) afirma que o valor excedente não se dá pela ampliação da jornada total de trabalho, mas pela redução do tempo de trabalho necessário, no seu interior. Numa jornada de oito horas, composta por quatro horas de tempo de trabalho necessário e quatro horas de trabalho excedente, o mais-valor relativo seria a operação de reduzir a proporção de tempo necessário sobre o tempo total da jornada. Para obter esta redução é necessário aumentar a produtividade do trabalho, reorganizando-o, adotando técnicas mais modernas, tais como mecanização e automação.

Por um lado, a taxa de mais-valor é variável porque está associada à oportunidade de elevação dos preços de venda em horários de pico, mas a produção de excedente é análoga à extração de mais-valor absoluto. O sistema controla a extração de mais-valor por meio de variações na proporcionalidade entre o tempo de trabalho e sua remuneração, acarretando jornadas mais extensas. Por outro lado, é preciso observar que o transporte de passageiros é uma mercadoria que participa da cesta de consumo dos trabalhadores, portanto, influencia o valor da reprodução da força de trabalho. São trabalhos que eram oferecidos de forma autônoma ou controlados por pequenos capitalistas que, com o desenvolvimento das plataformas, revolucionaram a forma de organização do trabalho e da produção, reduzindo seus custos. Tal condição aproxima o trabalho excedente dos motoristas da Uber ao mais-valor relativo.

A articulação entre as duas formas de extração de mais-valor já foi apontada por Marx (2013). Oliveira (2003) destaca que o movimento de mundialização do capital junto com a Terceira Revolução Industrial e a ampliação das relações informais no mercado de trabalho, conduzem a produtividade do trabalho a dar um salto mortal à plenitude do trabalho abstrato.

Teoricamente, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão. Aqui fundem-se mais-valor absoluto e relativo: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores hard da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal. [...] graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de

não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção (OLIVEIRA, 2003, p. 135-136).

Assim, se o capital não podia igualar tempo de trabalho e tempo de produção pela existência de um limite para a jornada de trabalho e outros direitos trabalhistas, então se suprime a jornada – ao menos em seu sentido formal – e se utiliza o trabalho abstrato dos trabalhadores informais, que só será remunerado após a realização do produto-mercadoria.

No caso brasileiro, é preciso destacar que o barateamento dos serviços analisados aconteceu, em grande medida, por meio do achatamento da renda dos trabalhadores em geral, e, dentre estes, dos uberizados. O custo de vida aumentou significativamente – com destaque para os insumos derivados do petróleo – sem ser acompanhado por reajuste de tarifas, sempre determinadas pelos controladores das plataformas. Tal situação só se sustenta devido ao alto grau de desemprego e de informalidade no mercado de trabalho, o que impede que esses trabalhadores encontrem alternativas de renda.

Não podemos deixar de destacar duas particularidades da uberização que interferem na forma de extração do mais-valor. A primeira é que, diferente de outros setores da produção, a Uber realiza a sua mercadoria ao mesmo tempo que a produz, o que significa uma maior velocidade de rotação do capital (MARX, 2014). Como a remuneração da força de trabalho só acontece com a sua realização, ou seja, quando o motorista transporta um passageiro, a organização não corre o risco de ter parte da sua produção não realizada. A segunda diz respeito aos custos com a reprodução simples da atividade. A Uber assume os custos de reprodução simples relacionados à manutenção da plataforma e de outros custos administrativos (escritórios etc.). A parte da reprodução simples destinada à manutenção da frota e dos equipamentos de comunicação recai inteiramente sobre os motoristas. Até agora, o capitalista precisava destinar uma parte do mais-valor apropriado para dar conta do custo da reprodução simples.

Considerações finais

Ao analisar o processo de trabalho dos motoristas de aplicativos vinculados à Uber, percebemos que este vai muito além de simplesmente dirigir. Inúmeras tarefas estão relacionadas ao atendimento aos clientes e à manutenção do veículo em condições que permitam oferecer a mercadoria “transporte de passageiros” todos os dias. Praticamente todas as tarefas que os motoristas realizam no seu processo de

trabalho são controladas pela Uber, principalmente, por meio dos algoritmos da plataforma que decide todos os aspectos relevantes das atividades desenvolvidas pelo motorista. O controle algorítmico alia-se à coerção econômica, que obriga os trabalhadores a longas jornadas e a acompanhar as oscilações de oferta e demanda por locomoção, processo que se apoia na forma de remuneração: o salário por peça.

Em relação ao processo de valorização, apontamos que os motoristas por aplicativo não são empreendedores, mas trabalhadores produtivos remunerados por produtividade. Destacamos ainda que a extração do mais-valor se dá por uma combinação de mais-valor absoluto e relativo junto com o achatamento da renda destes trabalhadores que viram os custos da reprodução da força de trabalho e da reprodução da sua mercadoria crescer sem ter a possibilidade de aumentar o preço dos serviços prestados.

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41–51, 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/Hsejx>>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- AMORIM, H.; MODA, F. B. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 59–71–71, 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/JTeAT>>. Acesso em: 18 maio 2020.
- ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O. da; NASCIMENTO, R. P. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 1, p. 7–34, 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/LHRHg>>. Acesso em: 2 out. 2019.
- ANTUNES, R. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CASAGRANDE, L.; ZAMORA, M. A. M.; OVIEDO, C. F. T. Motorista de Uber não é empreendedor. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://bityli.com/BGqpt>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 5, n. 8, p. 45–67, 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/gPmtc>>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- FRANCO, D. S. **Uberização do trabalho: a materialização do valor entre plataformas digitais, gestão algorítmica e trabalhadores nas redes do capital**. 2020. Tese (Doutorado em Administração) -

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em:

<<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/267>>. Acesso em: 5 out. 2020.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. da S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 0, p. 844–856, 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/XlxtN>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

LIMA, P.; RÁDIO CBN. “É uma falsa noção de liberdade; quem faz o nosso horário são as nossas dívidas”. São Paulo, 2 jul. 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/lGoqK>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Segundo: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, R. B. de S.; OLIVEIRA, M. A. G. de; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647–681, 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/BLdta>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ROSENBLAT, A.; STARK, L. Algorithmic labor and information asymmetries: a case study of Uber’s drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 3758–3784, 2016. Disponível em: <<https://bityli.com/kMxjq>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SCAPINI, E. Z. Uberização: uma nova forma de controle e de subordinação. **Revista Contraponto**, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/UOWhO>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

THOMPSON, P. Crawling from the wreckage: The labour process and the politics of production. In: KNIGHTS, David; WILLMOTT, Hugh (Org.). **Labour Process Theory**. Londres: Macmillan, 1990. p. 95–124.

UBER. **Fatos e Dados sobre a Uber**. [S. l.], 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/XqqLn>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ZAMORA, M. A. M.; AUGUSTIN, A. C.; SOUZA, A. dos S. B. A uberização do trabalho como nova articulação entre o arcaico e o moderno no capitalismo brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 1, p. 55–86, 2021. Disponível em: <<https://bityli.com/wbmId>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

ZAMORA, M. A. M.; MEIRA, F. B. A gerência na Uber: uma análise do processo de trabalho dos motoristas de aplicativo. In: 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2021, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Even3, 2021. Disponível em: <<https://bityli.com/YRqTD>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

O novo caráter do mais valor: cárcere-fábrica e a superexploração do trabalhador encarcerado

Sara de Araújo Pessoa*

Felipe de Araújo Chersoni**

Introdução

A exploração de forma refinada de crises é fundamento das formas de acumulação de riquezas. Partindo das concepções das teorias da dependência, observa-se que a superexploração do trabalhador em todos os âmbitos da sociedade é uma das formas antigas e, ao mesmo tempo, atuais da acumulação de riquezas em caráter dependente.

Em paralelo, e indispensável à compreensão dos processos de acumulação de riquezas, temos as concepções da economia política da pena, segundo a qual “[...] todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 20).

Aliando essas duas concepções teóricas, esse breve artigo parte de reflexões proporcionadas por pesquisas do grupo Andradiano de Criminologia crítica, em especial a dissertação “Estrutura social e trabalho prisional: sobre as funções (latentes) do trabalho prisional - um estudo de caso na penitenciária sul de Criciúma - SC”, que levam em conta a centralidade do trabalho prisional na gênese da prisão

* Advogada criminalista. Mestra em Direitos Humanos e Sociedade no Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Bacharela em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). foi coordenadora adjunta do núcleo de Estudos Avançados em Economia Política da Pena (GAEP - IBCCRIM). Membro pesquisadora do Núcleo de Estudos em Gênero e Raça (NEGRA). Está vice-presidente do conselho da comunidade da comarca de Criciúma/SC. Pesquisa a questão criminal numa perspectiva crítica. Tem trajetória marcada pelo envolvimento acadêmico e social em militância feminista.

E-mail: sara.pessoa@outlook.com

** Mestrando em Direito na linha de Direitos Humanos, Cidadania e Novos Direitos pela Universidade (comunitária) do Extremo Sul Catarinense (PPGD-Unesc); Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC-Capes); pesquisador no Grupo de Criminologia Crítica Latino Americana - Andradiano (Unesc); Pós-graduando a nível de especialização em Direitos Humanos na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila). Membro do eixo de criminologia e movimentos sociais (IPDMS).

E-mail: felipe_chersoni@hotmail.com

pena, que se relaciona com os processos de acumulação de riqueza e divisão do tempo.

A escolha do tema “trabalho prisional”, um dos mecanismos-engrenagens anteriormente referidos, decorre de leituras criminológicas de cunho materialista-histórico, que demonstraram a intrínseca relação entre o surgimento da pena de prisão, o trabalho prisional, e a estrutura social predominante à época de sua gênese, entendida na ascensão do modo de produção capitalista, aliadas a leituras sobre as transformações do sistema e controle penal até o atual período de crescimento de um ideário neoliberal – que tem como elementos o encarceramento em massa e a precarização do trabalho, dentre outros –, que subsidiam a percepção de que com a modificação da estrutura social a função da pena de prisão revela-se de outras maneiras, e o *trabalho prisional*, ponto central nesta articulação (punição/estrutura-social), também pode vir a assumir outras funções dentro do sistema penal, ou reafirmar as anteriormente identificadas. Principalmente por esta última razão, esta dissertação dedica-se, como tema central, às funções do trabalho prisional, buscando responder a seguinte indagação: Quais as funções que o trabalho prisional assume na atualidade? Tendo como hipóteses iniciais a função de exercício de controle social e introjeção de disciplina, e a função de manutenção e reprodução das estruturas sociais (ARAUJO PESSOA, 2019, p. 13).

Naquela pesquisa, algumas respostas provisórias nos orientam. A despeito das funções latentes do trabalho prisional,

[...] as repostas são, pelo menos, três: superexploração de mão de obra e extração de lucro para o setor privado; superexploração de mão obra com a transferência aos internos de atividades e responsabilidades que deveriam ser da instituição; e exercício de controle e disciplina (ARAUJO PESSOA, 2019, p. 137).

Nos debruçaremos sob a primeira, isto é, sobre a superexploração de mão de obra do trabalhador encarcerado, e expandindo essas percepções para pensar os processos de dependência do Brasil no campo da segurança pública.

Para isso, por meio de pesquisa bibliográfica, inicialmente situamos o Brasil como país dependente, com as concepções apresentadas por Santos (2018) e Bambirra (2019). Na sequência, apresentamos as concepções de trabalho marxianas que nos ajudam a entender os conceitos de mais valia absoluta e relativa, que possibilitam, por sua vez, a compreensão de exploração e superexploração. Por fim, apresentamos fragmentos de pesquisa sobre trabalho prisional em uma unidade em Santa Catarina, que ampara materialmente as reflexões sobre superexploração do trabalhador encarcerado.

O caráter dependente brasileiro

Para situar o Brasil como dependente, parte-se das concepções apresentadas por Santos (2018), que coloca o País como marco territorial e temporal no contexto latino americano da exploração capitalista dependente para o avanço estadunidense na economia local no pós segunda guerra mundial:

O autor demonstra como, no pós-guerra, houve um investimento maciço dos Estados Unidos da América no Brasil, e em toda a América Latina, com ímpeto de trazer a chamada “modernidade” industrial (SANTOS, 2018, p. 53). Evidencia-se, então, algumas características como o investimento em industrialização e a busca de um monopólio internacional na lucratividade, assim como gestão de crises para garantir o acúmulo de riquezas.

Assim, os EUA, país dominante, trabalha como se fosse uma enorme empresa que monopoliza relações econômicas por meio de investimentos nas economias nacionais, ao mesmo tempo em que assume característica imperialista, exercendo poder em todas as decisões e influenciando nas governabilidades nacionais. No pós-guerra esses investimentos ampliam-se, mas sem perder o condão da mais-valia¹, pelo contrário, nesse cenário a mais-valia expande-se, fazendo com que setores da indústria nacional entrem em crise, culminando no fortalecimento das empresas que detêm os investimentos estrangeiros e seus capitais. Os países da periferia do capitalismo entram em crise, e os países dominantes duplicam sua lucratividade justamente por conta da crise nacional (SANTOS, 2018, p. 58).

Os elementos mais evidentes da crise são: no plano econômico, a baixa produção acompanhada de uma flagrante desigualdade de renda, uma inflação incontrolável que corrói a maioria destas economias e as condições de vida dos assalariados, e a estagnação ou a queda do crescimento econômico latino-americano durante a década de 60; do ponto de vista social, estão os fenômenos da progressiva marginalidade de amplos setores da população urbana e rural, os índices de subdesenvolvimento tão conhecidos (analfabetismo, baixo consumo de energia e de outros produtos indispensáveis e etc.) (SANTOS, 2018, p. 61).

Então compreende-se conceitualmente que a dependência é uma característica intrínseca do sistema socioeconômico dos países subdesenvolvidos causada por uma

¹ A mais-valia, de maneira bem principiológica e resumida é o valor excedente que o trabalhador produz para além do pagamento de sua subsistência, na concepção marxiana é a base da exploração do trabalho, em termos vulgarizados compreende-se a mais-valia como lucro. Ou podendo apresentar-se como excedente da soma do valor do produto (MARX, 2017, p. 294).

situação internacional de interdependência entre economias nacionais em escala mundial, onde as riquezas se concentram em países que dominam o imperialismo econômico (por meio da penetração na economia através de investimentos e do monopólio industrial e de insumos) gerando uma concentração de riquezas nestes países através da exploração das crises que estende por todos os setores (SANTOS, 2018, p. 63).

Bambirra (2019, p. 126) parte do mesmo marco temporal, o pós segunda guerra, para explicar como a hegemonia estadunidense avançou pelos países subdesenvolvidos, conforme penetração sistemática do capital estrangeiro no setor mais dinâmico das economias. Os efeitos produzidos por essa intensificação da entrada de capitais são:

- a) O controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais, que desde então começam a se desenvolver.
- b) A intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia, que se expressa através da instalação de grandes empresas e da absorção, por parte destas, de empresas nacionais, mediante compras, fusões, associações e etc.
- c) O processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção dos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais.
- d) A integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais, o que se reflete nas políticas econômicas nacionais, além da integração das políticas externas dos países dependentes à política dos Estados Unidos para a América Latina, acompanhada também de uma integração no âmbito militar (BAMBIRRA, 2019, p. 126).

Com isso, observam-se diversas mudanças em termos qualitativos e quantitativos no funcionamento das formas internas dos sistemas capitalistas dependentes. E essas mudanças ocorrem de forma essencial no abandono realista, pelas classes dominantes, de projetos reformistas e populistas de desenvolvimento autônomo nacional. Aguçando medidas cada vez mais “interdependentes” em relação ao centro hegemônico do mundo (BAMBIRRA, 2019, p. 126).

Destaca-se ainda que o caráter dependente não diz respeito apenas aos processos de acumulação de riquezas para os países hegemônicos, a dependência também se torna política. O poder de decisão, seja no âmbito do trabalho ou de organizações sociais, fica nas mãos destes estrangeiros (BAMBIRRA, 2019, p. 144), sobretudo acerca dos processos de exploração do trabalho como veremos adiante.

Trabalho, dependência, exploração e superexploração

Compreender o trabalho produtivo é prisma central para debater os conceitos de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, parâmetros importantes para problematizar a superexploração do trabalho em nossos solos e como a exploração do trabalho se expandiu para a exploração das pessoas encarceradas.

No capítulo do mais-valor absoluto e relativo de o *capital* inicia-se compreendendo a categoria trabalho de forma abstrata, pois, se considerar os processos inteiros de produção e trabalho, será considerado trabalho produtivo aquele que atinge sua finalidade, ou seja, simplesmente aquele trabalho que ao final chega a um produto, ou, transplantando para a realidade atual, um serviço (MARX, 2017, p. 577).

Por outro lado, trabalho produtivo a partir dos prismas de mais-valor se estreita, pois no capitalismo, sua produção não somente é a produção de um produto em si (e vale lembrar que o capitalismo transforma até as relações humanas em mercadorias) mas essencialmente para o capitalista o que vale é a produção do mais-valor, essa é a retórica que justifica diversas formas de exploração do trabalho, pois seu resultado ao final de toda essa cadeia será a acumulação de riquezas (MARX, 2017, p. 578).

A partir desta concepção o trabalhador não produz mais para si, e sim, para o capital. Neste ponto, compreende-se então que a expansão da jornada de trabalho além do ponto em que paga sua subsistência, produzindo apenas um equivalente do valor da força de trabalho empenhada pelo trabalhador é acompanhada pela apropriação do capitalista a este mais trabalho (que neste ponto já se transformou em mercadoria). Essa apropriação consiste o chamado mais-valor (MARX, 2017, p. 578).

Marini (2013, p. 171) portanto, expande as consequências das crises geradas pela dependência trazidas pelos autores/as anteriores. Apontando que esse crescimento exponencial na industrialização e na penetração do capital estrangeiro gerou além de consequências políticas, mudanças materiais na forma com que o trabalhador é explorado. Um dos principais resultados da dependência é a acumulação capitalista, essa que por sua vez tem como principal mecanismo a mais-valia.

E a partir desse conceito, Marini desenvolve o que o mesmo aponta como superexploração do trabalhador e aqui se chega ao objeto central deste tópico, compreender como o trabalhador é superexplorado em todos os âmbitos e a, partir do caráter dependente, o cárcere passou a ser objeto dessa exploração.

A partir das concepções marxistas da mais-valia, explicando que para além de uma relação de produtos, ela é uma expressão da exploração.

Nos marcos desta relação, o trabalhador, ao trabalhar para obter uma remuneração dada, cria um valor correspondente a esta remuneração num tempo que é inferior à jornada de trabalho completa; como consequência, no tempo excedente ao que corresponde estritamente a reprodução do valor expressado pela sua remuneração, o trabalhador cria um valor excedente, uma mais-valia. A relação entre esses dois tempos de produção contidos na jornada de trabalho representa o grau de exploração ao qual se submete o trabalhador, grau este que é igual à taxa de mais-valia (MARINI, 2013, p. 171).

Marini resgata outros dois conceitos de Marx, a mais-valia absoluta² e a mais-valia relativa³, ambos conceitos de extrema relevância para compreender os processos de superexploração do trabalho:

Marx partia do pressuposto (e o tomava exclusivamente como um pressuposto) de que esse valor é igual ao dos meios de subsistência requeridos pelo trabalhador. Tinha com isso uma intenção política: a de mostrar que, mesmo num marco de “justiça” – em que se restituí ao trabalhador o valor que lhe corresponde socialmente –, a relação entre o trabalhador e o capitalista não pode jamais deixar de ser uma relação de exploração, que só desaparece com a supressão do próprio capital, ou seja, com o socialismo. Mas Marx se baseava também na análise das tendências objetivas do sistema, que tendiam à fixação do salário em função das necessidades experimentadas pelo trabalhador em termos de subsistência. Uma vez que a intensificação da acumulação depende da existência do tempo de trabalho excedente, ou seja, depende da modificação da relação entre os tempos produtivos a favor do tempo de trabalho excedente, a correspondência estável entre o valor do salário e a satisfação das exigências de subsistência do trabalhador permitia apenas duas alternativas para aumentar a mais-valia: aumentar a jornada de trabalho ou, mantendo e até mesmo reduzindo a jornada, diminuir o tempo de trabalho necessário. A estas duas alternativas básicas correspondem as categorias de

² A mais-valia absoluta é um dos prismas centrais da crítica da economia política de Marx, em resumo e vulgarmente explicado, a mais valia absoluta é o processo de expansão das horas trabalhadas pelo trabalhador, ou seja, aumenta-se a exploração em termos de horas na vida do proletário, porém, mantendo o mesmo salário, desta forma, aumenta-se o lucro sem aumentar o custo com o trabalhador. Veremos que está é uma das características centrais da acumulação capitalista em países dependentes (MARX, 2017, p. 255).

³ Já a mais valia relativa é o aumento das formas de lucratividade e exploração, porém, utilizando-se de artifícios tecnológicos e maquinaria, desta forma, aumenta-se o contingente de pessoas desempregadas (exército industrial de reservas) e assim consequentemente ocorre uma baixa nos salários, aumentando a concentração de riquezas dos que detêm os meios de produção (MARX, 2017, p. 387).

mais-valia absoluta e mais-valia relativa - e é importante notar que esta última corresponde à desvalorização real da força de trabalho (MARINI, 2013, p. 171).

As condições das economias centrais (que pelo nosso caráter dependente influência nas tomadas de decisões políticas externas e internas) foram decisivas para as concepções acerca das jornadas de trabalho. Como consequência das crises anteriormente trabalhadas (que fazem parte do projeto de acúmulo de capitais dos países dominantes) fizeram com que diversos pretextos fossem utilizados para aumentarem o tempo de jornada dos trabalhadores. Via de regra foi construído mecanismos para a intensificação da acumulação, via barateamento da força de trabalho e aumentando o tempo de exploração dos mesmos (MARINI, 2013, p. 172-173).

Com isso, a desvalorização constante da força de trabalho se tornou um elemento decisivo na produção e acumulação capitalista nos países centrais, a tal ponto que se poderia afirmar que a história do desenvolvimento capitalista é, neste sentido, a história da depreciação do valor real da força de trabalho (MARINI, 2013, p. 173).

Porém nos países do capitalismo periférico, como o caso do Brasil, outros mecanismos são apontados para caracterizar a chamada superexploração como, por exemplo, a extensão desmedida do aumento do tempo de trabalho, justamente por conta da substituição da mão de obra humana por maquinaria, ou pela importação de mão de obra técnica, sobretudo dos países europeus, o que faz com que exista não somente um excedente no número de pessoas a procura de trabalho (exército industrial de reservas) como também gera o barateamento da mão de obra existente (MARINI, 2013, p. 173).

A falta de regulamentação para com os trabalhadores, como também a própria tomada de decisão que tem forte influência dos países dominantes, fazem com que em verdade, nos países de capitalismo periférico dependente o que se extrai é a mais-valia absoluta e não a mais-valia relativa como na exploração dos trabalhadores dos países centrais. Essa é uma das facetas da dependência o que gerou muita discussão entre os estudiosos da área (MARINI, 2013, p. 173).

Marini assim explica:

A rigor, não é este o caso das economias capitalistas periféricas. Operando com um aumento desproporcionado da força de trabalho - seja pela importação de mão de obra ou pela aplicação de tecnologia que poupa mão de

obra -, as economias periféricas realizaram seu processo de acumulação essencialmente com base na produção de mais-valia absoluta. Para isso contribuiu, em parte, a falta de regulamentação das condições de trabalho e, portanto, a extensão desmedida da jornada produtiva - o que é certo, sobretudo para as massas trabalhadoras do campo. Mas, também, foi importante, nesse processo, a ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, isto é, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as efetivas necessidades de subsistência do trabalhador. Em outros termos, o aumento do tempo de trabalho excedente tende a se realizar sem alterar o tempo de trabalho necessário, deixando de restituir ao trabalhador o equivalente ao valor criado durante o tempo de trabalho necessário. Assim, o que parece ser mais-valia relativa é frequentemente um caso anômalo de mais-valia absoluta (MARINI, 2013, p. 173).

As consequências da superexploração do trabalhador são muitas: a inviabilidade de possibilidades de desenvolvimentos autônomos, assim como a impossibilidade de relações “justas” de trabalho; o barateamento de bens necessários de sobrevivência acarretando em crise pelo barateamento dos bens para estas produções; repressão a reivindicações salariais seja por intermédio dos sindicatos ou não. Neste último caso se evidencia que quando a força de trabalho tem seu valor de remuneração depreciado se aumentam as forças de repressão e controle sobre estas massas (MARINI, 2013, p. 174).

E quando se trabalha nessa categoria de maior exploração do trabalhador a nível de tempo, implica também compreender que para se acumular riquezas é necessária uma maior exploração inclusive física do mesmo o que não significa que a exploração se faz acerca do incremento de sua capacidade produtiva. Ou seja, o trabalhador continua produzindo e gerando lucro mesmo depois de cumprir com seu tempo de subsistência, e do lucro de seu patrão, em verdade a superexploração vai pra além disso, tornando os países de capitalismo dependente extrator da mais-valia absoluta clássica (MARINI, 1973, p. 13).

Trabalho prisional em Santa Catarina e superexploração do trabalhador encarcerado

Em 24 de julho de 2018, a presidência da república institui a “Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional (...) (BRASIL, 2018).

A partir deste decreto, diversas unidades penitenciárias começaram processos de “modernização” de suas estruturas físicas para receber empresas e atraí-la à

contratação/exploração do trabalho das pessoas encarceradas. Santa Catarina passa a figurar como modelo no plano nacional, tendo como exemplo o Complexo Industrial de Chapecó, que registrou contabilizou:

[...] somente nos últimos 18 meses o Complexo Penitenciário de Chapecó registrou um aumento de 400% em trabalho laboral, são 50 convênios e mais de 800 presos em oficinas nas penitenciárias agrícola (529) e industrial (105) e no presídio (291). Em 2015 eram apenas 11 termos de cooperação e 171 detentos trabalhando (SAP, 2018).

Os discursos declarados de todo esse investimento em trabalho são os já conhecidos e que até os dias atuais dão folego ao sistema carcerário: “ressocialização”.

Em evento sediado na capital Florianópolis/SC o discurso ressocializador foi defendido por diversas autoridades:

Em seu discurso, o governador em exercício destacou o desempenho de Santa Catarina no trabalho de ressocialização desenvolvido nas unidades prisionais do Estado. De acordo com dados da secretaria estadual de Justiça e Cidadania (SJC), cerca de 31% da população carcerária catarinense estão trabalhando dentro dos presídios. “Oferecer uma oportunidade de trabalho é resgatar a dignidade e apostar na capacidade do ser humano em se tornar uma pessoa melhor”, expressou Colaço (SANTA CATARINA, 2018).

Para o secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Leandro Lima, investir na ressocialização dos presos por meio do trabalho e da Educação é apostar num futuro melhor para a sociedade como um todo. “Não temos pena de morte, nem prisão perpétua, uma hora ou outra o preso sai da cadeia, é melhor que ele volte para a sociedade com a condição de se colocar no mercado, de sustentar sua família, um ser humano melhor e afastado do crime”, ressaltou o secretário (SANTA CATARINA, 2018).

Em visita “técnica” o então ministro da justiça Sérgio Moro aponta que:

“Só tenho elogios ao Estado de Santa Catarina. Há um treinamento muito qualificado, estrutura muito boa. Tudo é impressionante. O objetivo da União é trabalhar mais em conjunto para resolver os desafios”, afirmou Moro. Ele elogiou, também, a decisão do governador de realizar concurso público para a contratação de 600 agentes penitenciários.

“A imagem que se tem do sistema carcerário brasileiro é de que é tudo horrível. É claro que há situações muito ruins, mas também temos exemplos

muito positivos, como aqui em Chapecó. Precisamos divulgar mais o que temos de melhor”, acrescentou.

Apensar do otimismo que esta ideia possa representar, considerando as condições precárias e extremamente violentas dos cárceres brasileiros, pesquisas recentes atentam aos perigos desse tipo de expansão. (Re)tornar cárcere em fábricas vai de encontro a qualquer projeto de desencarceramento e abolição do sistema penal e das amarras do capitalismo dependente.

Nesse sentido, a pesquisa de Araujo Pessoa (2019), realizada na Penitenciária Sul de Santa Catarina, denuncia funções latentes que o trabalho prisional realmente exprime por trás dos discursos das ideologias “re”.

Naquela pesquisa, 14 trabalhadores encarcerados foram entrevistados, 9 deles trabalhadores remunerados de uma empresa privada de esquadria de alumínio, e 5 deles encarcerados “regalias”⁴, que trabalhavam sem remuneração na cozinha da instituição penitenciária. Nos ocuparemos neste momento dos encarcerados que exerciam atividade laboral remunerada.

Sobre a remuneração, rotina de trabalho e burocratização, constatou-se:

Os internos que exercem atividade laboral nesta empresa recebem como remuneração 75% de um salário mínimo. Em tese, recebem um salário inteiro, mas como 25% deste valor fica retido na instituição, por meio do Fundo Rotativo, apenas 75% fica à sua disposição. Não se trata de disponibilidade integral, uma vez que apenas têm acesso a valores limitados a “assistência à família” e “pequenas despesas pessoais”. O restante do produto da remuneração irá constituir o pecúlio, que será disponibilizado no findar do cumprimento da pena (ARAUJO PESSOA, 2019).

(...) a empresa organiza-se em grandes pavilhões em linhas de montagem. Os trabalhos são realizados de segunda à sexta em dois turnos. Um para internos do “convívio” das 6h30 às 13h00, que pode chegar até 13h50, e com meia hora de intervalo para almoço. Outro das 14h às 21h para os internos do “seguro” (x9, crimes sexuais, ex-policiais), e com “finalização” das atividades às 20h30, pra dar tempo de limpar a oficina. Eventualmente há trabalho no final de semana. A atividade laboral divide-se em setores que vão desde o recebimento dos materiais pela fábrica, passando pelos processos de montagem de janelas, até a embalagem final. Cada interno trabalha em um setor. Setor de montagem,

⁴ Por sua vez, os “presos regalias” são aqueles que exercem trabalhos não remunerados na instituição, como serviços de manutenção, limpeza, alimentação. Em geral, são trabalhos voltados à própria manutenção da rotina da instituição. São assim chamados porque têm uma condição de vida melhor dentro da instituição. Apesar de não haver nenhuma previsão legal para trabalhos não remunerados, trata-se de prática recorrente nos estabelecimentos prisionais (ARAUJO PESSOA, 2019, p. 120).

setor de preparação, setor de paletes. Os que estão a mais tempo na empresa acabam atuando em todos os setores. Geralmente iniciam em um setor e, ao finalizar o serviço, passam a outro para auxiliar os colegas.

O trabalho realizado é orientado por metas de produtividade a partir dos pedidos que chegam à empresa. O interno que comentou sobre a realização de trabalhos aos sábados atribuiu isto à demanda da empresa em semanas de muitos pedidos. *“Eu acho que é a produção. A produção de janelas. Às vezes tem dia que tem que trabalhar, às vezes pra fazer aquela janela sair no prazo certo”* (Augusto, ESAF, grifos do autor).

A partir do que as pessoas encarceradas apontam nas entrevistas, compreende-se alguns conceitos anteriormente aduzidos, sobretudo por Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini.

Marini aponta que uma das características da superexploração é a expansão da jornada de trabalho e a baixa nos salários, aqui se extrai, portanto, a mais valia clássica. (MARINI, 1973, p. 13). Partindo desta premissa, compreende-se que a exploração do trabalho carcerário se torna atrativa justamente por conta dessa característica.

Outra característica importante que se extrai da pesquisa é o caráter político da “pena de prisão dependente” Bambirra (2019), pois aponta que as tomadas de decisões estatais estarão sempre contaminadas por esta característica, fazendo com que direitos sociais sejam cada vez mais escassos e as pessoas estejam mais vulnerabilizadas frente a degradações de direitos.

Conclusão

Atualmente o Brasil está dentre os países que mais encarcera no mundo. Não bastasse, as condições de desumanidade dos cárceres brasileiros são também notórias, sendo declaradas não apenas pelo próprio STF, como por organismos internacionais, sendo objeto inclusive de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), nos anos de 1976, 1993, 2008 e 2015.

Falar que o sistema penitenciário brasileiro está em crise é ignorar a perpetuação, desde o seu princípio, de tortura e extermínio intramuros. Quando não esteve assim? E diante desse cenário e discursos alguns caminhos tornam-se possíveis.

O primeiro deles, e geralmente mais encantador, é aquele que enquadraremos dentro das ideologias “re”. Um discurso de reforma, de reconstrução, de construção de novas penitenciárias e prisões para ressocializar de uma forma melhor. O segundo

rechaça qualquer alternativa que não deseje, ainda que como utopia, o desencarceramento e a abolição do sistema penal.

As conclusões que tiramos dos temas aqui desenvolvidos situam-se neste segundo horizonte. Não para abolir o trabalho no cárcere, mas para denunciar que as supostas oportunidades de ressocialização têm como fim a superexploração de trabalhadores. Do contrário, os mínimos direitos trabalhistas, também por um fio para os trabalhadores livres, seriam respeitados.

Assim, um dos novos caracteres do mais valor é a expansão da superexploração por diversos setores, neste caso, o sistema carcerário e que se extrai o mais valor ou mais-valia em sua forma clássica tornando o Brasil um dos países centrais da dependência latino-americana.

Referências

ARAÚJO PESSOA, S. de. **ESTRUTURA SOCIAL E TRABALHO PRISIONAL**: sobre as funções (latentes) do trabalho prisional - um estudo de caso na penitenciária sul de Criciúma - SC. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 9.450, de 24 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, 2018.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**: Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, K. **O capital**. Livro 1: Crítica da economia política. Boitempo Editorial, 2017.

SANTOS, T. dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

SAP. Secretaria de Estado e da administração prisional e penitenciária. Internos do Sistema Socioeducativo participam de Programa de Iniciação Profissional. In: SANTA CATARINA. **Ministério da Justiça adota Sistema Penitenciário de Santa Catarina como modelo**. Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<https://www.sap.sc.gov.br/index.php/noticias/todas-as-noticias?start=400>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Editora CLAE

2022